



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAELA MATEUS ANTUNES DOS SANTOS

**O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das
juventudes de direita em 1960**

Orientador: Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras

NITERÓI
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAELA MATEUS ANTUNES DOS SANTOS

**O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das
juventudes de direita em 1960**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Contemporânea II

Orientador: **Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras**

NITEROI
2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S237 Santos, Rafaela Mateus Antunes dos.
O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960 / Rafaela Mateus Antunes dos Santos. – 2015.
198 f.
Orientador: Norberto Osvaldo Ferreras.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.
Bibliografia: 189-198.

1. Movimento estudantil. 2. Juventude. 3. Direita (Ciência Política). 4. Ditadura militar, 1964-1979. 5. Brasil. I. Ferreras, Norberto Osvaldo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.062

RAFAELA MATEUS ANTUNES DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Larissa Corrêa Rosa (Arguidora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes (Arguidor)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

NITEROI
2015

Agradecimentos

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Fluminense pela atenção e pela disposição em me ajudar a resolver os problemas que surgiram ao longo desse período.

Ao meu orientador Norberto Ferreras, por aceitar orientar esse trabalho e por recebê-lo de maneira tão aberta. Obrigada pelas inúmeras sugestões, a disposição para o diálogo e a ajuda para superar os obstáculos que surgiram durante o mestrado. O meu muito obrigada!

Aos professores Ricardo Mendes e Larissa Corrêa por terem aceitado participar do Exame de qualificação e, agora, da defesa da dissertação. Agradeço as sugestões que ajudaram a aprimorar a dissertação. Aos professores Luiz Carlos, Daniel Aarão, Marieta Moraes e Ismênia Martins por terem ministrado cursos que contribuíram imensamente para a minha formação. À professora Denise Rollemberg que, desde os tempos da graduação, incentivou meu desenvolvimento acadêmico.

Aos meus pais, Moysés e Neir, pelo amor, carinho e cuidado ao longo de todos esses anos. Não teria chegado até aqui sem o apoio de vocês! Muito obrigada por tudo! Amo vocês! Aos meus irmãos, Roberta, Rafael e Kleber por, literalmente, terem me carregado no momento mais difícil da minha recuperação. Obrigada pela paciência! Ao meu noivo e grande companheiro Nicolás, o melhor amigo que a vida me proporcionou. Foi graças a você que consegui terminar esse trabalho. Sua compreensão ao longo desse período foi inigualável, entendendo minhas ausências e apoiando minhas escolhas. Amo muito você!

Ao meu grande amigo, Gabriel Onofre, pelos debates, trocas de ideias e experiências que trouxeram inúmeras contribuições à minha pesquisa. À minha grande amiga, Vanessa Andrada, pelo companheirismo e pela paciência desde os anos da graduação. Nunca esquecerei tudo o que você fez e, ainda, faz por mim! À minha amiga, Fernanda Scherer, por sempre ter uma palavra de ânimo e conforto nos momentos mais difíceis. Vocês são essenciais na minha vida!

RESUMO

A proposta desse trabalho consiste em analisar a atuação das juventudes de direita no Brasil, como força política, na década de 1960. Para isso, procurei dar ênfase à dois momentos importantes desse período: os anos de 1960-1964 e o ano de 1968. Dessa forma, destaquei o papel dessas juventudes, principalmente relacionado ao meio estudantil, em dois momentos emblemáticos da década de 1960: a oposição à greve universitária por *um terço*, em 1962, que ocorreu em quase todas as Universidades do país e o conturbado ano de 1968; de um lado, marcado por diversas manifestações estudantis em repúdio à ditadura, do outro, marcado pelo confronto entre estudantes da USP e do Mackenzie na rua Maria Antônia em São Paulo.

Esses episódios demonstram a divisão que existia entre os universitários, caracterizada por diferenças ideológicas e políticas, e a disputa por posições importantes dentro do movimento estudantil. Além de problematizar algumas visões deterministas e generalizantes que existem sobre a atuação das juventudes brasileiras na década de 1960, esse trabalho pretende contribuir para as reflexões acerca do apoio civil à ditadura militar no Brasil. Contudo, para essa análise, foi necessário, no capítulo 1, compreender o que são juventudes e de que forma elas surgiram na história das sociedades. Além disso, procurei compreender como a questão da juventude foi tratada pelas sociedades europeias na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Movimento estudantil; juventudes; direita; ditadura militar; Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the performance of the right movement youths in Brazil as a political force in the 1960s decade. In order to achieve this I have emphasized two important moments in this period: 1960 to 1964 and the year 1968. This way, I have highlighted the role of this youth, mainly in regards to the student movement during two emblematic moments in the 1960s decade: the opposition to the university strike for one third in 1962 that occurred in all universities in the country and the troubled 1968 year; from one side remembered due to the students demonstrations against the dictatorship and from the other side due to the confrontation between USP and Mackenzie students on the Antonia Maria street in São Paulo.

These episodes show the division that existed between the university students, characterized by ideological and political differences, and the dispute for important positions within the student movement. In addition to problematize some deterministic and generalizing visions that exist in regards to the activity of the Brazilian youths in the 1960s decade, this work aims to contribute to reflections regarding the civil support to the military dictatorship in Brazil. However, for this analysis, it was necessary to understand what are the youths and how they arose in the history of societies in the first chapter. In addition, I tried to understand how the issue of the youth was treated by European societies in the first half of the twentieth century.

Keywords: Student movement; youths; right; military dictatorship; Brazil.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Mapa da rua Maria Antônia	169
Figura 2 - Jovens atiram pedras e se defendem contra os ataques.....	171
Figura 3 - Aglomeração de pessoas na rua Maria Antônia	173
Figura 4 - O estudante José Guimarães sendo carregado após ter sido baleado.	175

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1.....	27
“Quem tem a juventude tem tudo”: o fenômeno da juventude no início do século XX	
1.1) Desvendando a juventude: afinal, o que é ser jovem?.....	27
1.2) O impacto da I Guerra Mundial nas juventudes europeias.....	39
1.3) A busca pela eterna juventude: a influência do nazismo e do fascismo nas juventudes no pós-guerra.....	50
Capítulo 2	78
“Une: instrumento de subversão”	
2.1) Juventudes brasileiras em <i>ação</i>	78
2.2) Nacionalismos em disputa: um breve contexto político e econômico brasileiro a partir de 1955.....	89
2.3) A UNE e a Reforma Universitária.....	96
2.4) A greve universitária por <i>um terço</i>	118
Capítulo 3.....	135
“Onde Cabral plantou a cruz, não haverá lugar para o foice e o martelo”	
3.1) “Vida nova para a UNE”: a atuação estudantil após o golpe civil-militar.....	135
3.2) 1968: uma maré revolucionária.....	154
3.3) Uma fronteira ideológica: a batalha pela rua Maria Antônia.....	166
3.4) Considerações acerca do confronto entre estudantes.....	178
Conclusão.....	184
Fontes e Bibliografia.....	189
1) Fontes.....	189
2) Bibliografia.....	189

Introdução

Entre 2003 e 2004 o Instituto Cidadania promoveu o Projeto Juventude com o intuito de aprofundar as discussões sobre a juventude. De acordo com Helena Abramo e Pedro Paulo Branco

Consistiu em reunir contribuições já existentes em âmbito nacional e internacional, explicitar pontos de controvérsia, incentivar o debate e avançar na produção do conhecimento sobre as condições e as perspectivas da juventude brasileira¹.

O Projeto Juventude envolveu especialistas de diversas áreas ligadas à juventude que, através de debates e da reunião de documentos e informações, produziram novos diagnósticos e interpretações. A emergência desse tema revelou a necessidade de conhecer mais a fundo os interesses e anseios dos jovens brasileiros no início do milênio. Dessa forma, um desdobramento do Projeto foi o estudo de caráter quantitativo para traçar o “Perfil da juventude Brasileira”. O propósito desse trabalho foi de fazer uma atualização e ampliação da pesquisa pioneira realizada pela Fundação Perseu Abramo em 1999. Foram entrevistados 3.501 jovens, entre 15 a 24 anos², de ambos os sexos, moradores de áreas urbanas e rurais, de todos os segmentos sociais e de todo o território nacional. O resultado levou em considerações diferentes variáveis, como por exemplo: renda, gênero e idade.

¹ ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. “Apresentação”. In: _____ (orgs.) *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa Nacional. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 11.

² De acordo com o Censo do IBGE de 2000 o número de pessoas entre 15 a 24 anos correspondia a 34,1 milhões de jovens ou 20,1% da população.

O propósito do projeto foi de fornecer um quadro que auxiliasse na ampliação de debates e na formulação de projetos e políticas voltadas a esse público específico³. De acordo com os resultados da pesquisa, os assuntos que mais interessam ao jovem são educação e trabalho. Para Paul Singer isso pode ser explicado em virtude do momento histórico vivido pelos jovens desse período. Eles nasceram em tempo de crise social.

A posse do dinheiro e do poder político está nas mãos [...] de seus pais e avós. Os que não têm renda abundante ou ao menos suficiente para satisfazer suas necessidades e anseios se encontram diante de um dilema de submeter-se aos que possuem mais do que precisam ou revoltar-se e fazer voto de pobreza. Esta é – em alguma medida – a situação em que se encontra grande parte da juventude. Só se excetua uma fina camada de jovens de famílias muito ricas, que podem satisfazer suas fantasias mais fabulosas [...]. A juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero⁴.

Em certa medida, a análise de Singer explica o porquê dos maiores interesses dos jovens serem à educação e o trabalho. Seriam os meios pelo qual poderiam alcançar autonomia em relação ao controle do mundo adulto. Nesse contexto, autonomia encarna o desejo de liberdade e se estende para uma forte crença de que podem mudar o mundo; sendo “capazes de fazê-lo melhor, mais justo e mais livre do que o mundo em que vieram à luz”. A pesquisa indica que 83% dos jovens possuem um posicionamento político definido e que 17% não sabem se posicionar. No âmbito político o resultado da pesquisa foi: 5% se posicionam na extrema-esquerda, 11% na esquerda e outros 11% no centro-esquerda; 23% se posicionam no centro; 12% no centro-direita, 14% na direita e 6% na extrema-direita. Colocando esses dados em uma definição abrangente 32% dos jovens se posicionam à direita, enquanto que 26% situassem à esquerda, outros 23% no

³ PROJETO JUVENTUDE. Perfil da Juventude Brasileira. Disponível em http://www.fpabramo.org.br/uploads/perfil_juventude_brasileira.pdf. Acesso em 09/11/2014.

⁴ SINGER, Paul. A juventude como coorte. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.) *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa Nacional. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 28- 29.

centro. Para Paul Singer não é possível afirmar que a juventude brasileira é de direita, afinal a pesquisa mostrou certo equilíbrio nos posicionamentos políticos. Outro argumento utilizado pelo autor, para ratificar essa ideia, foi o resultado em relação à opinião sobre o socialismo. 52% dos jovens entrevistados acreditam que o socialismo continua sendo uma alternativa para resolver os problemas sociais, ou seja, a maioria identifica-se, de certa forma, com os ideais socialistas.

A divulgação dos dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” trouxe uma grande repercussão e, a conclusão de alguns veículos de comunicação, foi de que a juventude brasileira era conservadora. O jornal O Globo publicou uma reportagem intitulada “A juventude conservadora que ama a família”, afirmando que o resultado da pesquisa aponta que o universo juvenil brasileiro é

[...] conservador e temente a Deus, que gosta das Forças Armadas e da polícia, confia nos empresários, desconfia dos sem-terra e acha que não tem influência política. Quase metade da juventude brasileira não se importaria de viver em uma ditadura. Não quer deixar a casa dos pais e adora a família. Teme muito a violência e o desenvolvimento e acha que pode mudar o mundo⁵.

Consonante com essa interpretação dos resultados, a revista *Istoé* concluiu que a juventude brasileira é

“apegada à família, conservadora, preocupada com a violência e o desemprego [...]. [...] são contra a descriminalização da maconha e a favor da diminuição da maioridade penal. Ouvem Zezé de Camargo e Luciano, admiram Ayrton Senna e preferem continuar na casa dos pais”⁶.

Outros dados da pesquisa utilizados para corroborar com essa interpretação foram: 75% se declararam favoráveis à diminuição da maioridade penal; 80% se

⁵ *Jornal O Globo*, 02/05/2004, p.16.

⁶ *Revista Istoé*, edição nº 1.804, 05/05/ 2004.

colocaram contra a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo, 80% contra a descriminalização do aborto e 81% desfavoráveis que o uso da maconha deixe de ser crime. Com relação às principais instituições tradicionais, em uma escala de importância, 98% confiam na família, 75% na Igreja Católica, 67% nas Forças Armadas, 66% na Polícia Militar, 67% na Polícia Civil.

De acordo com os sociólogos Gustavo Venturi e Vilma Bokany, a tese de que a juventude brasileira é conservadora baseia-se na premissa que, sobretudo na década de 1970 e no início dos anos 1980, a maioria dos jovens tinham se engajado na luta pelo fim da ditadura militar, fosse pela luta armada ou pela via democrática. Ademais, teriam adotado uma postura contestadora e progressista aos padrões comportamentais da época, principalmente, através da liberalização sexual, do uso de drogas e de novas expressões culturais. Segundo Venturi e Bokany, essa hipótese decorre de um equívoco, pois

Se nos anos 1970, tivesse sido feita uma pesquisa quantitativa tão abrangente como a atual do Projeto Juventude, provavelmente veríamos que a maioria dos jovens brasileiros da época era ainda mais conservadora- e agora estaríamos constatando, na verdade, uma queda nos indicadores de conservadorismo. O fato de que uma minoria tenha abraçado valores da contracultura que os levava a saírem da casa dos pais mais cedo, a viverem com maior liberdade sexual e a experimentarem todas as drogas, parece ofuscar as evidências históricas que a maioria deles, à época, simplesmente reproduziu em seu comportamento os padrões conservadores então vigentes⁷.

Ao tratar as parcelas juvenis desses períodos como minoria, os autores não tiveram a pretensão de reduzir ou ofuscar a importante atuação vanguardista desses grupos. Para eles, o papel desempenhado por esses jovens ganhou tanta dimensão que contribuiu para a crença que esse foi o padrão comportamental de todas as gerações

⁷ BOKANY, Vilma; VENTURI, Gustavo. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa Nacional. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 353.

dessas épocas. Além disso, Venturi e Bokany reconhecem o papel de destaque desses grupos na modificação gradual e assimilação parcial desses comportamentos, transformando os valores morais dominantes. Outro problema suscitado pelos sociólogos, acerca da tese do conservadorismo juvenil atual, seria a ideia implícita que os jovens dos anos 2000 seriam mais conservadores que seus pais. Essa perspectiva é refutada por Venturi e Bokany, que acreditam que a popularização de alguns desses valores vanguardistas possam ter ampliado, numericamente, o número de jovens que adotam uma postura mais progressista e que, em via de regra, a maioria dos jovens se comporta de acordo com os “valores hegemônicos de sua época e cultura”. Além disso, “a contestação da ordem vigente pressupõe privilégios de ordem material e simbólica não disponíveis à maioria”⁸.

Creio ser extremamente difícil afirmar que nas décadas de 1980, 1970 e até mesmo em 1960 as parcelas juvenis progressistas tenham sido uma minoria. Não houve pesquisas de opinião⁹ desse porte ou outros estudos, produzidos nesses períodos, que servissem de base empírica para essa afirmação. A imagem mítica do jovem rebelde e revolucionário se tornou predominante na memória das gerações posteriores, principalmente, da década de 1960. Esse processo reflete a importância e as repercussões dos padrões comportamentais dos grupos progressistas, especialmente, das décadas de 1960 e 1970. Contudo, apesar do papel de vanguarda que esses jovens contestadores realizaram é importante destacar os traços conservadores que existiam na juventude brasileira desse tempo e que permanecem nos dias atuais.

Outra questão levantada pelos autores para justificar a existência de um caráter conservador foi que, para ser contestador, o jovem necessita de direitos que envolvam

⁸ Idem, idem, p. 367.

⁹ Uma exceção foi uma pesquisa, publicada em setembro de 1967 na revista Realidade, sobre o perfil da juventude brasileira. A pesquisa foi feita com mil brasileiros entre 15 e 24 anos e concluiu que os jovens eram de maioria conservadora. Esse tema será aprofundado no capítulo 3.

aspectos materiais e simbólicos que não estão no alcance da maioria. Segundo Roger Chartier, não é possível fazer uma distinção entre elementos da cultura popular e elementos da cultura elitizada. A relação entre essas culturas seria a partir de circulações fluídas e práticas compartilhadas e não circunscrita a um único grupo social

Todos os materiais portadores das práticas e dos pensamentos da maioria são mistos, combinando formas e motivos, invenção e tradições, cultura letrada e base folclórica. Por fim, a oposição macroscópica entre popular e letrado perdeu a sua pertinência. A essa divisão massiva- que muitas vezes definia o povo, por defeito, como o conjunto daquele que se situavam fora dos modelos das elites-, prefere-se o inventário das divisões múltiplas, que fragmentam o corpo social¹⁰.

Portanto, explicar esse fenômeno apenas por um viés classicista não dá conta de esclarecer os motivos para a existência de parcelas juvenis conservadores na sociedade brasileira de várias épocas. É a noção de apropriação que permite “caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que circulam em determinada sociedade”¹¹.

Em 2008, outra pesquisa de opinião foi realizada, dessa vez pelo Instituto Datafolha. Foram 120 perguntas feitas para 1.541 jovens em 168 cidades do país, através de dois questionários. Os resultados foram publicados no Jornal Folha de São Paulo através de um caderno especial intitulado “Jovem Século 21”. Segundo a reportagem

A primeira constatação da pesquisa é simples: cai por terra o clássico imaginário do jovem contestador, rebelde, engajado, participativo etc. O jovem brasileiro quer emprego. Seus maiores sonhos são materiais: realização profissional, comprar imóvel e veículo e ficar rico. Seus principais valores são família, saúde, trabalho e estudo. E nem em

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa:DIFEL, 1988, p.134.

¹¹ Idem, p.136.

temas polêmicos como descriminalização da maconha ou liberação do aborto eles se descolam do resto da população brasileira¹².

De acordo com a pesquisa, acerca dos temas polêmicos, 68% são desfavoráveis à descriminalização do aborto, 50% favoráveis à pena de morte e 72% acreditam que fumar maconha deve continuar sendo crime. Em relação à posição política, 37% se definem pertencente à direita, 28% à esquerda, 23% ao centro e 12% não sabem. Dos entrevistados, 69% se declaram consumistas; 36% declararam que o seu maior sonho de consumo é a casa própria, em segundo lugar, com 33%, é o desejo por um carro¹³.

O Jornal buscou a opinião de especialistas para corroborar com essa interpretação. Foi o caso do psicanalista Contardo Calligaris, que declarou que a pesquisa afirmou o que vem sendo constatado ultimamente: “os adolescentes são tão caretas quanto a gente, se não mais.” Segundo Calligaris, a imagem do adolescente e jovem insubordinado, visionário, rebelde foi criada por adultos, através do cinema e da literatura nas décadas de 1950 e 1960. Os adultos, vivendo sem grandes emoções, “inventaram a adolescência como encarnação de sua vontade de uma vida menos enlatada”¹⁴. Sobre a participação política dos jovens, o cientista político Gustavo Ventura afirmou que, tradicionalmente, a população brasileira é conservadora e com pouca postura associativa. Para Ventura, a juventude tem buscado formas de organização alternativas às tradicionais. Isso explicaria a baixa adesão aos partidos políticos.

Já João Batista Ferreira, outro psicanalista, vê com otimismo a juventude e considera o período mais extraordinário do ser humano. Segundo Ferreira a imagem que os adultos fazem em relação à juventude é “quase sempre desaprovadora e pejorativa”,

¹² *Folha de São Paulo*, 27/07/2008, p. 2.

¹³ É interessante notar que, uma das preocupações da pesquisa, foi discriminar as classes sociais dos jovens entrevistados. Segundo os dados, 4% pertenciam à classe A, 27% a classe B, 53% a classe C, 14% a classe D e 2% a classe E.

¹⁴ *Idem*, p.3

sendo comum o uso dos termos “juventude transviada, rebelde, [...], maconheira, festiva, riponga, revoltada, subversiva, drogada, alienada, geração perdida [...]”¹⁵. De acordo com o psicanalista, a juventude atual é pragmática, preocupando-se muito mais com o presente do que o futuro; vinculativa, extremamente favorável a relações amorosas intensas e baseadas no compromisso; internauta, profundamente conectada à internet; caseira, as liberdades conquistadas no seio familiar proporcionam maior permanência junto à família, sem muitas cobranças. É comprometida com o corpo, sendo extremamente preocupada com a estética e a saúde; por outro lado, não tendo compromisso com a política. Inventiva e promissora na vida profissional; inteligente devido à coleta de informações que a internet proporciona, sabe um pouquinho de tudo; generosa, é preocupada com o outro; revolucionária, na conquista de direitos e na mudança dos costumes.

Outra opinião de destaque foi a de André Forastieri, na época diretor editorial da *Tambor* que, menos de um ano depois da pesquisa, se tornou editor do *Folhateen*, caderno criado em 2009 pelo *Jornal o Estado do São Paulo*, que possui como público alvo adolescentes e jovens. Para Forastieri, o resultado da pesquisa, em primeiro lugar, reflete o medo que os jovens possuem em relação à miséria e pobreza. Em segundo lugar, a busca por um “lugar ao sol”, demonstra o quanto os jovens são conscientes com a realidade em que vivem. De acordo com Forastieri, “para sobreviver é preciso jogar o jogo”, ou seja, as regras existem, mas variam de acordo com o momento

Nosso jovem é surpreendentemente sofisticado em sua ambiguidade. Não têm ideais nem heróis. É realista nos seus objetivos – fantasias de ser modelo ou craque de futebol é coisa de uma minoria. Pretende atingir suas metas gastando o mínimo de energia. Respeita as leis do homem e de Deus só até que elas se transformem obstáculos¹⁶.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem*, p.17.

De acordo com Jean-Jacques Becker, o estudo a partir da opinião pública possibilita, de maneira eficaz e precisa, perceber o comportamento, as atitudes dos indivíduos confrontados com os acontecimentos. Para tanto, é necessário refletir como “os acontecimentos agem sobre a opinião pública” e “a maneira como esta influi sobre o acontecimento”¹⁷. Nesse caso, a imagem de uma juventude combativa e revolucionária, marca das décadas de 1960 e 1970, choca-se com a constatação da existência de significativas parcelas juvenis conservadoras nos anos 2000 que, ao longo dos anos, vem ganhando espaço e dimensão jamais vista. É o caso, por exemplo, dos movimentos e grupos jovens que se colocaram em oposição, desqualificando por completo, às manifestações sociais de 2013.

Becker alerta para os perigos que a opinião pública oferece. Primeiro, por mais que a opinião pública pretenda ser dominante, ela revela “um fervilhamento de opiniões particulares”¹⁸, ainda assim, é necessário observar a tendência dominante. Segundo, a opinião pública corresponde a uma realidade plural, com diversas tendências. Contudo, essas tendências não possuem o mesmo peso, um peso que não pode ser medido nem em quantidade, nem em qualidade. Isso não significa que basta o reconhecimento de tendências conservadoras na juventude brasileira pela opinião pública. É necessário “combinar a abordagem qualitativa com a abordagem quantitativa”¹⁹ e identificar se há eficácia no discurso conservador, seja ele vinculado à maioria ou não. Terceiro, é preciso refletir sobre o propósito da opinião pública. Será ela fabricada? De acordo com Becker, a manipulação existe. Contudo, ela só terá chance de ser bem-sucedida caso acompanhe os rumos da opinião pública, senão ela pode causar um resultado inverso.

¹⁷BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003, p.85.

¹⁸ OZOUF, Jacques. L’opinion publique: apologie pour les sondages, in *Faire de l’histoire*, t.III, Nouveaux objets, Paris, Gallimard, 1974, p.220-235, apud, 2003, p. 190.

¹⁹BECKER, Jean-Jacques. *Op.Cit.*, p.191.

Assim sendo, quais foram os objetivos das pesquisas de opinião, elaboradas em 2003 e 2008, sobre os jovens brasileiros? A pesquisa “Perfil da juventude brasileira” foi um desdobramento do Projeto Juventude que, com o intuito de elaborar políticas públicas específicas para a juventude, viu a necessidade de conhecer melhor os jovens, buscando conhecer suas aspirações e anseios. A interpretação dos dados, feita por especialistas no livro *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa Nacional* mostrou a preocupação de não conferir a juventude brasileira um perfil conservador. Já as publicações dos resultados da pesquisa, feitas pelo jornal O Globo e a revista *Istoé*, pretenderam afirmar, categoricamente, que a juventude brasileira é conservadora e retrógrada. Nesse caso, em contraposição à imagem da juventude contestadora e revolucionária construída, especialmente, a partir dos acontecimentos das décadas de 1960 e 1970. Em um contexto marcado por um amplo debate acerca da juventude e de um projeto político, a tática adotada pelos principais meios de comunicação, foi dar relevo a esse segmento do meio juvenil.

A ênfase dada aos traços conservadores na juventude brasileira promoveu novos debates e resultou na elaboração de uma nova pesquisa pelo Instituto Datafolha em 2008. Menos exigente com análise dos dados, concluiu que os jovens brasileiros em nada se parecem com a imagem de rebeldes e revolucionários, construída ao longo dos anos e atribuída às gerações juvenis posteriores à década de 1950. Diante disso, a memória cumpre um papel importante na leitura dos dados das pesquisas: o jovem brasileiro dos anos 2000 se tornou conservador e o caráter contestador e rebelde ficou no passado, estando relacionado às gerações anteriores.

Pierre Laborie se propôs a analisar os vínculos e as relações existentes entre memória e opinião. Segundo o autor, a função da memória é transmitir uma das diversas representações do passado no presente, alertando para o fato que ela se constrói muito

mais sob as questões e preocupações do presente. Com relação à opinião, ela reflete as representações do presente, traduzindo as *metamorfozes* do sentimento coletivo em relação aos fatos do presente e, da mesma forma, questões do passado que estão em constante reformulação no presente. Para Laborie, esses dois conceitos referem-se à uma visão do presente, ligada às interpretações do passado e às preocupações com o futuro.

Para além das semelhanças, são imprescindíveis as interações e influências entre a memória e a opinião. De acordo com Laborie esse processo ocorre da seguinte maneira

A memória intervém na fabricação da opinião pela influência das representações dominantes do passado. Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação, processo que pode ser amplificado pela mídia²⁰.

A leitura das informações, resultantes das pesquisas de opinião, revelaram fortes características conservadoras no meio juvenil e foram notadas com bastante surpresa por alguns setores da imprensa. Afinal, a representação predominante é de que a juventude, vista como um bloco homogêneo é, em sua natureza, revolucionária, contestadora e rebelde. Esse ponto de vista foi construído, sobretudo, a partir das experiências vividas pelos jovens nas décadas de 1960 e 1970, particularmente, em regimes políticos conservadores ou autoritários. De acordo com Samantha Quadrat, “a forma de ver a juventude é também uma das maneiras de as sociedades lidarem com o seu passado, especialmente com a memória dos governos não democráticos.”²¹.

²⁰LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, C.; ROLLEMBEG, D.; BICALHO, M.; KNAUSS, P.; QUADRAT, S. (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 81.

²¹QUADRAT, Samantha Viz. A Oposição juvenil à Unidade Popular. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (orgs.). *A Construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e

No Brasil, a redemocratização interferiu sobremaneira na construção da memória sobre a Ditadura Militar. Segundo Daniel Aarão, nesse processo, a sociedade resistiu ao autoritarismo, o projeto da esquerda revolucionária era o de luta por uma sociedade democrática, os grandes movimentos sociais de direita foram esquecidos e, os militares, foram considerados os únicos culpados pelo regime ditatorial. Foram poucos os que se identificam com esse passado. Na memória dominante, quase todos resistiram²². Nessa conjuntura, a atuação de parcelas juvenis em movimentos e episódios, contrários à Ditadura Militar, contribui para a memória de uma juventude brasileira combativa e resistente ao autoritarismo.

Os questionamentos do presente suscitam problemas e indagações. Como explicar as *metamorfozes* que as gerações juvenis sofreram, desde os áureos anos de rebeldia e contestação, até se transformarem em uma geração atual, muito mais próxima dos valores conservadores do que o ideal revolucionário? As possíveis explicações para essa questão, talvez possam ser encontradas no universo juvenil da década de 1960. Será, mesmo, que todo o jovem queria a revolução?

No início da década de 1960 ocorreu no Brasil um momento político de intensa radicalização política entre esquerdas e direitas. O principal tema presente nos debates eram as Reformas de Base, defendido pelas esquerdas. Os defensores desse projeto acreditavam que a mudança da realidade brasileira só seria possível através de profunda transformação social, política e econômica. Diversos grupos sociais, de diferentes

consentimento no Século XX. v.2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P.526.

²² AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 49-50.

idades, se tornaram partidários das Reformas. Contudo, outros segmentos sociais eram contrários, pois acreditavam que as Reformas de Base representavam, na realidade, a implantação do comunismo no Brasil. O medo que o comunismo exerceu foi a força motriz que aglutinou, gradativamente, grupos políticos e sociais em prol de um objetivo: a saída de João Goulart do poder. Na visão das direitas, tirá-lo da presidência seria o mesmo que deixar *acéfalo* o movimento em defesa pelas Reformas.

A mobilização das direitas, em torno desse ideal, foi bem sucedida quando no dia 31 de março de 1964 os militares, em resposta ao clamor de grandes parcelas da sociedade brasileira, depuseram João Goulart e deram início ao governo militar. O que muitos não esperavam na época, era que a chegada dos militares ao poder teria um caráter permanente. Por 21 anos viveu-se no Brasil um regime político marcado pelo autoritarismo e exceção.

É necessário refletir sobre a memória construída sobre a Ditadura Militar. Em 1964 muitos manifestavam em “alto e bom som” o anseio pela deposição de João Goulart e pelo o fim da ameaça comunista no Brasil. Hoje, muitas dessas vozes estão em silêncio, parecendo que nem existiram. Na historiografia, inúmeros trabalhos dão foco às esquerdas, destacando seus ideais e suas estratégias de atuação contra a ditadura. Às direitas ficaram no esquecimento. A memória predominante é a da sociedade resistente, que lutou bravamente contra os ditames ditatoriais. Se de fato, a sociedade resistiu à ditadura, como esta foi capaz de durar 21 anos?

Estudos atuais têm procurado pensar a problemática relação entre a sociedade e o Estado, desse período, buscando novas explicações sobre as bases do regime militar no Brasil. Isso não significa deixar de lado as inúmeras contribuições que os estudos sobre as esquerdas brasileiras trouxeram para a compreensão da conjuntura política da década de 1960. Mas, refletir sobre as parcelas sociais que defenderam a intervenção

militar, naquele momento, e que acreditavam que as Reformas de Base nada mais eram mudanças que colocariam em risco a democracia brasileira e representariam a implantação do comunismo. Quem eram, o que pensavam, no que acreditavam esses inúmeros indivíduos que em nome da democracia, defenderam uma ação inconstitucional em prol da manutenção da ordem?

Nesse contexto, qual foi o papel desempenhado pelos jovens? Duas particularidades devem ser levadas em consideração na reflexão sobre essa participação:

- 1) A noção de que a juventude é uma categoria social e, que, portanto, é uma construção social e cultural.
- 2) O seu caráter transitório, marcado por transformações psicológicas e sociais. Por isso, esse trabalho tem como objetivo analisar a atuação da juventude no Brasil, principalmente relacionado ao meio estudantil, em dois momentos emblemáticos da década de 1960: a greve universitária por *um terço* em 1962, que ocorreu em quase todas as Universidades do país, e o conturbado ano de 1968, marcado por diversas manifestações estudantis.

Dessa forma, no capítulo 1 busquei analisar o que é juventude e como essa categoria social foi construída ao longo da História. Além disso, como a questão da juventude foi tratada pelas sociedades europeias na primeira metade do século XX. Nesse período, houve um grande esforço em mobilizar e controlar as potencialidades juvenis, porém houve limitações em relação a esses projetos. Apesar das tentativas de *enquadramento* das juventudes, alguns grupos agiram de acordo com os seus interesses e visões de mundo.

O capítulo 2 trata do contexto político brasileiro no final da década de 1950 e início da década de 1960, marcado por um intenso debate sobre as Reformas de Base. A grande demanda estudantil era o projeto da Reforma Universitária que, naquele momento, poderia ser definida em um termo: a democratização da Universidade. A

UNE e outras entidades passaram a traçar diversas estratégias para colocar em prática a Reforma Universitária. A greve por *um terço* representava para esses estudantes o início desse projeto. Apesar de grande adesão à paralização das Universidades alguns grupos de estudantes se colocaram desfavoráveis à greve e passaram a fazer uma intensa campanha contrária. A principal alegação utilizada era que a UNE tinha se tornado um instrumento de mobilização política das esquerdas entre os jovens e que, por isso, tinha perdido o foco na luta a favor das reivindicações estudantis. Na visão desses jovens, era necessário intervir e lutar por espaço dentro das entidades estudantis.

Em 1968, no Brasil e no mundo, houve grande efervescência política e social, marcada por uma palavra de ordem: revolução. Nos diversos episódios que ocorreram, ao longo de 1968, os jovens se destacaram como protagonistas de movimentos que pretendiam, além da mudança de padrões comportamentais, o fim do conservadorismo e a emergência de novos projetos políticos capazes de realizar uma transformação na realidade social. Em decorrência da grande participação juvenil nesses acontecimentos e da crença de que a juventude possuiu uma natureza contestadora foi adotada, como parâmetro, a ideia de que todo o jovem é rebelde e revolucionário. Inúmeros trabalhos ressaltaram essa visão²³. No caso do Brasil, dando ênfase, principalmente, ao movimento estudantil e ao posicionamento dos jovens favoráveis às Reformas de Base. Existe, portanto, uma lacuna na historiografia sobre outros grupos juvenis que militavam no movimento estudantil brasileiro e que não faziam parte do projeto das esquerdas. O papel que os jovens exerceram nesse contexto não foi homogêneo e destituído de cisões. Além disso, não pode ser compreendido fora da conjuntura, daquele período, marcada por disputas políticas e intensa polarização ideológica.

²³ Sobre esse tema ver MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964 - 1968*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1987; REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968 a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

A partir desse ponto de vista, no capítulo 3 busquei analisar os principais acontecimentos que marcaram o movimento estudantil em 1968 e o conflito entre estudantes da USP e do Mackenzie, na Maria Antônia, em São Paulo. De um lado da rua, os estudantes de esquerda; do outro, os de direita. Um confronto que demonstrou a divisão que existia entre os universitários paulistas, caracterizada por diferenças ideológicas e políticas, e a disputa por posições importantes dentro do movimento estudantil. Cabe ainda ressaltar que, o enfoque desse trabalho a essa parcela juvenil, pretende proporcionar novos elementos para a compreensão desse contexto político. Além disso, problematizar algumas visões deterministas e generalizantes que existem sobre a juventude, fase da vida caracterizada por inúmeros questionamentos e descobertas.

Analisar a atuação das juventudes de direita no Brasil permitirá uma maior compreensão dos processos históricos ocorridos em 1962 e 1968, possibilitando identificar os confrontos políticos dentro do movimento estudantil e a variedade de propostas políticas que existiam entre as juventudes brasileiras. É preciso levar em consideração que esses grupos juvenis representam um bloco heterogêneo, composto por diversas matizes. Nesse caso, ao tratar de *juventudes de direita* refiro-me à organizações que possuíam variadas propostas e métodos para alcançar suas demandas. Usando como referência os critérios estabelecidos por Norberto Bobbio, para distinguir a divisão existente na direita, é possível classificar essas juventudes em dois grandes grupos: o centro-direita, composto por doutrinas e movimentos que podem ser definidos como liberais por defenderem a democracia, mas que possuem o ideal de igualdade restrito à igualdade perante a lei; e, a extrema-direita, composta por doutrinas e movimentos antiliberais e anti-igualitários²⁴.

²⁴ BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 135.

A rebeldia, aspecto latente da juventude, nem sempre se revela.

Capítulo 1

“Quem tem a juventude tem tudo”²⁵: o fenômeno da juventude no início do século XX.

What candles may be held to speed them all?
 Not in the hands of boys, but in their eyes
 Shall shine the holy glimmers of good-byes.
 The pallor of girls' brows shall be their pall;
 Their flowers the tenderness of patient minds,
 And each slow dusk a drawing-down of blinds.²⁶

Caiam fora, velhos. Só o que é eternamente jovem deve ter seu lugar em nossa Alemanha. (...) A juventude é uma atitude. (...) Os homens interiormente velhos são a peste de um povo sadio porque se opõem obstinadamente a toda ideia nova. (...) Aquele que marcha nas fileiras da Juventude Hitlerista não é um número entre milhões de outros, mas o soldado de uma ideia.²⁷

1.1) Desvendando a juventude: afinal, o que é ser jovem?

Parece ser uma pergunta fácil de responder, porém não é. É impossível definir o que é juventude somente por aspectos biológicos. Compreender esse período na vida de um indivíduo envolve observar uma série de condições históricas e sociais que variam de sociedade para sociedade. Por exemplo, hoje em dia no Brasil, o governo reconhece como jovem o indivíduo que possui idade entre 15 e 29 anos. Para a ONU, esse período é um pouco menor. O jovem está situado entre 15 e 24 anos. No entanto, para além da

²⁵ MUSIEDLAK, Didier. “O fascismo italiano: entre consentimento e consenso”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol.1: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 196.

²⁶ OWEN, Wilfred. Anthem for Doomed Youth. Disponível em <http://edicoespqp.blogs.sapo.pt/1935726.html>. Acessado em 10/06/2015.

²⁷ Frases de Baldur von Schirach, chefe da Juventude do Terceiro Reich, em 1934. Citado por MICHAUDE, Eric. Soldados de uma ideia: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 291.

faixa etária, é importante apreender os diferentes significados e os simbolismos que cercam o universo juvenil. Afinal, a juventude é uma construção social, cultural e histórica.

Nesse sentido, é possível definir a juventude como uma categoria social, o que a torna uma representação sociocultural e uma situação social. Por isso,

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos²⁸.

Para obter maior compreensão acerca das múltiplas experiências vividas por essa categoria, é recomendável o uso do termo juventude no plural. Apesar dos jovens viverem um determinado tempo em comum, cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, gênero, mundo urbano e rural etc. – usufruiu essas experiências a sua maneira. Ou seja, a juventude é vivida de diversas formas, de acordo com a posição social e às diferenças sociais. A pluralidade de juventudes decorre de práticas culturais e sociais que, ao longo do tempo, criam e recriam as faixas etárias. Dessas experiências, surgem comportamentos específicos de cada grupo juvenil, dando origem às subculturas juvenis.

Segundo Helena Wendel Abramo²⁹ a juventude é um fase da vida, entre a saída da infância e a entrada na vida adulta, na qual ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais. Por ser um período de transição e, portanto, uma condição temporária, a juventude possui margens móveis. Desse modo, não é possível compreender essa fase da vida humana apenas pelo aspecto biológico. A melhor forma

²⁸ GROPPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p.7-8.

²⁹ ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Scritta, 1994, p.1.

de conceber a juventude é através da determinação cultural das sociedades, de acordo com a maneira em que identificam e atribuem ordem e sentido a essa fase transitória.

Conforme Giovanni Levi e Jean- Claude Schmitt

Com esse olhar cruzado e ambivalente, no qual se misturam atração e desconfiança, as sociedades sempre “construíram” a juventude com um fato social intrinsecamente instável, irreduzível à rigidez dos dados demográficos ou jurídicos, ou – melhor ainda- como uma realidade cultural carregada de imensidão de valores e de usos simbólicos, e não só como um fato social simples, analisável de imediato³⁰.

A juventude é a fase de socialização que antecede a idade adulta. É marcada por uma série de ritos de passagem, o que configura um processo com inúmeras etapas. A sociedade, por sua vez, ao atribuir papéis e impor regras e valores, espera um determinado comportamento da juventude. Contudo, esse processo de integração e reprodução social nem sempre ocorre da forma na qual foi imaginada. Na maioria dos casos, principalmente nas sociedades modernas, essa fase da vida é definida por um campo de batalha simbólico, ocorrendo conflitos e resistências por parte dos jovens ao modelo de integração. Nesse contexto, existe a possibilidade de estes tornarem-se foco potencial de *anormalidade* ou de propostas de transformação social. Isso reflete “o caráter potencialmente problemático dos grupos juvenis e da própria juventude como condição chave para o processo de transmissão da herança social”³¹.

Segundo Karl Mannheim a juventude é um agente *revitalizante* que toda a sociedade dispõe. Para a manutenção de seu vigor é imprescindível o controle sobre a juventude. No entanto, adverte que a utilização dessa “reserva latente” só será bem sucedida a partir da integração e mobilização da mesma. Por isso, a percepção sobre a natureza da juventude é paradoxal. Por ser um recurso latente é uma ameaça que, muitas

³⁰ LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean- Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). Op. Cit., p. 8.

³¹ ABRAMO, Helena Wendel. Op. Cit., p. 4.

vezes, não é possível neutralizar e, que, ao mesmo tempo, deve ser conquistada. Outro importante aspecto destacado por Mannheim diz respeito à armadilha que essa constatação pode trazer

Quando eu era jovem, a crença corrente era de que a juventude é progressista por natureza. Desde então isso revelou-se falacioso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem criar movimentos de juventude.³²

As advertências da sociologia trazem grande contribuição para o estudo das culturas juvenis ao longo da História. Com relação às sociedades, a juventude é compreendida de maneira ambivalente. Ora como um problema que causa desordem ou desvio social, ora como solução, a esperança para o futuro. Também, é preciso fazer o movimento inverso e buscar interrogar sobre a maneira que os jovens veem a si mesmos e à sociedade em que vivem. Sobre esse aspecto, é relevante identificar o sentimento de identidade individual e coletiva e os vínculos que se formam entre os jovens em momentos específicos da História³³. Ainda no que diz respeito à juventude, é preciso encará-la como um universo, composto por indivíduos de diferentes origens, classes sociais, gêneros, crenças, cada qual proveniente de uma realidade, mas que compartilham códigos e constroem identidades juvenis.

De acordo com Eisenstadt, a passagem da infância para a vida adulta é problemática devido às dificuldades encontradas pelos grupos juvenis em construir funções sociais, que os integrem, nas sociedades modernas. Essas, por sua vez, constituem-se a partir de critérios universalistas, principalmente no que diz respeito ao desempenho e a especialização³⁴. Nessa conjuntura, a escola exerce um papel fundamental, pois ficou encarregada de preparar o indivíduo para a vida profissional,

³² MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p.51.

³³ LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean- Claude. Op. Cit., p. 13.

³⁴ EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

através da transmissão de conhecimentos e valores. Essa “exigência” da vida moderna contribuiu para uma grande segregação em relação ao mundo adulto, promovendo um longo adiamento da maturidade social. Além disso, a escola, apesar de possuir a função de preparação para a vida adulta, não conseguiu atender as necessidades das crianças e adolescentes ao longo desse período de transição³⁵. Segundo Abramo

A peculiaridade desse período de *espera* constituído pelos anos escolares faz com que as metas previamente estabelecidas e os papéis aí desempenhados não respondam às necessidades surgidas na personalidade dos adolescentes, que tendem, então a formar grupos espontâneos de pares, nos quais possam elaborar essas respostas, que se tornam importantes *locus* de geração de símbolos de identificação e de laços de solidariedade³⁶.

A emergência da juventude coincidiu com as profundas e contínuas transformações características da modernidade. Na Idade Média, a infância era uma fase extremamente reduzida e limitada ao momento que a criança desenvolvesse as habilidades para a sua sobrevivência. Assim que atingisse certo grau de autonomia, a criança era misturada aos adultos e partilhava de seu modo de vida. Não havia um período de transição para o processo de socialização da criança para a fase adulta. A aprendizagem ocorria através da convivência da criança ou do jovem com os adultos.

Contudo, foi a partir do fim do século XVII que ocorreram mudanças que alteraram esse processo de socialização. De acordo com Philippe Ariès, isso aconteceu a partir de dois motivos. A aprendizagem passou a ser função desempenhada pela escola, o que promoveu uma separação entre a criança e os adultos e a criança passou a ser mantida dentro da escola para, depois, ser inserida no mundo. Essa alteração social

³⁵ Idem.

³⁶ ABRAMO, Helena Wendel. Idem.

só foi possível devido à cumplicidade da família que passou atribuir grande importância à educação.

A ampliação desse processo ocorreu de forma lenta e gradual. Afinal, nem todos possuíam condições de manter seus filhos em escolas e prepará-los para desempenhar uma função no futuro. Esse era um privilégio que, por um bom tempo, manteve-se, especialmente, ligado à burguesia e à aristocracia. Além disso, as mulheres eram excluídas dessa nova forma de aprendizado. A disseminação dos ideais iluministas, em virtude da Revolução Francesa, promoveu uma valorização da educação através da criação de escolas e da ampliação da escolarização para classes populares. No entanto, a universalização do ensino nas escolas encontrou diversas barreiras para se consolidar. Um exemplo disso foi o advento da Revolução Industrial. As duras condições de vida das classes populares impediam, em grande parte, que as crianças tivessem a oportunidade de viverem esse interregno social. Muitas foram obrigadas a servir de mão de obra nas indústrias e foram submetidas a um tempo menor à ação da escola.

Isso implica em afirmar que, principalmente, entre os séculos XVIII e até a metade do século XIX, a condição juvenil pode ser vivida com maior dimensão por aqueles provenientes das classes mais abastadas. Entretanto, isso não significa dizer que os jovens de classes populares não conseguiram viver esse período também. Eles buscaram novas formas e estratégias para se distanciar da vida adulta, criando seus próprios espaços e modos de socialização.

A virada do século XIX para o século XX foi marcada por inúmeras transformações econômicas e sociais que geraram um grande impacto em muitas metrópoles ocidentais. No entanto, o clima de euforia e a crença no progresso, característicos da *Belle Époque*, eram restritos a uma minoria extremamente enriquecida com o avanço das práticas capitalistas ao longo do século XIX. Essa não era a realidade

vivida pela maioria. As contradições do capitalismo foram mais percebidas no âmbito social. As desigualdades sociais refletiam em uma falta de estrutura urbana e uma realidade marcada pela miséria, pelo desemprego e por condições de vida degradantes. Essas condições contribuíram para que muitos jovens vivessem à margem da sociedade.

Ademais, essa conjuntura favoreceu o surgimento de um comportamento incomum e inesperado, por parte de grupos jovens, aos padrões vigentes da época. Esse fenômeno da sociedade moderna contribuiu para que alguns setores juvenis se tornassem um problema, pois seus comportamentos não seguiram os padrões sociais a que foram submetidos. Essa nova atitude colaborou para um tipo de comportamento caracterizado como *delinquente* e contestador. Foi a partir da emergência desses novos costumes que o tema da juventude obteve maior visibilidade³⁷. As manifestações e expressões juvenis, ao longo desse período, ganharam extrema notoriedade do mundo, o que contribuiu para a percepção da juventude como um sujeito social específico, repleto de valores e visões de mundo próprias.

Segundo Jon Savage, a inexistência de um controle por parte dos adultos, em fins do século XIX, e os graves problemas sociais foram condições que facilitaram a organização de jovens em gangues. Descritos como destemidos, audaciosos, valentões e encenqueiros, gradativamente ganharam espaços nos jornais em virtude de crimes cometidos e do uso de uma violência desmedida. De acordo com Savage, foi na América que a delinquência juvenil ganhou proporções alarmantes e grande destaque na mídia. Em 1890 foi publicado o livro *How the Other Half Lives* do fotógrafo norte-americano Jacob Riis. O objetivo de Riis foi de trazer a luz os problemas enfrentados, principalmente, pela juventude urbana e buscar formas de integração desses à sociedade. No entanto, Savage afirma que Riis e outros jornalistas não previram

³⁷Idem, p. 8.

[...] o impacto que suas reportagens sensacionalistas tinham no grupo que objetivavam. O jovem era um assunto emocionante, mais ainda se associado ao crime e a hábitos estranhos e bárbaros. Aparecer na imprensa dava status. [...] Essa súbita atenção refletia que, na década de 1890, muitos jovens urbanos estavam determinados a viver a vida ao seu modo. Não importava o que reformadores e jornalistas pensassem, eles iam ter o que queriam por bem ou por mal: substâncias tóxicas, armas e roupas. Do mesmo modo que o seu vestuário extravagante chamava atenção do público, [...] usavam sua aparência surpreendente como um distintivo de honra³⁸.

A delinquência juvenil foi um subproduto das condições econômicas e sociais que marcaram as sociedades ocidentais desse período. O alto índice de crianças abandonadas e a falta de perspectiva propiciaram aos jovens a busca por novas formas de inserção. Nessas circunstâncias, as gangues representavam uma forma de garantir um espaço de aceitação e pertencimento. Afinal, possuíam seu modo de agir, seus símbolos e sua indumentária própria, como meios de distinção dos demais. Além disso, um meio no qual se vivia fora das regras e dos padrões sociais estabelecidos. Segundo Groppo, os trabalhos e pesquisas feitas por contemporâneos dessa época não relacionaram a delinquência juvenil as causas socioeconômicas. Para a maioria dos especialistas, esse fenômeno estava ligado à questão genética e a natureza biológica da classe operária³⁹.

Essa manifestação juvenil não foi exclusiva da América. Teve suas correspondências na Europa também. Na Grã-Bretanha, os jornais da época noticiavam diariamente crimes cometidos por jovens, principalmente, oriundos da classe operária urbana. Muitos desses jovens se encontravam em uma situação degradante e sem grandes expectativas. Foi em 1898 que os distúrbios começaram a ocorrer em escala nacional. O intenso clima de desordem em Londres, marcado por brigas, roubos,

³⁸ SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p.51.

³⁹ GROPPPO, Luís Antonio . Op. Cit., p. 94.

embriaguez e agressões contra a polícia, contribuiu para a criação de um termo, pela imprensa, para definir a avalanche de brutalidade: *hooligan*⁴⁰.

Os *hooligans*, além de praticar atos violentos e causar desordem eram conhecidos pelo seu modo de se vestir: “Todos eles têm um cachecol peculiar enrolado no pescoço, um boné colocado jocosamente para frente, bem caído sobre os olhos, e calças muito justas nos joelhos e muito folgadas na altura dos pés”⁴¹. Comportar-se fora dos padrões sociais e vestir-se de uma maneira específica representava para esses jovens uma forma de autoafirmação, até mesmo de excitação e de desafio às normas estabelecidas. Para a sociedade da época, os *hooligans* eram uma ameaça à ordem.

Nesse mesmo período, surgiram várias gangues em áreas pobres de Paris que foram chamadas de Apaches⁴², em alusão a tribos indígenas da América do Norte. O uso do vocábulo generalizou-se e passou a qualificar “jovens malandros dos subúrbios”⁴³. Assim, como no caso dos *Hooligans*, a imprensa passou a utilizar esse termo para caracterizar os grupos juvenis que cometiam delitos e que causavam grande desconforto na sociedade. Com o passar do tempo, Apaches ganhou ampla aceção, passou a caracterizar o homem que vive à margem da sociedade. Segundo Michelle Perrot, Apache se tornou sinônimo de bandido “que une à sua delinquência uma certa contestação da ordem social”. Apesar de ter sido os jornais a atribuírem a alcunha de Apache, de acordo com Perrot, “os jovens se reconheceram nessa imagem índia, reivindicaram-na para si e adotaram-na como símbolo de sua mobilidade crítica e seu

⁴⁰ Não há consenso sobre a origem do termo *hooligan*. Conforme o Dicionário de Inglês Oxford a palavra pode ser proveniente do sobrenome de uma turbulenta família irlandesa fictícia de uma canção da música popular da década de 1980. Clarence Rook, em seu livro *Hooligan Nights* de 1899, afirmou que a palavra teve sua origem no nome de um segurança e ladrão irlandês, Patrick Hoolihan (ou Hooligan), que vivia no bairro londrino de Southwark.

⁴¹ Descrição feita pelo Jornal *Daily Graphic* em 1898. In: SAVAGE, Jon. Idem, p. 60.

⁴² A origem do termo é controversa. De acordo com Jon Savage, foi o historiador criminalista Claude Dubois, o termo apareceu na imprensa francesa em virtude da grande fascínio pela cultura indígena americana que, teve início com o livro *O Último dos Moicanos*, escrito por James Fenimore Cooper em 1826.

⁴³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 308 - 309.

espírito desordeiro. [...] eles assumem com desafio e um certo orgulho”⁴⁴. Sob essa expressão reuniu-se uma juventude descontente que rejeitava o trabalho assalariado e a condição proletária de sua família⁴⁵. O imaginário, acerca do modo de vida apache, contribuiu para que muitos jovens “aderissem” a marginalidade temporariamente. Pertencer ao grupo se tornou uma espécie de “aventura juvenil”, um rito de passagem antes de aceitar as normas da vida adulta.

Se por um lado, os Apaches representavam uma ameaça para a sociedade francesa devido aos atos de violência e a recusa ao trabalho, por outro, suscitaram admiração de parcelas da juventude de classes populares, especialmente, pelo modo de vestir

[...] boné de aba, baixo, redondo ou enfunado, jaqueta curta e acinturada, calça com boca larga, lenço de cores vivas, botinhas de bico fino e botões dourados. Esse filho do povo, que conheceu a rudeza do sapato com sola de madeira, dá muita importância ao modo de se calçar⁴⁶.

A imprensa exerceu um importante papel na criação da imagem dos Apaches. Segundo Groppo, “a rebeldia e a delinquência juvenil foram assuntos atraentes ao público consumidor dos meios de comunicação de massa, e sua publicização, ela própria, ajudou a moldar as características especiais desses grupos juvenis”⁴⁷.

Os três alvos de fúria dos Apaches eram a polícia, a burguesia e o trabalho. Rejeitavam a ordem social, desprezando a quem se submetesse a ela. Porém, valorizam a juventude e os benefícios que o consumo proporcionava. Os hábitos apaches envolviam a busca pelo prazer: o fumo, o álcool, as mulheres, os prazeres pelo consumo

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Jon Savage . Op. Cit., p. 63.

⁴⁶ PERROT, Michelle. Op. Cit., p. 313.

⁴⁷ GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit., p. 99.

e pelas roupas⁴⁸. Os Apaches foram uma surpreendente combinação entre *confronto* e *cumplicidade* com a sociedade capitalista.

Na Alemanha, por volta de 1890, jovens indignados com o sistema de educação rígido e críticos com a sociedade, cujos valores baseavam-se no progresso, no industrialismo e no militarismo procuraram uma nova alternativa de vida. Promoveram caminhadas aos campos e acampamentos em “busca de contato com a natureza e as raízes culturais populares, em oposição à vida ‘artificial’ das grandes cidades”⁴⁹. As jornadas eram realizadas com o mínimo de luxo: as refeições eram preparadas em fogueiras e as acomodações eram feitas em celeiros e tendas. O movimento era composto por grupos autônomos que se organizavam em torno de um líder mais velho. A maioria dos seus membros possuía idade entre 12 e 19 anos⁵⁰. A ideia de promover excursões ao campo demonstrava o desejo pela liberdade e pela construção de um mundo, no qual os jovens pudessem viver de acordo com seus próprios interesses e escolhas. Ir para o campo representava uma espécie de fuga dos padrões comportamentais da sociedade da época. Por isso, o movimento ficou conhecido como *Wandervogel* (“Pássaro errante”).

Segundo Groppo, o ambiente paradoxal em que viviam as elites sociais alemães, entre a expansão do liberalismo e as práticas tradicionais aristocráticas, foi crucial para a eclosão desse movimento. Com o passar do tempo, o movimento se expandiu para diversas partes da Alemanha, Áustria e Suíça, tornando-se um projeto de autonomia da juventude. Os jovens chegaram a formar comitês e realizar congressos. Na primeira década do século XX, o Movimento se encontrava em plena expansão. Contudo, esse crescimento exacerbado resultou em divergências de opinião e divisões internas. Ao mesmo tempo em que o Movimento Juvenil Alemão tinha uma proposta de rompimento

⁴⁸ PERROT, Michelle. Op. Cit., p. 312.

⁴⁹ ABRAMO, Helena Wendel. Idem.

⁵⁰ SAVAGE, Jon. Idem, p. 122.

com a ordem institucionalizada, alguns grupos defendiam valores conservadores. Para esses grupos o uso de bebidas e cigarros era associado à degradação da vida urbana e industrial, e rejeitavam à participação de mulheres. A discussão acerca desses temas resultou na fragmentação do movimento, tornando-o extremamente complexo. A camaradagem, a busca por uma vida livre e desprendida do ambiente alienante - características da visão romântica que permeou os momentos iniciais do Movimento - se perderam com a adesão de novos participantes, dando espaço para manifestações de misoginia, pureza sexual, antissemitismo e uma ideologia nacionalista⁵¹.

O pós- I Guerra Mundial gerou, para a Alemanha, inúmeros problemas políticos, sociais e econômicos que provocaram profundas consequências para a sociedade alemã. O Movimento Juvenil Alemão não saiu ileso dessa situação. A tensão interna, a ambivalência da ideologia e à desilusão do pós-guerra culminaram na extinção do movimento. Alguns estudos apontam que a experiência do *Wandervogel* criou um ambiente favorável para a disseminação dos ideais nazistas e da formação de organizações de juventudes no Terceiro *Reich*.⁵² Para Helena Abramo, essa organização foi uma das que mais refletiu o comportamento contestador da juventude em fins do século XIX. O Movimento Juvenil Alemão foi um exemplo de uma revolta cultural que buscou adotar uma postura contrária aos valores dos adultos⁵³.

As profundas e rápidas transformações, ocorridas ao longo do século XX, desintegraram os “velhos padrões de relacionamento social humano, e [...] a quebra dos elos entre as gerações”⁵⁴ e geraram um ambiente favorável à emergência da juventude

⁵¹ GROppo, Luís Antonio. Op. Cit., p. 107- 108.

⁵² Sobre esse tema, cf: ERIKSON, Erik. *Childhood and society*, Nova York, W.W. Norton, 1978; GILLIS, John. *Youth and History. Tradition and Change in European age relations. 1770-present*, Expanded Student Edition, Academic Press, Nova York/Londres, 1981; MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961; RICHARD, Lionel. *A República de Weimar (1919-1933)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁵³ ABRAMO, Helena Wendel. Idem.

⁵⁴ HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

como ator social fundamental para a dinâmica das sociedades. Apesar do reconhecimento e dos espaços conquistados, as questões da rebeldia e da revolta continuaram como as principais chaves para a problematização da juventude.

1.2) O impacto da I Guerra Mundial nas juventudes europeias

Os movimentos que surgiram no final do século XIX e início do século XX são indicadores das *metamorfoses* que os jovens sofreram durante esse período, tornando-se uma categoria marcada pela existência de grupos delinquentes ou politizados. O alvorecer do século XX já demonstrava um panorama de múltiplos significados, experiências e subculturas juvenis. Apesar de suas particularidades, é possível aferir que esses jovens possuíam um ponto em comum: a rejeição aos valores e ao padrão comportamental de seus pais. Contudo, esses movimentos juvenis foram muito mais resultados de reações espontâneas do que propriamente de um projeto político e ideológico. O objetivo inicial era a busca por uma nova forma de vida, embora não houvesse uma ideia clara de como isso deveria ocorrer.

Em 1912, Henri Massis e Alfred de Tarde, dois jovens intelectuais franceses, realizaram um estudo com homens parisienses, entre 18 e 25 anos de idade, que estivessem cursando o ensino de nível médio e superior. A pesquisa revelou um novo tipo de jovem que rejeitava o sistema liberal, tecnológico e cosmopolita que estava em voga na época. Entusiasmados com o resultado do estudo, Massis e Tarde, no ano seguinte, lançaram o livro *Les jeunes gens d'aujourd'hui* sob o pseudônimo de Agathon. Segundo Jon Savage, a obra detectou a existência de um abismo entre gerações. A proposta foi de comparar os rapazes de 1912 com os que chegaram à maioria em 1885. A conclusão foi que

A geração anterior tinha sido pessimista, exageradamente intelectual, relativista e agnóstica – qualidades que a haviam levado, ela mesma, à decadência, e a própria França à sua abjeta posição durante a década de 1870. Cansada do que enxergava como o recente caos na França, a geração que surgia adotou a posição contrária. O rapaz de 1912 tinha “exilado a falta de autoconfiança”: era “sua característica criar ordem e hierarquia, assim como os mais velhos do que ele tinham criado desordem e ruínas⁵⁵”.

Concomitantemente a esse estudo, foi publicado em 1913, o livro de Ernest Psichari, *L'appel des Armes*, que conta a história de Maurice Vicent, filho de um professor que se revolta com os valores antimilitarista e anticlerical do pai, dramatizando um choque de gerações ao apresentar um pai progressista e um filho conservador. Enviado para a África no serviço Militar, Maurice Vicent passou a receber a influência do Capitão Nangès que o inicia nos ritos e na mística do espírito militar. Através dos ensinamentos de Nangès, Maurice é instruído a encarar o Exército como algo superior a nação francesa, afinal, nesse período, a França estava a mercê das forças progressistas. Nesse contexto, o Exército era a encarnação da eterna França que permanece enquanto governos têm início e fim⁵⁶. No final dessa jornada, Maurice se tornou o soldado perfeito que, ao longo de seu aprendizado, encontrou no serviço militar “a renúncia ao ego pelo bem maior, definido nesse caso como a pureza e a fé de uma França esquecida”⁵⁷. De acordo com Savage, a principal mensagem transmitida por Agathon foi de que a geração de 1912 “eram homens de ação, interessados em aeroplanos e esportes em vez de livros”. Além disso, esses jovens eram atraídos pelo catolicismo, mais propensos em aceitar responsabilidades adultas e conservadores em relação à geração de 1885.

⁵⁵ Jon Savage. Op. Cit., p. 148.

⁵⁶ FIELD, Frank. *British and French Writers of the First World War: Comparative Studies in Cultural History*. New York: Cambridge University Press, 1991.

⁵⁷ Jon Savage. Op. Cit., p. 149.

No caso da Alemanha, as experiências adquiridas com o Movimento Juvenil Alemão contribuíram para a formação de uma “cultura jovem”, distinto da ordem estabelecida. Apesar de não existir um padrão ou atividades definidas o objetivo era procurar um novo modo de vida e desenvolvê-lo. Um importante desdobramento dessa meta foi a declaração do encontro⁵⁸ realizado em *Hohe Meissner* em 1913:

Juventude Alemã Livre, por sua própria iniciativa, sob sua própria responsabilidade e com profunda sinceridade, é independente para construir sua própria vida. Para o bem de sua liberdade interior deverá, sob toda e qualquer circunstância, agir sempre unida⁵⁹.

Embora o evento tenha buscado, como princípio, a iniciativa e a independência dos jovens, foi proibido o uso do tabaco e do álcool em todas as reuniões. Para Eisenstadt o manifesto demonstrou que

Ainda que estas atitudes fossem essencialmente individualistas, ao preparar, por assim dizer, uma fuga dentro de um pequeno círculo de amigos, foram adquirindo lentamente uma maior orientação para a comunidade, em significado e ênfase nacionalista. A fuga para a natureza, a ênfase no asceticismo (abstenção de bebidas, fumo, etc) e o fato de “andarem sem destino” (por isso o famoso nome *Wandergovel*) foram adquirindo um significado popular e nacionalista e tornou-se um anelo para a instituição de uma verdadeira comunidade nacional, no lugar da comunidade artificial que existia naquele tempo⁶⁰.

Ainda de acordo com Eisenstadt, o movimento possuía um aspecto ambivalente: por um lado, propunha uma separação entre seus membros da sociedade e a negação de seus valores e normas; por outro, tinha o propósito de recriar a sociedade, a partir da ênfase no espírito e nos valores comuns. Apesar dos esforços em unir os diversos

⁵⁸ O encontro ocorreu em virtude do protesto contra a parada militar em celebração ao centenário da vitória da batalha de Leipzig em 1813.

⁵⁹ EISENSTADT, S. N., Op. Cit., p. 84

⁶⁰ Idem, p. 83.

grupos juvenis alemães em torno de uma única bandeira, o encontro em *Hohe Meissner* não conseguiu atingir tal meta. Logo depois, surgiram cisões dentro do movimento em virtude da variedade de opiniões e projetos.

Tomando como exemplo a atuação dessas parcelas juvenis alemãs e francesas nota-se que, apesar das especificidades de cada movimento, há questões compatíveis, como por exemplo: a rejeição a ordem social e a defesa dos valores nacional-patrióticos. Apesar da firme negação ao “mundo dos adultos”, esses jovens não possuíam um projeto definido de como deveria ser o futuro. As ideias existiam, porém não havia um plano detalhado de como esses objetivos seriam alcançados. O mais importante para esses jovens, era não ser iguais aos pais. Diante desse quadro, a eclosão da guerra foi recebida, por muitos, com grande entusiasmo. Era a oportunidade perfeita de agir sem o controle dos pais, viver novas experiências e defender a nação contra a ameaça externa. Para muitos jovens, era o *momento grandioso*, no qual, muitos, estavam esperando.

A adesão à guerra foi deveras expressiva. Na Alemanha, o fervor patriótico era percebido nos jornais, nas ruas e nos vagões de soldados que continham a inscrição: “Logo nos encontraremos nos bulevares de Paris”⁶¹. Na França, o sentimento foi o mesmo. Os franceses encararam o conflito como uma oportunidade de revanche à humilhação sofrida com a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Foi possível encontrar nos vagões de trem lotados de soldados bandeiras e inscrições: “a Berlim, a Berlim”⁶². Uma certa dose de patriotismo, uma vontade de se provar e a crença de que o conflito duraria apenas alguns meses foram elementos capazes de arregimentar diversas juventudes. Outro fator que contribuiu, sobremaneira, a impelir os jovens a participar da guerra, foi o grau de preparação que muitos receberam no período anterior a 1914. De certa maneira, muitos jovens receberam treinamento militar nos campos de esporte,

⁶¹ RICHARD, Lionel. A República de Weimar, 1919-1939. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do livro, 1988, p. 18.

⁶² SAVAGE, Jon. Op. Cit., p. 158.

em suas sociedades de pares. Alarmados com a capacidade juvenil de mobilização, a exemplo do *Wandervogel*, as autoridades buscaram controlar o movimento. Foi o caso do *Jungdeutschlandbund*, criado na Prússia em 1911, com o objetivo de condicionar à juventude alemã um treinamento militar adequado.

Com seus fortes vínculos com o exército, este novo grupo aprovado pelo Estado oferecia um misto de exercícios ao ar livre e “jogos de guerra”: atividades que incluíam treinos, prática de primeiros socorros e manobras completas, fundidas com uma ideologia explicitamente marcial. Depois do seu sucesso inicial, o exército e o funcionalismo público tentaram unir todos os outros movimentos juvenis sob sua bandeira⁶³.

Essa iniciativa foi bem sucedida, pois em 1914 o *Jungdeutschlandbund* tinha neutralizado grande parte dos grupos que faziam parte do *Wandervogel*. Segundo Jon Savage, havia uma similaridade entre as noções de vida e união masculina desses movimentos e a propensão prussiana para a expansão territorial. Na revisão dos valores do movimento, o ideal de sacrifício ganhou o lugar da adoração à natureza. Em 1914 o *Jungdeutschlandbund* concentrava por volta de 740 mil membros.

Nesse mesmo propósito foi criado por Robert Stephen Smyth Baden-Powell, membro do exército inglês, na primeira década do século XX, o Escotismo, movimento que propunha a formação de uma série de grupos locais com adolescentes e jovens. O surgimento dos *hooligans* trouxe pânico para a sociedade inglesa, que viu uma parcela significativa de sua juventude viciada em cigarros, álcool e que praticava delitos. A Guerra dos Bôeres⁶⁴ contribuiu ainda mais para alarmar os ingleses acerca da condição juvenil. Ao se alistarem para lutar na guerra, muitos foram considerados fisicamente

⁶³ Idem, pg. 155.

⁶⁴ Os ingleses tentaram, em 1880, dominar os estados do *Transvaal* e Orange, mas os *bôeres*, colonos holandeses que ocupavam a região desde o século XVII, resistiram e venceram o conflito. Entre 1899 e 1902 teve início um novo confronto, pois os ingleses pretendiam controlar as ricas regiões mineradoras. Os *bôeres* não conseguiram resistir por muito tempo e houve a vitória dos ingleses. Em 1902 foram obrigados a assinar um tratado de paz, e suas terras tornaram-se colônias britânicas.

fora dos padrões e foram rejeitados de imediato. A situação se tornou mais crítica quando houve a necessidade de enviar mais homens ao exército britânico. Diante desse quadro, a sociedade inglesa culpava os vícios da vida urbana pela condição juvenil da época. Era preciso agir e preparar o condicionamento físico dos jovens para eventuais conflitos. Afinal, era o futuro do Império Britânico que estava *em jogo*.

Preocupado com o futuro dos jovens ingleses, Baden-Powell propôs que grupos compostos por adolescentes e jovens aprendessem “a atirar com rifles em miniatura”, a “treinar e tomar parte em escaramuças”. Suas lições deveriam ser permeadas por deveres cavalheirescos:

“1. Temer a Deus. 2. Honrar o rei. 3. Ajudar os fracos e atormentados. 4. Reverenciar as mulheres e ser bondoso com as crianças. 5. Treinar o uso de armas para defender o seu país. 6. Sacrificar a si mesmo, os seus divertimentos, a sua propriedade, e, se necessário, as suas vidas pelo bem de seus compatriotas”⁶⁵.

O primeiro teste, que colocou em prática essas ideias, ocorreu em 1907 através da realização de um acampamento inaugural de escoteiros. Meninos entre 9 e 17 anos foram instruídos, além da ética, nos aspectos práticos do movimento: deveriam ser leais ao rei e ao Império, aprenderam técnicas de acampamento, a cozinhar e a marchar. Esse foi o marco da fundação dos *Boys Scouts*. Essa primeira experiência foi difundida pela imprensa por meio de uma ampla campanha nos jornais, da realização de palestras e publicações, e ganhou notoriedade nacional. O resultado dessas ações foi publicado em 1908 um livro intitulado *Scouting for Boys*, escrito por Baden – Powell. Organizado em torno de 26 contos, o livro se tornou o manual que todos os escoteiros deveriam seguir. Os assuntos abordados eram desde como organizar um acampamento, procedimentos a serem adotados nos primeiros socorros, as estratégias de orientação na mata a ensinamentos sobre cidadania, respeito ao próximo, disciplina e ética.

⁶⁵ SAVAGE, Jon. Op. Cit., p. 103.

O *fenômeno* da delinquência juvenil e o surgimento de outros movimentos organizados por jovens foram cruciais para uma mobilização de adultos com o objetivo de controlar e dar direcionamento as aspirações juvenis. O Escotismo, como organização, não tinha apenas a pretensão de envolver a juventude em um projeto de atividades físicas e lazer, mas também era impregnado de uma ideologia que combinava “patriotismo, darwinismo social e culto à adolescência”⁶⁶. Baden-Powell, alarmado com a condição dos jovens ingleses, acreditava ser capaz de compreender o “espírito do garoto”, a inquietude e os anseios juvenis. Por isso, sentiu-se imbuído da *missão* de orientar, dando um propósito às aspirações dessa juventude. De acordo com Baden-Powell, esse desígnio deveria ser maior que o indivíduo e corresponder às necessidades da nação. Assim, os ensinamentos incutidos nesses jovens perpassavam a lealdade ao rei e aos colegas escoteiros, a obediência aos pais, ao líder da patrulha ou ao mestre escoteiro sem questionamento⁶⁷.

É interessante notar como o escotismo foi um movimento influenciado pelo *Wandervogel* ao propor uma separação dos jovens do mundo dos adultos, buscando na natureza um novo modo de vida, distante dos valores e das práticas da sociedade da época. Contudo, a principal diferença é que, no caso do Escotismo, a ação de *fugere urbem* foi proposta por adultos que, cientes da insatisfação e preocupados com uma possível degeneração e desvirtuamento dos jovens, buscou nessa experiência formar uma geração futura pautada nos valores e nos propósitos dos adultos. Assim, como na Juventude Alemã Livre, Baden-Powell condenava o fumo, a bebida e os indolentes: não havia espaço para os *malandros, vagabundos e delinquentes*.

⁶⁶ PÀMPOLS, Carlos Feixa. A construção histórica da juventude. In: CACCIA - Bava, Augusto; CANGAS, Yanko Gonzáles; PÀMPOLS, Carlos Feixa. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p. 298.

⁶⁷ SAVAGE, Jon. Op. Cit., p. 104.

As ideias de Baden – Powell ganharam inúmeros adeptos e conseguiram cooptar grandes parcelas juvenis. Afinal, o Escotismo propunha viagens ao campo, aventura e certa liberdade das exigências dos pais e professores. Tudo isso, junto a um grupo de colegas. Em 1910, os *Boys Scouts* já era o maior grupo de jovens na Inglaterra, reunindo mais de 100 mil membros. Era composto, principalmente, por jovens da classe média baixa e da classe operária alta. Dessa forma, não foi difícil para esses jovens se adaptarem as exigências da guerra, iniciada em 1914. Muitos já estavam inseridos no clima de “disciplina e dever” e viram, no conflito, a oportunidade de colocar em prática várias das habilidades e valores aprendidos no movimento dos escoteiros. Mas, a grande adesão de jovens britânicos à guerra não pode ser explicada apenas pela influência do Escotismo. Outros fatores contribuíram para a anuência juvenil, como a busca por aventura, o tédio com o cotidiano e a amizade. Se alistar juntos com amigos era a forma possível de se manterem no mesmo regimento.

Nesse contexto, a guerra atraiu levadas e levadas de jovens, das mais variadas classes sociais que, imbuídos de diversos sentimentos, partiram em busca de aventuras e novas experiências. O que ninguém imaginava era que o conflito tomaria proporções catastróficas e duraria quatro, longos, anos. A crença inicial era que a guerra duraria poucos meses e logo a vitória seria obtida. Essa convicção estava presente em ambos os lados. No entanto, com o passar do tempo e a estagnação da guerra, o que era antes um sonho, tornou-se um pesadelo. Para os soldados, as trincheiras representavam o que existia de pior

Milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob os quais viviam – e com – ratos e piolhos. De vez em quando seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia [...] “amaciavam” o inimigo e o mandavam para baixo da terra, até que no momento certo levadas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado,

para a “terra de ninguém”, um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, e avançavam sobre as metralhadoras, que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria⁶⁸.

A guerra nas trincheiras não representou, apenas, a morte de milhões de soldados. Ela também simbolizou o fim de uma era, marcada por uma geração que acreditava na possibilidade de um mundo diferente dos seus pais e que viu seu projeto de vida *ruir* com as experiências da guerra. Nessas condições, jovens que, antes, viviam o auge da sua juventude, devido às consequências do conflito, envelheceram em apenas alguns meses. Os traumas físicos e psicológicos atingiram de maneira cruel a todos os soldados.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve o efeito contrário esperado pelos jovens europeus. Se, no início, as juventudes possuíam inúmeros motivos para participar, no final, toda a motivação se esvaiu em virtude dos horrores da guerra. A quantidade de mortos atingiu níveis alarmantes. Segundo Eric Hobsbawm, os franceses perderam mais de 20% de seus homens em idade militar, incluindo prisioneiros de guerra, feridos e soldados traumatizados. Os britânicos perderam por volta de meio milhão de homens com idade inferior a trinta anos. Os alemães tiveram uma baixa de homens em idade militar de cerca de 13%. Praticamente uma geração de homens foi perdida nos campos de batalha.

O impacto da guerra e a alta mortalidade atingiram intensamente às sociedades e, diante desse quadro, os estados europeus realizavam uma árdua propaganda pautada na ideia de *sacrifício*. A guerra deveria ser vista como algo maior, algo que estava acima de interesses individuais. Afinal, o que estava em jogo era a defesa e a soberania nacional! Apesar do discurso pautado em ideais nacionais, quem viveu no *front*, nas trincheiras, viu companheiros morrer e presenciou as atrocidades dos campos de

⁶⁸ HOBBSAWM, Eric. Op. Cit., p. 33.

batalhas. Essas amargas experiências foram vividas por jovens de ambos os lados do *front*. Cheios de vida, planos e projetos, encararam a guerra como uma experiência gloriosa, marcada por idealismo. Porém, o que encontraram de fato, foi o seu lado obscuro.

De acordo com Savage, a ideia de sacrifício criou um “campo de batalha ideológico” entre a juventude. Alguns encarnaram esse ideal, como por exemplo, Hugh Rex Freston, um estudante da Universidade de Oxford que foi morto poucos dias após ter chegado ao *front*. Freston escreveu uma coleção de poemas que foram publicados em agosto de 1916 e que exaltavam o sacrifício. “Melhor morrer enquanto os membros são fortes e jovens, / Antes do fim do dia, / Antes que seja entoada a vigorosa canção da juventude”⁶⁹.

Em contraposição à retórica de sacrifício, surgiram outros jovens que, através, principalmente, da poesia refutaram essa idealização. Foi o caso de um jovem oficial chamado Arthur Graeme West, morto em Bapaume em 1917, que, em seu poema intitulado “Deus! Como eu vos odeio, vós rapazes alegres!” expressou seu “desprezo pelo romantismo da guerra, pelas ‘elegias sentimentais’ da propaganda do *front* doméstico e pelo próprio sistema de escolas públicas obcecadas por esportes”⁷⁰.

Nesse mesmo *espírito* questionador, um oficial em serviço, Alec Waugh, lançou um livro intitulado *The Loom of Youth* em 1917. A história se passa em uma escola e possui como protagonista Gordon Caruthers que, logo no início, aprende as ideologias opressoras que permeavam as escolas britânicas daquele período. Caruthers e seu amigo Tester, ao longo do livro, criticam o sistema escolar inglês que valorizavam o sacrifício como símbolo de comprometimento da juventude com o ideal nacional. O objetivo do

⁶⁹ SAVAGE, Jon. Op. Cit., p. 168.

⁷⁰ Idem, p. 169.

autor, Alec Waugh, foi de expor o discurso dominar do Estado e os efeitos devastadores da guerra para os jovens. Como afirma Tester, uma das personagens do livro,

Toda a nossa geração foi sacrificada; claro que é inevitável. Mas é muito duro. Os homens mais velhos viram algumas de suas esperanças realizadas: nós não veremos nenhuma. Não sei quando esta guerra vai terminar; não agora, eu penso. Mas, quando isso acontecer, no que nos diz respeito, os dias em que tudo são rosas terão acabado. [...] No início fomos enganados pelos ouropéis da guerra; o romantismo teima em não morrer. Mas agora sabemos. Não nos interessam mais os contos de fadas. Não há nada glorioso na guerra”⁷¹.

A meta era inculcar nos jovens, através das escolas, um padrão físico e de comportamento que eles deveriam seguir. Em uma conjuntura marcada pela guerra, o governo inglês pretendia garantir o alistamento entre parcelas juvenis. Desse modo, como não podia impedir as notícias dos horrores da guerra, utilizava a retórica *salvacionista* para continuar a mobilizar a juventude. No entanto, o surgimento de jovens escritores, como Siegfried Sassoon, Wilfred Owen e Richard Aldington, que, através de histórias e poemas, buscaram expor as terríveis consequências do conflito, demonstrou como havia o propósito de *ressignificar* a concepção do sacrifício. Segundo Savage

O mito do sacrifício havia se tornado uma faca de dois gumes. Soldados jovens esperavam cumprir seu dever, mas, se sobrevivessem, sentiam que haviam conquistado o direito de ditar seu próprio mito. Se fossem sacrificados, então não seria em nome dos mais velhos que permaneceriam em casa. Não, o sacrifício deles seria oferecido no altar da nova classe de jovens, da geração cujos membros combateram aos milhões uns contra os outros, sofrera em conjunto e que estaria para sempre unida por essa terrível experiência⁷².

⁷¹ Idem, p. 170.

⁷² Idem, p. 173.

Essa perspectiva encarnava no jovem o papel de mártir e demonstrava o conflito entre gerações que estava se delineando durante a guerra. A juventude no pós-guerra passou a rejeitar o “velho” e tudo o que isso representava.

1.3) A busca pela eterna juventude: a influência do nazismo e do fascismo nas juventudes no pós-guerra

O sentimento de traição que pairava nos jovens no pós – guerra foi fundamental para que o fascismo e o nazismo arregimentassem inúmeras parcelas juvenis. A mobilização da juventude não foi exclusiva desses movimentos. Outras organizações já visavam os jovens como um componente social com grande potencial. Segundo Stanley Payne, a maioria dos movimentos revolucionários “atraem especialmente os jovens e contam com um número imenso de ativistas jovens. Até os anos vinte, até os partidos parlamentares, moderados, haviam começado a organizar seções juvenis.”⁷³ Contudo, para o autor, a exaltação feita aos jovens pelo fascismo era incomum: os colocavam acima de todas as outras gerações e consistia, intensamente, no conflito entre gerações. Além disso, o conceito orgânico da nação e da juventude contribuía, ainda mais, para a associação entre a defesa da força vital e o predomínio da juventude nesse objetivo.

De acordo com Luisa Passerini, o fascismo herdou a questão dos jovens, que já havia despontado em vários países antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. O conflito serviu para a afirmação da juventude como um grupo com valores próprios e atuante na sociedade. Antes mesmo das consequências da guerra, as juventudes europeias já vinham adotando valores nacional-patrióticos e questionando os costumes e

⁷³ PAYNE, Stanley G. *Historia del Fascismo* (trad. De C. Bourne e Victor Alba). Barcelona: Planeta, 1995, p. 23-24. Apud: DICK, Hilário. Op. Cit., p. 217.

visões de mundo de suas famílias e sociedades. O pós-guerra serviu para confirmar esse sentimento de liberdade e desprendimento das tradições.

No caso da Itália, a existência do *esprit de corps*, fraternidades que reuniam estudantes com valores “direitistas” em escolas e universidades, o grande descontentamento dos estudantes do Sul em relação aos trabalhos, considerados inadequados devido às suas expectativas, origem social e grau de cultura, e a gradual perda de afinidade estudantil pelo movimento operário contribuíram para esse fenômeno. Dessa forma, Passerini conclui que “[...], antes de serem objeto de poder, os estudantes foram sujeitos da agitação que o movimento fascista instrumentalizou e tentou interpretar”⁷⁴.

Assim, o surgimento de organizações juvenis fascistas foi concomitante com o aparecimento do fascismo⁷⁵, em 1919, através da formação de Vanguardas estudantis que tinham por objetivo adaptar os estudantes ao projeto de militarização. Havia a *Avanguardia Giovanile Fascista*, para secundaristas; a *Federazione Nazionale Universitaria Fascista*, para universitários, e a *Fasci femmenili*, para as mulheres⁷⁶. A maioria desses jovens eram ex-combatentes e estudantes oriundos da pequena burguesia urbana que enfrentava uma grave crise que se refletiu no subemprego e no desemprego.

As reivindicações desses estudantes foram fortalecidas e apoiadas por Benito Mussolini, por meio, principalmente, da criação do *Popolo d'Italia* e do *Fasci de*

⁷⁴ PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). Op. Cit., p. 322.

⁷⁵ Os primeiros traços de um movimento fascista surgiram em 1919 quando Gabriele d'Annunzio, poeta, dramaturgo e político que lutou na Primeira Guerra Mundial liderou um exército voluntário de 2000 italianos e tomou a cidade de Fiume (hoje Rijeka na Croácia), forçando a retirada de tropas americanas, britânicas e francesas. Durante quinze meses, Fiume foi organizada como cidade-estado independente. Gabriele d'Annunzio e seus companheiros adotaram um novo ritual político baseado na ideia de um estado corporativista, na realização de cerimônias, cantos especiais e instituíram o uso de uniformes. O objetivo de d'Annunzio era forçar a anexação do Fiume à Itália. Contudo, o estado italiano não aderiu ao projeto e exigiu a rendição das tropas. A capitulação ocorreu em 1920, após o bombardeio da cidade pela marinha italiana. A experiência realizada em Fiume pode ser considerada um ensaio que levou ao surgimento do fascismo, anos depois.

⁷⁶ DICK, Hilário. Gritos silenciados, mas evidentes: Jovens construindo juventude na História. São Paulo, EDIÇÕES LOYOLA, 2003, p. 218.

combate. Somado a essa *base* social havia o quesito idade: muitos chefes fascistas tinham idade pouco elevadas em 1922, ano da tomada do poder. Benito Mussolini tinha 39 anos, Italo Balbo possuía 26, Giuseppe Bottai e Dino Grandi com 27, Roberto Farinacci tinha 30, Cesare Maria de Vecchi com 38. O mais velho dos líderes da marcha sobre Roma⁷⁷ era Emilio de Bono, que, em 1922, tinha 56 anos⁷⁸. Ou seja, a liderança do fascismo era composta por homens da geração da guerra que, nos anos de 1914-1918, tinham entre 18 e 40 anos.

Os fascistas, no período da tomada do poder da Itália, procuraram reforçar sua identidade juvenil a partir de três fatores: 1) O *combatentismo*, que era expresso na pretensão de se colocarem como representantes da geração que viveu e sofreu a guerra e que foram “traídos” no final. 2) A conexão entre juventude e guerra, transcrita na morte heroica pela pátria e extremamente presente na literatura italiana no início do século XX, o que forneceu um amplo material que serviu de uso político para os fascistas. 3) A *masculinidade*, que de acordo com os escritos de Giovanni Papini em 1915, estava intimamente ligada ao belicismo e à violência em contraposição ao comodismo. Esses três elementos foram fortemente elencados na figura do *Duce*: jovem, macho e guerreiro⁷⁹.

O fascismo construiu sua imagem a partir da figura do jovem, ao apregoar a “juventude eterna, de uma nação perenemente jovem que se traduz na escolha política de um regime que fez dos jovens o fulcro da própria ação e o momento central do próprio sistema organizativo”⁸⁰ e buscou estabelecer uma relação com a noção de juventude. O intuito do fascismo foi canalizar o potencial de *subversão* da juventude em

⁷⁷ Com o objetivo de reivindicar a participação no governo, o Partido Fascista realizou, no dia 28 de outubro de 1922, uma marcha sobre Roma. Precedido por uma ocupação de vários prédios públicos e sem encontrar resistência, esse episódio representou a chegada dos fascistas ao poder, pois o rei Vitor Emanuel III nomeou Mussolini como primeiro-ministro.

⁷⁸ PASSERINI, Luisa. Op. Cit.

⁷⁹ Idem, p. 324.

⁸⁰ MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). Op. Cit., p. 260.

uma rígida disciplina militar. Esse projeto foi tão acentuado e intenso que moldou a noção de juventude, aos termos fascistas, tornando-se seu elemento constitutivo. Dessa forma, “a noção de juventude pôde ser privada de qualquer conotação histórica ou sociológica e assumir uma dimensão exclusivamente simbólica, operando a fusão dos diversos significados implícitos na própria noção”⁸¹.

Vários símbolos foram criados com o objetivo de ajustar a juventude italiana à concepção de juventude ideal. É o caso da jovem guerreira, em menção a ideia da nação “em armas”; o jovem fértil, com o propósito de incentivar os italianos a terem mais filhos; o efebo atlético e viril, símbolo do fascismo e um dos elementos mais disseminados através das imagens; e, a idealização do *Duce*, sob a sua imagem foram acumuladas os atributos atrelados à juventude: dinamismo, força, entusiasmo, eficiência, excelência física, audaz e espírito combativo. Essa simbologia possuía como finalidade a criação do mito da juventude eterna, o que na visão de Hilario Dick representava a “expressão de todo um sistema, de tudo o que se sonhava e de tudo o que a sociedade italiana parecia estar precisando”⁸². Contudo, o objetivo não era apenas dominar a juventude, mas transformar a própria

“Em símbolo a serviço de uma série de outras necessidades políticas e sociais. [...] a ‘juventude’ italiana transmuta-se em uma série de imagens que roubam seu papel de agente efetivo na vida social e a tornam mais um símbolo politicamente valioso [...]”⁸³.

Em 1926, quatro anos após a chegada dos fascistas ao poder, foi criada a *Opera Nazionale Balilla* (ONB), uma organização complementar ao ensino que propunha uma educação física e moral entre os jovens. A entidade era dividida de acordo com faixas etárias. Os meninos de 8 a 14 anos faziam parte da *balilla*; os jovens entre 15 e 18 anos

⁸¹ Idem.

⁸² DICK, Hilário. Op. Cit., p. 224.

⁸³ GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit., p. 127.

estavam alocados nos *vanguardistas*. As meninas entre 6 e 12 anos eram destinadas às “pequenas italianas” e as garotas de 13 a 18 eram vinculadas às “jovens italianas”⁸⁴. Essas organizações eram obrigatórias⁸⁵, tinham caráter paramilitar e, em alusão as formações militares da Roma Antiga, adotavam como nomes centúrias, coortes ou legiões, além de ser parte do projeto fascista de mobilizar a juventude em prol de seus ideais. A partir de 1927, o dia 21 de abril foi escolhido como data para a realização de uma cerimônia solene, na qual os membros das organizações juvenis avançavam nos grupos de acordo com a idade. Nessa mesma data, realizava-se a cerimônia anual de inclusão de jovens, que completavam 17 anos, no partido fascista. A partir de 1937, a organização tornou-se a *Gioventù Italiana del Littorio* (GIL) e passou a ser controlada pelo partido fascista, sendo posta sob a orientação do Ministério da Educação Nacional.

Todo esse sistema criado, além de ter como objetivo “enquadrar” a juventude, controlando e canalizando seus impulsos sociais, tinha como propósito garantir a renovação permanente dos quadros fascistas. Desse modo, a atuação foi diferenciada, de acordo com as faixas etárias juvenis. Foi o caso dos Grupos Universitários Fascistas, criados em 1920, que agrupavam estudantes entre 18 e 20 anos e que nunca foram atrelados a ONB ou a GIL. Esses grupos eram diretamente controlados pelo partido fascista, através das secretarias nacionais e provinciais. A meta era iniciar os jovens, desde cedo, ao discurso fascista, reunindo-os de acordo com faixas etárias estabelecidas para, dessa forma, doutriná-los e cooptá-los ao projeto do governo. O resultado dessas ações pode ser percebido em 1939 quando a GIL contava com cerca de 8.830.000 jovens (90% homens e 30% mulheres).

⁸⁴ Apesar de realizar a inclusão de mulheres nas organizações juvenis, o fascismo não tinha por finalidade afastá-las do convívio familiar e das funções domésticas atribuídas ao universo feminino. Nessas organizações eram oferecidos, principalmente, cursos de puericultura, higiene, economia doméstica, caridade, visita a hospitais, bibliotecas, cinemas, passeios e ginástica.

⁸⁵ Só poderiam existir organizações estudantis alternativas, sobretudo as católicas, em locais com população inferior a 20 mil habitantes.

Além disso, em 1940, a metade dos 40 milhões de cidadãos italianos estava vinculada a alguma “organização fascista juvenil, econômica, política ou de outra índole.”⁸⁶ Essa grande abrangência se deu, principalmente, através da mídia, do esporte e da cultura popular.

No entanto, com o passar do tempo, alguns problemas em relação às políticas de juventude começaram a aparecer. Afinal, a geração de jovens da década de 1930 não havia participado da Primeira Guerra Mundial nem da Marcha sobre Roma, ou seja, possuíam uma trajetória diferente da geração anterior que tinha vivido um contexto de grande turbulência econômica, social e política. Contudo, almejavam obter um lugar de destaque no cenário político da Itália fascista. A polêmica e indagações sobre a juventude ganhou maior expressividade e notoriedade em 1928 quando Giuseppe Bottai, por meio da revista *Crítica Fascista*, defendeu a ideia que o poder deveria ser confiado às gerações jovens⁸⁷. Nessa época, Bottai, com 32 anos, era subsecretário do Ministério das Corporações e em 1929 passou a ser o ministro das Corporações. Em um período marcado por um intenso debate, Bottai era um representante de uma geração que obteve um posto de comando com, relativamente, pouca idade e que, portanto, viveu a experiência de romper o padrão de sucessão de gerações anterior ao fascismo.

Esse debate esteve pautado em duas discussões principais: 1) Fruto de um grande descontentamento em relação à nomeação dos postos de comando que, segundo Bottai, era de acordo com os desejos e determinações de Mussolini. Ou seja, devido à interferência do *Duce* não havia um padrão ou estabilidade no tocante as carreiras políticas, o que possibilitava aos mais ambiciosos a oportunidade alcançar um cargo importante. Nesse caso, quem era qualificado como “ganancioso e ávido” eram jovens

⁸⁶ DICK, Hilário. Op. Cit., p. 218.

⁸⁷ PASSERINI, Luisa. Op. Cit., p. 329.

recém-saídos das universidades com a fixação em obter cargos⁸⁸. 2) A questão da *renovação* interna do fascismo. Em nome de ideais atribuídos aos jovens, foi criado um mito da juventude, usando-os como sujeitos simbólicos para legitimar o projeto de governo. Ora, o discurso fascista, ao ser construído a partir de características e qualidades inerentes aos jovens, atribuindo-lhes em um papel central. Dessa maneira, proporcionou um cenário político e social no qual, deixava claro que os jovens tinham maiores privilégios dos que os “velhos”.

Essa percepção, por parte de parcelas juvenis, gerou muita controvérsia e disputa entre as gerações e, foi nesse contexto, que as críticas de Bottai e de seu grupo contribuíram ainda mais para polemizar o debate. Apesar de sua ferrenha defesa de que “todo o poder” deveria ser destinado à juventude, Bottai afirmava que apenas os jovens que “fossem de fato fieis às características de generosidade belicosa, de dedicação, de ‘inquietude’”⁸⁹ deveriam alçar posições de destaque. Essas críticas mais amplas e profundas atingiram um alvo maior: o Estado fascista. Até onde o desempenho e a configuração de poder contribuíram para ocasionar esses problemas? Para Bottai, a solução o dilema dos postos de comando estava no Partido. Era necessário “afirmar o caráter essencialmente político, evitando que se perdesse nos meandros de uma atividade administrativa”⁹⁰.

Ora, essas críticas e o descontentamento de parcelas juvenis, definidas como a “geração de Mussolini” por não terem participado da guerra e terem surgido durante o período do fascismo, demonstrava a existência de um conflito entre gerações⁹¹ dentro do regime. Resolver esse dilema não era uma tarefa fácil. Afinal, o fascismo se

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Sobre o conceito de geração, cf: SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 131-137.

embasava na condição juvenil e, portanto, não poderia criar obstáculos para a renovação do Partido. Além disso, para o bom funcionamento era necessário *sufocar* essas disputas entre gerações, criando um clima de harmonia. Nesse período a geração de jovens que passou a ocupar a cena pública, comumente citavam uma expressão criada por uma “revista de superjovens”, *L’Universale*: “um homem de trinta anos deve ser colocado fora de circulação”⁹². Segundo Groppo, há uma grande curiosidade em relação ao pensamento dessa geração de jovens fascistas: seu lema foi muito semelhante a um dos *slogans* mais marcantes dos movimentos juvenis da década de 1960: “Não confie em ninguém com mais de 30 anos”⁹³.

Com o passar do tempo, houve uma intensificação do conflito geracional, o que demonstrou que

[...] tanto as propostas de Bottai seriam insuficientes para cooptar os jovens mais ativos de então quanto o partido seria incapaz de liberalizar-se internamente, autonomizar-se do aparato administrativo/estatal e, principalmente, abrir maiores oportunidades às novas gerações⁹⁴.

O acirramento dessa discussão, a partir da década de 1930, contribuiu para que Bottai fosse demitido por Mussolini em 1932 por apresentar posições consideradas excessivamente perigosas para o projeto de governo e para o surgimento de espaços para jovens questionarem o próprio regime. Por muito tempo, a explicação da esquerda, em relação aos grupos juvenis que foram contrários ao fascismo, esteve pautada sob a questão de indivíduos ou grupos, negando que esses fatos estivessem ligados a problemas de geração. Contudo, para Laura Passerini

⁹² PASSERINI, Luisa. Op. Cit., p.332.

⁹³ Esse tema será trabalhado no capítulo 3.

⁹⁴ GROppo, Luís Antonio. Op. Cit., p. 135.

No caso dos que se tornaram antifascistas mesmo sendo “mais jovens” que o fascismo, a questão se apresenta de modo diverso. Eles não podiam deixar de sentir-se parte de uma geração, mas tiveram simultaneamente a sensação de serem expropriados de um sentimento que fora proposto e manipulado pelo regime e por suas organizações de massa. Durante mais de vinte anos, o fascismo proclamou de vários modos a sua atenção privilegiada para a juventude, tanto física quanto espiritual, provocando sobreposições e confusões entre os vários planos de significado, que foram particularmente penosas para aqueles que cresceram e se tornaram adolescentes durante a ditadura. A dramaticidade dessa experiência foi relatada nas autobiografias dos muitos que passaram da aceitação mais ou menos convicta do fascismo às fileiras do antifascismo e da Resistência⁹⁵.

Na Alemanha, o contexto político do pós - I Guerra Mundial contribuiu sobremaneira para cooptar expressivas parcelas juvenis para o projeto nazista. Contudo, há outro fator que favoreceu o sucesso da organização nazista: a tendência, desde o século XIX, dos “alemães de reunir-se em grupos de interesse ou de defesa”⁹⁶, organizando-se em ligas associativas ou corporativas, “segundo classe social, categoria profissional, *hobbie*, ideologia, religião, gênero e [...] idade”⁹⁷. Desse modo, o aparecimento do *Wandervogel* e de outras organizações juvenis: a Juventude Socialista, a Juventude Democrata, a Juventude Conservadora, a Juventude Protestante e outras, não foi algo inusitado em virtude da tradição cultural alemã de viver em associações e a valorização da vida comunitária. Além disso, essa prática intensificou-se na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, principalmente, através do Partido Nacional Alemão e outras organizações paramilitares que reuniam milhares de alemães que recusavam “um exército alemão de 100.000 homens, o pagamento de reparações aos vencedores, a militância comunista”. Nesse contexto alemão de grande mobilização das massas, o Partido Nacional Alemão aglutinou todos os movimentos pautados em um caráter

⁹⁵ PASSERINI, Luisa. Op. Cit., p. 324.

⁹⁶ RICHARD, Lionel. Op. Cit., p. 120.

⁹⁷ GROppo, Luís Antonio. Op. Cit., p. 138.

antirrepublicano, nas forças antidemocráticas na defesa da raça alemã, inclinados à escancarada violência e no antissemitismo⁹⁸.

Com relação aos agrupamentos paramilitares de direita, que sobreviveram à dissolução dos corpos voluntários, eles “se mantiveram sob a aparência de associações chamadas patrióticas ou de antigos combatentes, de clubes de tiro e de sociedades de caçadores”⁹⁹. De acordo com as cláusulas do Tratado de Versalhes, os clubes de tiro¹⁰⁰ só poderiam utilizar armas de pequeno calibre, porém serviram como locais de preparo militar, permitindo a iniciação tradicional de jovens no “espírito militar”. Nesse período, essas associações não agrupavam apenas ex-combatentes. O propósito era mobilizar a população em virtude do contexto de crise política e social que a Alemanha enfrentava no pós- I Guerra Mundial e as determinações punitivas do Tratado de Versalhes. Era o caso dos Capacetes de Aço¹⁰¹, uma das mais famosas associações de ex-soldados, dividida em várias seções: o núcleo central do movimento era formado por homens que compunham as forças de intervenção; em seguida vinham os recrutas, jovens¹⁰² entre 17 e 21 anos. Os adolescentes de 13 a 17 eram iniciados em jogos que simulavam situações de guerra. Por último, havia duas ligas reservadas às mulheres com o intuito de formar contingentes femininos, especialmente nos serviços de saúde.

A meta principal dos Capacetes de Aço era compensar as imposições, do Tratado de Versalhes, com o objetivo de enfraquecer o exército alemão. Por isso,

⁹⁸ RICHARD, Lionel. Op. Cit., p.121 – 122.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Em 1926, os clubes de tiro possuíam 400.000 sócios. No ano seguinte, havia na Alemanha cerca de 40.000 associações desse tipo.

¹⁰¹ Fundada no final de 1918, por um antigo oficial do estado maior, Franz Seldte, possuía como objetivo reunir os ex-combatentes. Em 1926, a organização contava com cerca de 450.000 mil membros.

¹⁰² É preciso destacar que nem todos os jovens aderiram aos grupos paramilitares de direita. Nesse contexto, a esquerda também buscou criar e organizar inúmeras associações, muitas delas destinadas aos jovens. Ligado ao Partido Socialdemocrata havia os grupos da Juventude Operária, compostos por homens e mulheres, que realizavam inúmeras atividades voltadas para a juventude. O partido controlava também a organização “Amigo das Crianças”, com cerca de 100 mil jovens, era dividida em: Pombinhos (de 8 a 10 anos), Falcõezinhos (de 10 a 12 anos) e Falcões Vermelhos (de 12 a 14 anos). Além disso, havia a organização, mais ativista, Jovem Bandeira com o objetivo de defender o partido contra os grupos extremados da direita. O Partido Comunista também possuía seções juvenis, eram o caso da União Comunista da Juventude e os Pioneiros Vermelhos.

Instituíram um regulamento militar, usavam uniforme ver-cinza, participavam de manobras com caminhões, carros e armas. Todos os homens sadios de menos de trinta anos eram submetidos a um serviço obrigatório que, sob o disfarce de exercícios de ginástica, correspondia quase inteiramente ao treinamento a que se deve submeter todo soldado principiante¹⁰³.

Foi nesse contexto de exaltação ao militarismo, ao anticomunismo e ao antissemitismo que surgiu, em 1920, o Partido Nacional Socialista. Os nazistas, como logo seriam chamados, dispunham de uma seção de esporte e ginástico que, em 1921, foi transformada em uma seção de assalto. A partir daí, se formou uma tropa de combate, tornando-se um corpo de elite, totalmente disciplinado e obediente ao líder. Com o passar do tempo, os nazistas criaram uma rede de organizações específicas a cada categoria social, com o objetivo de cooptar parcelas da população, foi o caso da Juventude Hitlerista e a Associação dos Estudantes Nacional-Socialistas, criadas em julho de 1926.

Comparado com outros grupos nacionalistas, até 1929, o recrutamento nazista era relativamente baixo, possuía cerca de 150.000 membros, enquanto no mesmo período o Partido Nacional Alemão possuía 700.000 integrantes. Essa conjuntura começou a mudar, principalmente, a partir de 1931 quando o Partido Nazista possuía 500.000 membros. Segundo Lionel Richard, essa situação foi possível em razão da crise econômica¹⁰⁴ e da intensa propaganda que os nazistas realizavam. Somado a isso, a ajuda financeira, dada por capitalistas alemães e a atração que exerciam sobre os outros grupos de direita, em alguns casos estabelecendo alianças, lhes garantiram inúmeros simpatizantes. Não foi à toa que, logo no início da década de 1930, o nazismo se tornou um *movimento de massa*. Ainda de acordo com Richard, muitos homens e mulheres

¹⁰³ RICHARD, Lionel. Op. Cit., p. 124.

¹⁰⁴ Os efeitos da crise de 1929 na economia alemã foram desastrosos. Houve repatriação dos capitais norte-americanos e ingleses, inúmeras falências, grande inflação e desemprego.

aderiram ao movimento em virtude do desespero e da necessidade de uma solução, que lhes parecia imediata, para o contexto da época.

Nesse período o desemprego alcançou níveis alarmes, atingindo imensamente a população, principalmente a juventude. Um jornalista francês, Daniel Guerin, visitando a Alemanha em agosto de 1932 encontrou nos arredores de Berlim um grupo de jovens que lembrava muito o movimento *Wandervogel*, porém tinha práticas muito diferentes. Conforme Guerin esse “Grupo Selvagem de jovens [...] era muito ‘valentão’. Eles tinham a expressão depravada e perturbada de desordeiros”¹⁰⁵. A maioria desses jovens enfrentavam condições adversas e estavam vivendo à margem da sociedade, vagando pelas estradas, sem emprego ou assistência social. Livres do controle dos adultos, muitos desses jovens formaram os chamados “Grupos Selvagens” que, segundo Savage, com a intensificação da crise econômica e social cresceram em diversas áreas próximas a Berlim. O aumento, sem precedentes, do número de jovens sem expectativas de vida, a maioria entre 16 e 18 anos, contribuiu para o surgimento desse tipo de organização que rejeitava os padrões de comportamento social. A percepção desses jovens era que a sociedade os havia abandonado. Dessa forma, esses “Grupos Selvagens”¹⁰⁶, compostos por ambos os sexos, viviam da prostituição e do roubo em geral, realizavam ritos de iniciação que envolviam violência e orgias. Os “Grupos Selvagens” representavam uma forma extremada de rejeição à sociedade alemã, desse período. Não eram a única forma de atuação juvenil, mas eram o reflexo da grave crise de valores que a Alemanha enfrentava. O espírito do *Wandervogel* se perdeu nesse turbilhão de acontecimentos, deixando muitos jovens sem rumo e desesperançados. Nessa conjuntura, o discurso nazista encontrou um terreno extremamente propício para a sua propagação.

¹⁰⁵ Apud SAVAGE, Jon. Op. Cit., p. 284.

¹⁰⁶ Por serem desprezados dos padrões comportamentais da época, esses grupos escolhiam nomes que demonstrassem sua natureza “selvagem”. Os mais conhecidos foram: “Sangue dos Tártaros, Sangue dos Índios, Sangue dos Cossacos, Crime Selvagem, Terror das Garotas, Apaches Vermelhos, Amor Negro, Carcaças Sangrentas, Piratas da Floresta e Beberões de Schnapps”.

As táticas de atração e cooptação, utilizadas pelo nazismo, eram bastante eficientes, principalmente entre os jovens do campo e de pequenas cidades, áreas onde o movimento operário não era muito expressivo. Usavam pequenas salas para realizar seus encontros, dando a impressão de que o local estava lotado, marcados pela apresentação de um ritual de uniformes e de bandeiras; chegavam em grupo nos locais da realização de suas reuniões, com o objetivo de suscitar a curiosidade dos moradores; em sua passagem, distribuíam panfletos; pintavam cruzes gamadas nas ruas e entoavam em coro seus cânticos. Além disso, era comum o uso da violência em opositores, o que causava mortes e feridos.

Um dos propósitos do Nacional-Socialismo era integrar as juventudes alemães. Por isso, seus fundamentos associavam-se a ideais, símbolos e valores intrínsecos aos jovens, pois ser “jovem” não remetia apenas a uma categoria social, significa, acima de tudo, a vinculação de uma *ideia*. De acordo com Baldur Von Schirach, chefe da Juventude do Reich, “Aquele que marcha nas fileiras da Hitler – Jugend não é um número entre milhões de outros, mas o soldado de uma ideia”¹⁰⁷. Ou seja, o combate que a Juventude Hitlerista deveria travar não se inseria, apenas, no âmbito geracional: estava vinculado a um projeto maior, no qual a raça ariana deveria *lutar* pela pureza de seu sangue. Aí residia a principal diferença entre os jovens sob o Terceiro Reich, que buscou inspiração na organização fascista da juventude, e os jovens sob o Fascismo: o lugar central que era atribuído ao racismo na formação do Homem Novo.¹⁰⁸ Em uma conferência de em 1933, o professor de filosofia e pedagogia política na Universidade de Berlim, Alfred Bäumler, definiu o Homem novo como soldado político: “Por soldado político, entendemos um tipo: o tipo histórico do soldado de hoje, o homem que

¹⁰⁷ MICHAUDE, Eric. Op. Cit.

¹⁰⁸ Idem.

sabe a quem obedece e por quem luta – o homem que se sente o soldado de uma ideia concreta, o missionário de um dado histórico”¹⁰⁹.

Para o sucesso dessa empreitada, o nazismo buscou ocupar o lugar da família e da escola, que gradativamente tornaram-se subordinadas às organizações paramilitares da juventude, na formação e na educação dos jovens. Conforme essa ideia, a Juventude Hitlerista deveria se tornar as verdadeiras “escolas da nação”, suplantando a escola e a família na função educativa, mas também promover um processo de educação permanente

Nós começamos a educar este povo de uma maneira nova, a dar-lhe uma educação que se inicia com a juventude para jamais terminar. No futuro, o jovem passará de uma escola a outra. Isso começará pela criança para terminar com o velho combatente do movimento. Ninguém deve poder dizer que haverá para ele um tempo em que estará entregue a si próprio¹¹⁰.

A consolidação desse projeto pedagógico do nazismo deu sentido a fala de Baldur Von Schirach de que “a juventude é uma atitude”. No sentido mais amplo dessa concepção, significava “retirar de cada um qualquer responsabilidade que não a de *corresponder ao desejo do Führer*, isto é, de submeter e de infantilizar um povo inteiro a fim de que permanecesse *eternamente jovem*”¹¹¹. Essa fórmula representava um contrato social em que cada membro da sociedade deveria *consagrar* seu tempo e seu espírito e, em troca, receberia de Hitler a garantia da eterna juventude.

O apoio da juventude não era meramente simbólico. Especialmente a partir de 1933, ano em que Hitler foi nomeado chanceler, o nazismo contou com o apoio de jovens e estudantes para a repressão de qualquer forma de oposição política ou cultural,

¹⁰⁹ Citado por MICHAUDE, Eric. Op. Cit., p. 293.

¹¹⁰ Trecho de discurso proferido por Hitler, em 1935, no Congresso do Partido Nazista em Nuremberg. Idem, p. 297.

¹¹¹ MICHAUDE, Eric. Op. Cit., p. 297.

através de ações violentas, boicotes e ataques públicos. Outro elemento importante, em relação ao processo de tomada do poder, foi que os líderes nazistas tinham idade média inferior aos que ocupavam os principais cargos na República de Weimar. Isso demonstra o quanto o *slogan* “Caíam fora velhos” representava a proposta nazista de mobilizar a juventude, canalizando as insatisfações contra a elite social e política de Weimar¹¹².

O crescimento da Juventude Hitlerista esteve associado não apenas ao entusiasmo, mas, também, a tomada do controle de Berlim do Comitê das Ligas (*Bünde*) de Juventude alemãs, em 1933. Esse episódio representou a absorção das 600 mil Juventudes evangélicas e outras ligas protestantes; as ligas que não se submeteram ao controle da Juventude Hitlerista foram dissolvidas. A organização estava sob a tutela da SA¹¹³ que aproveitava essa situação para recrutar jovens. Antes dos nazistas chegarem ao poder, o jovem que pertencesse à Juventude Hitlerista, ao completar 18 anos, era automaticamente promovido para a SA. No entanto, em 1934, com os expurgos da SA, Baldur von Schirach, obteve autonomia e estabeleceu um acordo com a SS de Himmler: a educação dada aos jovens teria por meta transformá-los em futuros soldados da SS e, em troca, a SS o auxiliaria no controle a patrulhamento dos jovens. O propósito de Schirach era unificar a juventude alemã e não mediu esforços para atingir esse objetivo. Em 1936, foi extinta a última organização juvenil não nazista¹¹⁴. Nesse mesmo ano, foi criada a Lei sobre a Juventude Hitlerista em 1^a de dezembro,

¹¹² GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit., p. 158.

¹¹³ Abreviação de *Sturmabteilung* (em português “Seção Tempestade”) ou Divisão de Assalto era a milícia paramilitar nazista composta, basicamente, por ex-soldados e jovens de classe média. Usavam camisas pardas com braçadeira que ostentava a suástica, emblema do nazismo. Embora a SA tenha sido uma das organizações mais ativas e um dos principais esteios do Partido Nazista, não funcionava como um exército ou tropa organizado. Quando começaram a aparecer problemas envolvendo seus membros, tornando-se uma ameaça ao poder de Hitler, inclusive com seu líder, Ernst Röhm, foi dominada pela SS, abreviação de *Schutzstaffel* (em português “Tropa de Proteção”). A partir daí, a SS ocupou o posto de polícia política no regime nazista.

¹¹⁴ Em 1936 a Juventude Hitlerista possuía 5.400.000 de jovens filiados. Até 1938, ainda sobreviveram algumas associações juvenis católicas, porém, que foram fechadas ao longo desse ano.

determinando que toda a juventude alemã deveria estar sob a tutela da Juventude Hitlerista, tornando-se “Juventude de Estado”. A partir daí, para entrar na universidade, chegar ao serviço público ou a certas profissões liberais era necessário a passagem pela Juventude Hitlerista.

Em março de 1939, foi determinado que todos os pais deveriam revelar aos líderes da organização quando seus filhos atingissem a idade de 10 anos sob pena de multa ou de prisão. Com o passar do tempo, essa prática foi exercida com maior violência e tinha como objetivo destituir dos jovens qualquer identificação com a esfera privada, projetando uma imagem coletiva pautada na figura do *Führer*. De acordo com esse pensamento, aquele que adotasse o padrão de comportamento da família e não se submetesse a vontade os desejos do *Führer* seria culpado. Essa ideia foi muito bem expressa na fórmula desenvolvida por Goering: “Eu não tenho consciência! Minha consciência se chama Adolf Hitler!”, que objetivava modelar o Homem Novo¹¹⁵. Dessa forma, a política de juventude do nazismo promoveu conflitos entre pais e filhos.

Os jovens eram agrupados por faixas etárias. Garotos (*pfimpf*) com 10 anos, após terem passado por provas esportivas, entravam no *Deutsche Jungvolk* (“Jovem povo alemão”) e ficavam por volta de quatro anos. Seus progressos físicos e ideológicos eram registrados em uma caderneta que os acompanhavam ao longo desse período. Era necessário preparar o corpo e a mente aos propósitos nazistas, portanto, aos 10 anos, os meninos deveriam percorrer, todos os dias, de oito a dez quilômetros a pé. Quando atingiam os 13 anos, a distância aumentava para dezoito quilômetros, dos quais, pelo menos dois terços, deveriam ser realizados em uma “longa marcha”. A iniciação das meninas também ocorria aos 10 anos. Elas entravam na *Jung-mädel* (“Jovens virgens”).

¹¹⁵ MICHAUDE, Eric. Op. Cit., p. 299.

Findada essa iniciação, era realizada uma cerimônia, que acontecia no dia 20 de abril, data de aniversário de Hitler, a fim de que cada menino soubesse que “pertencia ao *Führer*”. O juramento que cada um deveria prestar dizia: “[...] juro consagrar toda a minha energia e toda a minha força ao Salvador de nosso país, Adolf Hitler. Estou pronto a dar minha vida por ele, e confio-me a Deus”¹¹⁶.

A partir de então, iniciava a sua verdadeira educação, pautada nos ideais de “pensar alemão” e “agir alemão”. Aos 14 anos, os jovens entravam, propriamente, na Juventude Hitlerista podendo, a partir dos 18 anos, entrar em outras estruturas do partido, como por exemplo, a Frente do Trabalho, SA ou SS. Entre os 14 e 18 anos era realizada uma intensa formação ideológica baseada em estratégias militares, a história dos germanos, a raça ariana e o espaço vital, a obra do *Führer*, etc. Além disso, eram passados filmes nas reuniões, havia programas de rádios específicos, como por exemplo “Hora da jovem nação”, revistas correspondentes a cada categoria da juventude.

Os acampamentos ocupavam um lugar importante na Juventude Hitlerista. A realização de atividades ao ar livre já eram uma tradição alemã, mas sob a direção da organização, tornaram-se locais para a preparação militar. Os exercícios efetuados envolviam o “treinamento em formação aberta e cerrada, camuflagens, emboscadas para o inimigo, proteção de uma coluna em marcha, operações de batedores, montagem das tendas, cartografia, exercícios de tiro”¹¹⁷. As garotas entre 17 e 21 estavam associadas a *Bund Deutscher Mädel* (“Liga das Moças Alemãs”) e recebiam uma formação baseada em exercícios físicos, tarefas domésticas e outros objetivos, que para os nazistas, eram especificamente femininos¹¹⁸.

¹¹⁶ Idem, p. 300.

¹¹⁷ Idem, p. 392.

¹¹⁸ Para o nazismo, o maior dever das mulheres era a maternidade, considerada a função “vital” para o futuro da Alemanha. Por isso, desde cedo, era inculcido nas jovens que elas deveriam corresponder ao desejo do *Führer* gerando filhos que, eram considerados, “filho do *Führer*”. Uma maneira de incentivar essa prática ocorreu em 1935 quando foi instaurado o “casamento biológico”. Rapazes e moças, sob o

A Juventude Hitlerista possuía uma hierarquia bem centralizada, com 32 títulos e graduações, divididas em cinco seções. Possuía uma estrutura bem semelhante à de um exército. No topo da pirâmide estava *Schirach*, abaixo dele ficavam *Obergebiere* regionais. Logo em seguida, 21 *Gebiete* subdivididos em seis níveis. Por último estavam os *Schafits*, grupos composto por 15 jovens que deviam obediência a seu líder, que por sua vez respondia ao nível acima. Esse sistema era uma réplica do partido e visava o enquadramento das novas gerações, desde pequenos, ao projeto e a ideologia nazista. Além disso, o objetivo era controlar a juventude, estabelecendo vínculos com a organização “que, ao invocar Deus, tornava a transgressão ainda mais grave”¹¹⁹.

Embora tenham sido realizados inúmeros esforços afim de controlar e unificar toda a juventude alemã, havia resistência à disciplina dentro da própria organização. A grande expansão da Juventude Hitlerista trouxe grandes dificuldades para a sua administração. Além disso, o fato de da juventude ser liderada por jovens e a cooptação forçada de outras organizações juvenis geraram grandes problemas, como por exemplo, a presença de elementos, considerados subversivos, dentro da instituição. Ademais, alguns jovens recusavam a aderir os propósitos nazistas. Desde a dissolução de organizações não nazistas, muitos jovens tentaram reconstituir-se clandestinamente. Contudo, em virtude da intensa perseguição aos opositores esse projeto, gradativamente, foi deixado de lado. Os que, de alguma forma, sobreviveram à repressão continuaram a rejeitar o modo de vida nazista e passaram a viver na marginalidade.

Em 1944, o chefe da SS, Himmler, determinou que era necessário lutar contra as “quadrilhas de jovens”, que eram distinguidas em três categorias. Havia os bandos de caráter criminoso e antissocial, que realizavam diversos delitos como roubos coletivos,

ideal de conservação da raça, poderiam ter relações sexuais fora dos laços matrimoniais. Em dezembro de 1938, Hitler criou a condecoração “Cruz da Mãe de Família”. As mães que tivessem quatro filhos receberiam as de bronze, as que tivessem seis receberiam as de prata e as de ouro eram destinadas às mães que tivessem oito filhos.

¹¹⁹ SAVAGE, Jon. Op. Cit., p. 289.

algazarras e atentados ao pudor. Outro tipo comum eram os grupos opositores políticos que, sem um programa definido, rejeitavam a Juventude Hitlerista e procuravam sabotar, através de boatos divulgados por infiltrados, a organização. O terceiro tipo foi qualificada por Himmler como “individualista liberal”, pois adotavam hábitos ingleses: a língua, o comportamento e, até mesmo, seus trajes, buscando, em primeiro lugar, satisfazer seus desejos. Para Himmler, os líderes desses bandos deveriam ser enviados para campos de concentração afim de receberem o “tratamento adequado”¹²⁰.

Apesar dos mecanismos para o controle e coerção da juventude, a existência dessas organizações demonstra que o alcance do projeto nazista possuía limitações. De acordo com Detlev Peukert, o nazismo combinou práticas coercitivas como mobilização social, o que criou um ambiente propício para contradições. No caso da Juventude Hitlerista, um outro fator que contribuiu para gerar uma, gradual, perda de interesse dos jovens foi a burocratização que criou hierarquias mais rígidas, por meio do aumento da graduação interna em graus de idade. Com o objetivo de não deixar esmorecer, a organização efetuou campanhas para engajar a juventude que, segundo Peukert, foram recebidas com muita antipatia. Ao mesmo tempo, utilizavam práticas repressivas com o intuito de regular a vida de seus membros: era considerado ofensivo o encontro entre amigos fora da Juventude Hitlerista¹²¹.

Para Michaude, a burocratização somada a progressiva elitização colaborou para aumentar as tensões dentro da Juventude Hitlerista. Desde de 1936, a maioria dos cargos de liderança da organização eram ocupados por jovens burgueses. Esse hábito provocou uma “aristocratização” e um contrassenso. Afinal, houve um abandono do ideal, apregoado por Schirach, de que a juventude alemã estava livre de preconceito ao defender a igualdade entre jovens de todas as classes sociais (com exceção dos judeus).

¹²⁰ MICHAUDE, Eric. Op. Cit., p. 312.

¹²¹ Apud GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit., p. 189.

Diante desse quadro, muitos jovens de origem operária optaram por unir-se a bandos do que a se submeter aos chefes da Juventude Hitlerista que vinham de classes superiores¹²².

Desde o final da década de 1930, houve a formação de gangues juvenis que chegaram a enfrentar pelotões da Juventude Hitlerista e a Gestapo¹²³. Segundo Groppo, outro exemplo de contradição em relação a política de juventude, afinal

“A própria mobilização e institucionalização da juventude gerou modos informais de atuação e grupos juvenis autônomos. No caso das gangues, elas tornam-se mesmo uma resistência à mobilização forçada dos jovens pela Juventude Hitlerista.”

A multiplicação desses grupos levou os dirigentes nazistas a buscarem explicações que culpavam as influências “comunistas, liberais, religiosos ou dos antigos movimentos de juvenis” pela insubordinação de muitos jovens, criados em instituições nazistas. No entanto, o aparecimento de bandos era reflexo da rebeldia juvenil contra o sistema que a criou¹²⁴.

Ainda de acordo com Groppo, a revolta, ocorrida nesse período, pode ser classificada em três tipos: a composta por filhos das classes operárias, que unia delinquência e boêmia; a constituída por jovens de classe média e alta, que realizavam bailes que tocavam jazz e adotavam costumes “chocantes”, segundo os padrões sociais nazistas e, por último, um movimento que agregou “moralismo” católico e radicalismo político.

¹²² MICHAUDE, Eric. Idem.

¹²³ Acrônimo de *Geheime Staatspolizei* que, em português, significa “polícia secreta do Estado”. Estava sob a administração geral da SS.

¹²⁴ GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit., p. 191.

Dos grupos qualificados como “delinquentes”, o mais famoso foi o *Edelweiss Piraten*¹²⁵. Em 1942, foi estimado pela polícia que a organização possuía, na região do Ruhr e do Reno, por volta de 750 membros distribuídos em 28 grupos, presentes em várias cidades. Cada gangue adotava seu próprio nome, como Granadas Errantes, *Kittelbach Piraten*, *Navajos*, *OK-Gang*, *Haarlem Club*, *Ohio Club*, *Cotton Club* etc. e possuíam sua insígnia e roupas particulares. Ainda havia os *Buschwölfe* que cometiam roubos coletivos e o *Charlieblase* que organizava encontros com meninas nos abrigos. No geral, realizavam, nos finais de semana, viagens ao campo, onde os bandos se encontravam para fazer caminhadas, cantorias e atacar patrulhas da Juventude Hitlerista. No que tange ao entretenimento, esses grupos possuíam hábitos semelhantes aos do Movimento Juvenil Alemão e da própria Juventude Hitlerista. No entanto, suas ações eram voltadas para a contestação do regime nazista.

A organização do *Edelweiss Piraten* adotava o princípio territorial: cada grupo era composto, em sua maioria, por garotos que viviam e trabalhavam juntos. Contava, também, com a participação de algumas garotas e, dessa forma, se opunham à segregação entre sexos estabelecida na Juventude Hitlerista. A maioria de seus participantes eram provenientes do meio operário; jovens que saíam da escola aos 14 anos e que não se engajaram na organização oficial. Nesses bandos, conseguiam ficar até os 18 anos, quando eram recrutados para as Frentes de Trabalho. Mesmo com as dificuldades e restrições em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), continuaram a realizar suas atividades, graças a sua infraestrutura que permitia adquirir alimentos e se comunicar com os demais membros.

Durante a Segunda Guerra houve o aumento dos confrontos entre as juventudes *Edelweiss Piraten* e a Hitlerista. Esses conflitos chegaram a tamanha proporção que a

¹²⁵ O *Edelweiss* é uma flor branca que nasce na região dos Alpes e se tornou uma referência por estar em uma região apreciada, pelos jovens, para realizar caminhadas e passeios pelo campo. Já o uso do termo *Piraten* (“piratas”) demonstra a opção, desses grupos, pela marginalidade.

Juventude Hitlerista e a Gestapo propuseram a abertura de campos de concentração juvenis. Em 1942, a Gestapo prendeu 739 adolescentes e enforcou os líderes desses grupos em 1944. Nesse mesmo ano, através de um decreto de Himmler, houve uma convocação oficial para o combate a esses grupos juvenis. O surgimento do *Edelweiss Piraten* marcar a emergência de subcultura juvenil que rejeitava a ideologia nazista e pleiteava adotar um novo padrão comportamental, desvinculado do modo de vida autoritário, hierárquico e militarista que o regime impunha aos jovens. Ou seja, representou uma nova forma de sociabilidade e identidade oposta as formas dominantes.

Outro movimento que esteve ligado a esse contexto foi a Juventude *Swing*¹²⁶ composto por jovens da classe média alta que rejeitavam a música folclórica e militarista alemã e valorizavam o *swing* e o *jazz*, estilos musicais que tiveram origem nos Estados Unidos. Esses jovens se reuniam em locais, inicialmente públicos, mas que depois foram proibidos, para dançar, cantar, e até conversar, em inglês. Para o nazismo esse tipo de comportamento gerou dois problemas. O primeiro estava no posicionamento contrário à orientação política, racial e nacionalista da Alemanha ao apreciar elementos culturais dos EUA. O segundo na mudança de hábitos que o *swing* proporcionou no modo de vestir, na aparência (os rapazes tinham cabelos compridos, as moças usavam maquiagem) e numa acentuada sexualidade que, para os nazistas, não tinha por objetivo “dar um filho ao Führer”¹²⁷.

Ainda, nesse contexto, surgiu em 1942, formado por um grupo de estudantes de medicina da Universidade de Munique, o movimento chamado Rosa Branca. Seus principais líderes, os irmãos Hans e Sophie Scholl, Alexander Schmorell, Christl Probst e Willi Graf tinham em comum a origem religiosa, o não conformismo com a política

¹²⁶ Estilo de *jazz*, extremamente popular na década de 1930 nos EUA, caracterizado por ritmos sincopados.

¹²⁷ Sobre esse tema, cf.: TRASSI, Maria de Lourdes. MALVASI, Paulo Arthur. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2013; MICHAUDE, Eric. Op. Cit., p. 291 – 317; GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit. ; Savage, Jon. Op. Cit.

de juventude nazista e estavam na faixa dos 20 anos. Isso não significa dizer que, num primeiro momento, esses jovens não tinham sido seduzidos pelos ideais da Juventude Hitlerista. Junto com a sua irmã mais velha, Inge, Hans Scholl havia originalmente ingressado no movimento, mas com o passar do tempo e das experiências vividas, Hans e Inge se desiludiram e as dúvidas começaram a aparecer. No geral, as críticas dos irmãos Scholl ao regime estavam na falta de liberdade e no uso extremado da violência. Essa percepção impulsionou os irmãos a abandonarem a Juventude Hitlerista e, a partir daí, agir na clandestinidade, buscando se aproximar de outros jovens contestadores ao nazismo. Foi na universidade que esses dissidentes encontraram outros jovens que partilhavam das mesmas ideias.

Foi em 1942 que os primeiros folhetos da Rosa Branca apareceram. Embora a tiragem tenha sido relativamente pequena, foram produzidos 100 exemplares, houve agitação na Universidade de Munique. O teor do panfleto era incentivar

A resistência passiva – resistência -, onde quer que você esteja, impeça a disseminação desta guerra ateísta, antes que as últimas cidades, como Colônia, tenham sido reduzidas a destroços, e antes que o último jovem da nação tenha dado o seu sangue em algum campo de batalha pela arrogância de um subumano¹²⁸.

Nesse mesmo ano, a Rosa Branca produziu mais três folhetos que condenavam a morte de judeus e a perda de liberdades civis. A divulgação desse material e a ausência, inicial, de punição instigou ainda mais os membros do movimento. Surgiu a ideia de “estabelecer grupos ilegais de estudantes a cada universidade”, criar mais folhetos e realizar pichações antinazistas. Em 1943 o *gauleiter* da Baviera, Paul Giesler, ao discursar em Munique para os estudantes de Medicina, aconselhou as moças a não se

¹²⁸ SAVAGE, Jon. Op. Cit., p. 461.

dedicarem exclusivamente à universidade, pois sua função primordial era “dar um filho ao *Führer*”. Em um ambiente, no qual a dissidência era expressiva, esse discurso foi considerado uma agressão à moral católica, fator extremamente relevante para os membros da Rosa Branca. A reação ao discurso veio, principalmente, através de pichações nos muros de Munique com as inscrições “Abaixo Hitler” e “Liberdade” e da distribuição de panfletos pela cidade. É interessante notar que, a partir desse momento, a Rosa Branca transpôs os limites da Universidade e buscou tornar suas ideias conhecidas pela cidade.

Poucos meses após esse episódio, Hans e Sophie Scholl foram pegos distribuindo panfletos na Universidade e foram presos. O resultado não poderia ter sido outro: ambos foram julgados sumariamente e condenados à pena de morte. Foram executados horas depois de lidas suas sentenças. Graf e Schmoreel foram presos dias depois e tiveram o mesmo fim dos irmãos Scholl. Apesar da Rosa Branca não ter atingido um nível nacional, foi um movimento que surgiu a partir da vivência de jovens que, tomando a consciência dos ideais nazistas, rejeitam o projeto oficial de juventude, rompendo com a Juventude Hitlerista e buscando uma nova forma de atuação. Além disso, pretendiam promover, entre seus pares, uma conscientização sobre os abusos e extremismos do nazismo, em nome de uma moral católica e conservadora contra um projeto que “atacava principalmente a honra do gênero feminino”¹²⁹.

Essa *reação* ao nazismo demonstrou que, por mais que o regime almejasse controlar e garantir o uso do potencial dos jovens, seu alcance teve limitações no meio juvenil. No início, às resistências foram poucas, pois, como foi visto, a grande maioria dos jovens aderiu à política de juventude desenvolvida pelos nazistas. No entanto, com o passar do tempo, uma nova geração de jovens, que cresceu durante o governo de

¹²⁹ GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit.; p. 202.

Hitler, passou a contestar os valores e os princípios do nazismo, buscando novas formas de organização.

O uso ideológico e político, feito pelo nazismo e fascismo¹³⁰, dos movimentos juvenis, que já estavam em andamento antes de suas ascensões, tinham dois objetivos principais: primeiro, apresentar um novo modelo político e social, embasado nas características inerentes aos jovens. Ambos buscaram se apropriar do caráter juvenil para dar *forma* aos seus projetos de nação. À juventude foi utilizada como fonte inesgotável de inspiração para dar legitimidade a esses regimes. Em segundo lugar, a necessidade de cooptar os jovens advinha do propósito de conservação desses modos de vida. Afinal, os jovens representavam as próximas gerações de adultos e seriam portadores dos ideais nazistas e fascistas. Desse modo, a juventude ocupava um papel central no nazismo e no fascismo.

A coerção e a repressão foram largamente empregadas para a mobilização e controle da juventude. Contudo, a explicação da arregimentação, não apenas de jovens, mas, também, da maioria da sociedade pode ser pautada apenas no binômio coerção/repressão? Até que ponto, tanto o fascismo quanto o nazismo, não representaram, de fato, “valores e interesses da sociedade, que em dado momento, eram outros que não democráticos”¹³¹? No caso específico da juventude, foi possível observar que o fascismo e o nazismo incorporaram concepções e visões de mundo de uma geração que, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, questionavam à ordem social e

¹³⁰Embora o fascismo e o nazismo ocupem um lugar de destaque no aspecto de mobilização das juventudes, outros países também elaboraram políticas, específicas, para esse segmento. Foi o caso da Espanha, sob o regime franquista, e Portugal, sob o regime salazarista. No Brasil, houve um momento similar, o integralismo, que buscou também elaborar um projeto para os jovens (esse tema será tratado no capítulo 2). Na França, antes mesmo da ascensão do nazifascismo, a Ação Francesa, movimento de extrema direita, possuía sua organização juvenil, chamada de *Orilla Izquierda*. Fundada em 1920 por estudantes ativistas da Ação Francesa, utilizava métodos violentos e brutais contra seus opositores. Eram defensores da monarquia, cultuavam Joana D’arc, rejeitavam os ideais liberais e eram antisemitas. Sobre esse tema, cf.: GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit.

¹³¹QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. “Apresentação”. In: _____ . (orgs). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol.3: África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 15.

política vigente. Logo, a conjuntura, marcada por desilusões e descrenças, após ao conflito, propiciou um ambiente fértil para o desenvolvimento desses ideais e sua propagação. Além do mais, é importante lembrar que, grande parte, dos mentores e líderes desses movimentos, ao chegarem ao poder, eram relativamente jovens.

As estratégias e mecanismos utilizados pelo fascismo e nazismo para obterem o consenso social¹³² garantiram o consentimento por parte de diversos grupos, inclusive dos jovens. É inegável que em regimes autoritários a coerção tem um papel fundamental no controle e enquadramento social. Contudo, nem um regime desse tipo consegue se manter, por tanto tempo, sem atender aos anseios e as necessidades da maioria da população. Por isso, tanto o fascismo quanto o nazismo, procuraram elaborar referências simbólicas e materiais que grande parte de suas sociedades se identificaram. Isso não quer dizer que o consenso social em torno desses regimes foi unânime, afinal a violência e a repressão foram intensamente utilizadas nos grupos e indivíduos que se opuseram ou que possuísem práticas consideradas contrárias, mas atingiu setores expressivos da sociedade.

No que diz respeito aos jovens, o fascismo e o nazismo deram notoriedade a essa categoria social, reservando um lugar de importância na estruturação da vida social. Enquanto que, em muitas sociedades de diversas tendências políticas, inclusive liberais e comunistas, a prática foi de *desprezo* e até de *negação* da existência da juventude como realidade social. De acordo com Groppo, esse *desprezo*, manifestado por essas

¹³² Sobre a construção do consenso e consentimento em regimes não democráticos Cf.: CORDEIRO, Janaina Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Doutorado em História - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012. DOGLIANI, Patrizia. “Consenso e organização do consenso na Itália fascista. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (orgs). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.179 – 205. GELLATELY, Robert. Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista. Rio de Janeiro: Record, 2011. MUSIEDLAK, Didier. “O fascismo italiano: entre consentimento e consenso”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit., p. 149- 175.

sociedades, era em grande parte devido ao receio das juventudes mobilizadas pela extrema-direita, pois

Até o final da Segunda Guerra Mundial, grande parte das ações sócio-políticas realizadas pela ‘juventude’, ou em seu nome, parecia ir à contramão dos princípios progressistas, ‘iluministas’ e modernos compartilhados por moderados e esquerdistas. Enquanto as gangues e os grupos boêmios pareciam-lhes expressões do irracionalismo e da barbárie produzida pela anomalia social, escoteiros, grupos paramilitares, e ultraconservadores, associações religiosas, juventudes nazi-fascistas etc. mostravam uma juventude organizada em prol de valores e movimentos que se contrapunham ao que consideravam como o ‘progresso’, o moderno ou a maturidade da ‘Revolução’¹³³.

Talvez, em grande parte, as grandes manifestações juvenis de finais da década de 1950 e 1960 tenham sido em decorrência dessa postura de *desleixo*, de diversas sociedades, em relação ao papel dos jovens de *agente* nas transformações que estavam ocorrendo, especialmente, desde o início do século XX. Interessa-nos compreender como esses jovens atuaram nesse período e a relação que essa categoria estabeleceu com a sociedade da época. No entanto, era fundamental entender o que é juventude, levando em consideração o seu caráter heterogêneo, composto por inúmeros nuances e visões de mundo. Além disso, o resgate à história de movimentos da primeira metade do século XX, permite aferir que a *rebeldia juvenil*, tão marcante na década de 1960, não foi um fenômeno exclusivo desse período. Isso não significa relativizar a dimensão das manifestações juvenis de 1960, mas assinalar que essa condição é um traço marcante das juventudes em diferentes contextos históricos.

Para além de uma característica comportamental, é necessário destacar o *protagonismo juvenil* como algo intrínseco às sociedades modernas. Essa constatação é de suma importância para entender a atuação das juventudes em momentos de grande relevância da História. Por mais que as gerações mais velhas tenham buscado

¹³³ GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit., p. 205-206.

enquadrar as juventudes nos padrões sociais e políticos vigentes, seja em regimes autoritários, seja em regimes democráticos, os jovens reagiram de diferentes formas.

No Brasil, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a posse do vice-presidente, João Goulart, representaram momentos de grande tensão e contribuíram, ainda mais, para uma polarização política entre esquerdas e direitas. Os jovens brasileiros não saíram ilesos dessa conjuntura e atuaram, intensamente, em prol de suas convicções e de seus posicionamentos político-ideológicos. No entanto, cabe salientar que, apesar de estarem inseridos nas discussões em relação às questões nacionais, os jovens possuíam suas próprias demandas e se organizavam de acordo com seus interesses.

A principal reivindicação dos jovens era a Reforma Universitária. Apesar dessa questão ser consenso, havia grande divergência entre as juventudes em relação à forma como deveria ser realizado esse projeto. Essa situação demonstra os confrontos políticos dentro do movimento estudantil e a variedade de propostas políticas que existiam no meio juvenil brasileiro.

Capítulo 2

“UNE: instrumento de subversão”¹³⁴

*A partir de 1959, após a experiência do curso Pré-Vestibular, no ano anterior, na Faculdade Nacional de Filosofia [...], passamos a sentir o problema que a UNE representa para o país. E, justamente, a partir dessa data a UNE parece se sentir mais forte, não escondendo mais o seu jogo*¹³⁵.

*A palavra de ordem da Frente da Juventude Democrática, em posição de alerta no referente aos baderneiros do PC, é aguardar que a mocidade livre da Pátria nacionalista autêntica e patriota genuína, pelo idealismo e pela nobreza de gestos – não se deixe embair prestando-se ao papel degradante de massa de manobra de assalariados estrangeiros, que venderam o corpo, a alma e os sentimentos à Rússia soviética*¹³⁶.

*Não são criminosos. Nem imbecis. São jovens*¹³⁷.

2.1) Juventudes brasileiras em ação

A história das juventudes brasileiras se confunde e está intimamente ligada ao movimento estudantil e, principalmente, à criação da União Nacional de Estudantes (UNE) em 1937¹³⁸. A despeito disso, os jovens atuaram em diversos momentos da História do Brasil. Esse é o tema do clássico livro de Arthur Poerner, “O Poder Jovem”, publicado em 1968. O objetivo do autor foi examinar a participação política dos estudantes, muito antes do surgimento da UNE. Por isso, o início de sua pesquisa se

¹³⁴ Título do livro *UNE: Instrumento de Subversão* de Sonia Seganfreddo, lançado em 1963.

¹³⁵ SEGANFREDDO, Sonia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1963, p. 48.

¹³⁶ Trecho do comunicado lançado pela Frente da Juventude Democrática (FJD) devido à convocação feita pela UNE para a greve geral universitária. In: *Jornal O Estado de São Paulo*, 01/06/1962.

¹³⁷ Trecho da matéria “Por que há estudantes comunistas?”. In: *Revista Ação Democrática*, maio de 1962.

¹³⁸ A UNE nasceu na Casa do Estudante do Brasil, onde o Conselho Nacional de Estudantes, após ter sido instalado, em ocasião solene, pelo Ministro da Educação, realizou, no dia 12 de agosto de 1937, a sua primeira sessão ordinária.

localiza no Período Colonial (1532-1808). De acordo com Poerner, a primeira manifestação estudantil no Brasil ocorreu em 1710, quando mais de mil soldados franceses, liderados por Duclerc, invadiram o Rio de Janeiro. Para surpresa da expedição estrangeira, a cidade que parecia estar sem proteção e deserta, possuía “uma multidão de moços que os esperava a pé firme” e que resistiu, bravamente, a invasão. Encurralados, os franceses só tiveram uma opção: a rendição. Os jovens que participaram desse episódio eram estudantes de conventos e colégios religiosos brasileiros.

José Joaquim da Maia, nascido no Rio de Janeiro e filho de um empreiteiro de obras, foi aceito, em 1785, para o doutorado em medicina na Universidade de Montpellier, na França. No ano seguinte, sob o pseudônimo de “Vendek”, escreveu uma carta para o Ministro dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, demonstrando o interesse de realizar um movimento pela independência do Brasil, aos moldes do ocorrido nas Treze Colônias da América, e pedindo-lhe auxílio¹³⁹. José Maia era um dos 12 estudantes membros de um clube secreto, fundado no exterior, que lutava pela independência da colônia.

O teor da carta despertou o interesse de Thomas Jefferson que foi ao encontro de Maia para obter maiores detalhes do plano. A resposta do Ministro foi que, naquele momento, os EUA não poderiam se comprometer numa luta contra Portugal, pois havia pouco, tinham estabelecido um tratado comercial vantajoso com os lusitanos. Apesar de não ter recebido apoio dos Estados Unidos, Maia e seu grupo continuaram a buscar o apoio de outros estudantes para o projeto de emancipação de Portugal. Essa mobilização serviu de inspiração para um importante episódio, pouco tempo depois, que ficou conhecido como Inconfidência Mineira (1789).

¹³⁹ POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 46.

Passando para o século XIX, Poerner, em sua obra, continuou a destacar o papel da juventude, desde a fundação de faculdades, ao surgimento da imprensa acadêmica, ao engajamento na campanha abolicionista e no movimento republicano. Os anos iniciais da República no Brasil representaram, na visão de Poerner, um período caracterizado pela “dispersa e caótica atuação política dos universitários brasileiros”¹⁴⁰. Essa situação, em parte, era decorrente da falta de um organismo que coordenasse a plataforma de lutas e que servisse como motivação para os jovens. Nessa perspectiva, a UNE representou um marco divisor na participação política estudantil ao longo da História do Brasil, pois garantiu sua organização permanente e nacional. De fato, é inegável o valor da UNE para a mobilização do movimento estudantil brasileiro, porém, é necessário destacar que, mesmo na ausência de uma organização nacional, os jovens atuaram em episódios marcantes da Primeira República (1889-1930).

Há, ainda, uma outra questão presente no trabalho de Poerner que cabe destacar: o perfil revolucionário da juventude. Segundo o autor, “os estudantes brasileiros têm a consciência da discriminação social que se manifesta inclusive na repressão social”. Além disso, destaca o propósito do universitário: “[...] procura, desesperadamente, apagar todos os vestígios de sua condição de privilegiado na sociedade brasileira”. Para Poerner, a juventude brasileira pensava e agia da mesma forma, tendo um grande objetivo em comum: superar as desigualdades sociais. Com relação ao conflito entre gerações, o autor não o negou, contudo, o definiu da seguinte forma

O adolescente ainda não sabe o que deseja ser, mas já tem a certeza de que não pretende ser, de jeito nenhum, aquele pai “quadrado” e tacanho, que tem por Deus o Dinheiro, por Diabo o Comunismo e por Bíblia o vespertino O Globo¹⁴¹.

¹⁴⁰ Idem, p. 77.

¹⁴¹ Idem, p. 32.

Na visão de Poerner, era muito claro que a juventude possuía um caráter contestador e rebelde, e era progressista por natureza. Logo, em diferentes momentos e de inúmeras formas, agiram em prol de uma “rebelião social da juventude”. Para corroborar com essa interpretação, o autor buscou reconstruir a trajetória dos jovens, desse os primórdios da colonização até o ano de 1968, considerado ano *símbolo* de protestos juvenis¹⁴². Poerner, viveu esse período de *efervescência*, marcado por uma intensa participação da juventude, em diversas partes do mundo, que pretendia romper tradições e iniciar uma nova *era*. Por isso, sua leitura do passado estava impregnada dessa visão do *jovem revolucionário*.

Embora seja na década de 1960 que a atuação política da juventude tenha alcançado maior dimensão e notoriedade, os jovens participaram e se integraram em momentos importantes nos anos iniciais da República. Foi o caso da Liga da Defesa Nacional¹⁴³, entidade criada, em 1916, que tinha por objetivo executar um projeto de defesa aliado a um projeto de nação para o Brasil. De acordo com Olavo Bilac, um dos principais mentores do plano, para atingir esse fim era necessário unir dois elementos: a adoção do serviço militar obrigatório e alfabetização da população. Essa seria a fórmula para garantir o desenvolvimento e a unidade nacional, pautada em uma educação cívica e numa modernização autoritária. Em virtude do contexto marcado pela Primeira Guerra Mundial, a temática nacionalista adquiriu expressividade e o debate em torno da realidade social e política do Brasil ganhou projeção.

Deste o início, Olavo Bilac, buscou angariar o apoio da juventude. Não foi à toa que, a primeira ação de sua campanha nacionalista, tenha ocorrido, ainda em 1915, na Faculdade de Direito, no largo de São Francisco, em São Paulo. Através de um

¹⁴² Esse tema será abordado no capítulo 3.

¹⁴³ Cf.: OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. POERNER, Arthur. Op. Cit.

discurso, proferido aos estudantes, o poeta pretendia conscientizar sobre o perigo iminente que poderia atingir o país

Não podeis, talvez, perceber com perfeita consciência a gravidade da nossa situação moral. Viveis numa rica metrópole, entre o sorriso e a gala da vida culta; e não podeis entrever o caos, a confusão e os perigos que enchem toda a nossa maravilhosa e inconsciente Pátria. Na juventude tudo é graça e facilidade, espontaneidade e embevecimento: uma pureza natural, que do íntimo se transborda para o exterior em véus ilusórios, um fascínio próprio, que se espalha sobre o ambiente e embeleza o espetáculo da vida real [...] Vede que na Europa, hoje, quando a guerra abre diariamente largos claros nas fileiras dos combatentes, os governos chamam às armas as mais novas classes dos exércitos, as falanges dos adolescentes, reservas fulgurantes da primavera nacional: aqui, outra desgraça, mais triste, oprime o país¹⁴⁴;

Dias depois, Bilac fez um novo discurso, só que agora, para os estudantes da Faculdade de Medicina de São Paulo. Seu objetivo era estabelecer um diálogo com os universitários afim de incitá-los a aderir a esse projeto de despertar o interesse pelos assuntos nacionais, elaborando estratégias para a sua concretização. Entusiasmados com o discurso nacionalista, em 1917, integrantes da Faculdade de Direito, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina fundaram a chamada Liga Nacionalista que tinha como proposta a criação de “uma sociedade regularmente organizada que reunisse a juventude das três principais escolas superiores de São Paulo”. Apesar da origem em comum, a Liga da Defesa Nacional e a Liga Nacionalista eram entidade independentes entre si¹⁴⁵. Os jovens, embora influenciados pelo *espírito* nacionalista, desejaram criar sua própria organização.

O Estatuto da Liga Nacionalista previa

¹⁴⁴ BILAC, Olavo. A Defesa Nacional (Discursos). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965 apud OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. Op. Cit.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. Op. Cit., p.135.

O trabalho pelo desenvolvimento do ensino primário, secundário, superior e profissional, e a difusão, em todas as classes sociais, da educação cívica e do culto ao patriotismo, promovendo e avivando o estudo dos problemas que limitassem a prosperidade e a igualdade do país, combater a abstenção eleitoral, bem como todas as fraudes que corrompessem e viciassem o exercício do voto, aconselhar e facilitar a fundação de linhas de tiro (futuros Tiros de Guerra), associações de escoteiros e batalhões patrióticos, zelando pela boa execução das leis e preparo militar, apoiando as medidas que interessassem à defesa nacional [...] ¹⁴⁶.

A Liga Nacionalista adotou várias estratégias para atingir esses objetivos: realizou campanhas na imprensa, a distribuição de livros e folhetos para a população, com o propósito de conscientizá-la dos seus deveres patrióticos. Além disso, fundou escolas primárias e profissionais, pois seus membros acreditavam que, através da educação, seria possível a ampliação do número de eleitores e voto consciente; além das escolas noturnas, nas quais os estudantes de Direito alfabetizavam os alunos. Segundo Oliveira “o projeto educacional foi concebido pelo estudante Paulo Nogueira Filho, fazendo parte importante do programa da Liga Nacionalista” ¹⁴⁷. Havia, também, o incentivo à prática da Educação Física, do Escotismo, das Linhas de Tiro e do Serviço Militar Obrigatório.

Os jovens participantes da Liga Nacionalista eram provenientes da elite paulista de São Paulo e partilhavam o projeto de “modernização autoritária”, defendido pela Liga da Defesa Nacional. Atuantes e entusiasmados, esses universitários acreditavam que a alfabetização contribuiria para a participação política, através do voto, não para promover uma profunda transformação, por exemplo, de acordo com as ideias socialistas, mas transformando os trabalhadores em mão de obra qualificada para contribuir com o Desenvolvimento Nacional. Para Oliveira “Este projeto de inserção da população na produção organizada do trabalho seria implementado, posteriormente, por

¹⁴⁶ Idem, p. 138.

¹⁴⁷ Idem, p. 145.

Vargas, a partir de 1930, trabalho este iniciado pela ação da Liga Nacionalista, no início da década de 1920”¹⁴⁸.

O declínio político da Liga Nacionalista esteve ligado, principalmente, ao contexto conturbado da presidência de Arthur Bernardes (1922 – 1926). Em 1922, eclodiu a Revolta dos 18 do Forte, episódio que deu origem ao movimento Tenentista¹⁴⁹. Nesse mesmo ano, foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁵⁰ e a Semana de Arte Moderna¹⁵¹ em São Paulo, eventos que contribuíram para uma mudança significativa na conjuntura política e cultural do Brasil. Diante desse quadro de grande agitação, a Liga Nacionalista não conseguiu obter a hegemonia política e foi fechada em 1924¹⁵². Isso se deu, em grande parte, pelo fato do projeto de nação, gestado por uma elite, não propor um diálogo com as camadas populares, porém, adequá-las as propostas estabelecidas pela entidade. Apesar da Liga Nacionalista ter perdido espaço para outros movimentos políticos, isso não significou o seu desaparecimento por completo. Muitos de seus membros participaram do Partido Democrático (1926) e da Revolução Constitucionalista de 1932. Dessa forma, é possível detectar a participação dos estudantes em episódios marcantes do Brasil antes da criação da UNE, apesar de não poder afirmar a existência de um movimento estudantil a nível nacional.

Há outra particularidade sobre a atuação política dos jovens, principalmente os universitários, não mencionada por Poerner

¹⁴⁸ Idem, p. 148.

¹⁴⁹ Cf.: JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 313 – 350.

¹⁵⁰ ROIO, Marcos Del. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 223 – 248.

¹⁵¹ VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *Op. Cit.*, p. 351 – 386.

¹⁵² A Liga Nacionalista foi fechada pelo presidente Arthur Bernardes por ter sido acusada de envolvimento na revolta Tenentista, ocorrida em São Paulo em 1924. Por ter adotado uma posição neutra em relação aos acontecimentos, o presidente interpretou como uma falta de apoio ao governo.

Com frequência, os estudantes das faculdades da Primeira República foram portadores de orientações antipopulares e elitistas. Não por acaso, os “partidos” estudantis da Faculdade de Direito de São Paulo dividiam-se, naquela época, entre a adesão às correntes “oligárquicas” no poder e as dissidências oligárquicas. [...], em 1908, os acadêmicos dessa mesma escola chegaram a realizar um enterro simbólico do jornal socialista *Avanti*. Anos depois, durante a notável greve operária de 1917, os estudantes de Direito ofereceram-se prestimosamente para substituir os motorneiros de bonde que se recusavam a tocar os carros, colocando-se de forma frontal contra a greve dos trabalhadores. [...] durante a década de trinta e o Estado Novo, a hegemonia política estudantil nessa faculdade, e provavelmente em muitas outras, pertenceu à corrente liberal antipopular, que ocupava situação central na própria UNE¹⁵³.

Uma breve menção a esses fatos já permite constatar que não é possível atribuir aos jovens um caráter essencialmente rebelde e revolucionário. Apesar desses traços estarem presentes na atuação e mobilização de parcelas juvenis, essa condição não foi característica de toda a juventude, muito menos nos vários episódios da História do Brasil, nos quais foram possíveis destacar a participação de jovens. Como já foi mencionado no primeiro capítulo, a juventude deve ser encarada sempre no plural, até mesmo para compreender melhor suas aspirações e demandas. Ao privilegiar a ação da juventude ligada aos projetos das esquerdas do Brasil, dando ênfase, principalmente às décadas de 1960 e 1970, grande parte da historiografia contribuiu, ainda mais, para a idealização de uma *juventude revolucionária*.

Nessa perspectiva, entre 1950 e 1956, a fase da UNE que esteve sob a liderança da direita estudantil e que foi chamada por Poerner de “Período Negro ou Policial da UNE” é pouco abordada na historiografia sobre o movimento estudantil. Durante esse período, foi extremamente significativa a participação de universitários, ligados ao Departamento Estudantil na União Democrática Nacional (UDN), nas diretorias da

¹⁵³ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964 -1968*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1987, p. 17.

UNE¹⁵⁴. Esse foi o enfoque, dado também, às pesquisas sobre a atuação dos estudantes e suas entidades no contexto político da década de 1960, que, praticamente, *esqueceram* as ações dos grupos juvenis de direita.

O fato que mais contribuiu para a ascensão de um grupo de estudantes de direita na UNE, no período de 1950 a 1956, foi a eleição de Paulo Egydio, em 1949, para a presidência da União Metropolitana de Estudantes (UME) do Rio de Janeiro. A partir dessa vitória, os estudantes de orientação liberal conseguiram obter a liderança da UNE ao eleger, em julho de 1950, no Congresso realizado em São Paulo, Olava Jardim Campos para a presidência da entidade. Para Poerner, a explicação dessa fase *direitista* da UNE residia na influência dos EUA no movimento estudantil brasileiro.

Mas, quem mandou mesmo na UNE, em 1951, foi a estudante norte-americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado, repartição cujo apoio fora solicitado por Paulo Egydio que, como todos os outros líderes estudantis *direitistas*, viajava, frequentemente, em busca de instruções, para os Estados Unidos. A ascensão *direitista* na UNE, coincidiu, assim, como, aliás, era de esperar, com o início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro¹⁵⁵.

Segundo essa interpretação, a liderança da UNE, desse período, agiu conforme os interesses e as determinações dos Estados Unidos sobre como proceder em relação ao movimento estudantil no Brasil. A participação da UNE na campanha do “Petróleo é Nosso” era explicada pelos “dispositivos estatutários progressistas da UNE” que obrigaram os líderes estudantis, mesmo contra a sua vontade, a lutar pelo nacionalismo e contra o *entreguismo*. Ainda de acordo com essa perspectiva, Poerner afirma que, entre 1950-1956, houve um declínio da participação política estudantil e que a ascensão da direita na UNE ocorreu “de maneira quase acidental”.

¹⁵⁴ Cf.: MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

¹⁵⁵ POERNER, Arthur. Op. Cit., p. 190-191.

A explicação pautada, apenas, na *manipulação* ou na *coerção* não dá conta de explicar os motivos que levaram a chegada de estudantes de direita à liderança da UNE, nem o porquê do apoio da entidade à campanha do “Petróleo é Nosso”. A escassez de fontes sobre as organizações estudantis de direita, nesse período, e os poucos estudos existentes são grandes obstáculos para uma melhor compreensão do que realmente pensavam e das propostas desses estudantes para o movimento estudantil. Foi Alberto Saldanha em seu livro “A UNE e o mito do poder jovem” que trouxe grande contribuição para a análise desse período. O autor, em primeiro lugar, chamou atenção para a necessidade de situar a fase que, ele qualifica, como “liberal elitista da UNE”, ao contexto político e econômico da década de 1950, o comportamento *ambíguo* das camadas médias, e o aumento do processo de expansão e integração do ensino superior.

Em segundo lugar, Saldanha argumentou que os temas debatidos na UNE *descolaram-se* dos assuntos relativos à nação para questões e problemas ligados às faculdades, “Discutiu-se sobre a moralização dos concursos de admissão dos professores e de ingresso dos estudantes, na busca da eficiência das faculdades e da garantia do pagamento de subvenções públicas às instituições do ensino superior”¹⁵⁶. A mudança do foco dos debates teria, então, possibilitado maior proximidade com as UEEs (União Estadual dos Estudantes) e com as DAs (Diretório Acadêmico). Essa conjuntura teria propiciado a liderança udenista a obter a hegemonia no movimento estudantil entre 1950-1956.

Para André Luiz Mattos, há outro fator que contribuiu para esse fato: a posição anticomunista¹⁵⁷ de determinadas parcelas estudantis. De acordo com o autor, desde a segunda metade da década de 1940, organizações anticomunistas atuaram em aliança

¹⁵⁶ SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*, Maceió, EDUFAL, 2005, p.36.

¹⁵⁷ Sobre a trajetória do anticomunismo no Brasil, Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 -1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva. FAPESP, 2002.

com jovens do Departamento Estudantil da UDN contra as esquerdas em prol do controle do movimento estudantil. Nesse plano, há destaque para a Aliança Libertadora Acadêmica (ALA), a Coligação Acadêmica Democrática (CAD) e a Frente da Juventude Democrática (FJD).

A ALA teve sua origem na Faculdade Nacional de Direito, em 1947, e possuía como propósito

“expurgar os comunistas não só do Centro Acadêmico Candido de Oliveira, como das demais Faculdades, da União Metropolitana dos Estudantes, da União Nacional dos Estudantes e do Diretório Central de Estudantes [da Universidade do Brasil]”¹⁵⁸.

A CAD surgiu, também, no Rio de Janeiro, em 1949, e tinha como membros estudantes udenistas radicais e de outros grupos de direita. Realizaram viagens para várias partes do Brasil para fundar associações de estudantes, que poderiam pertencer a qualquer partido, menos os de esquerda¹⁵⁹. Seu objetivo era combater à influência dos universitários de esquerda ou comunistas “em consequência da ação perturbadora desenvolvida por agitadores conhecidos que procuram transplantar para as entidades de classe [estudantis] ideologias perniciosas e partidarismos”¹⁶⁰. Apesar disso, no início da década de 1950, a ALA e a CAD foram desmobilizadas, o que deu espaço para FJD se tornar uma das organizações mais atuantes no meio estudantil, até 1964, contra a influência comunista¹⁶¹.

Essa breve análise permite entender, ainda que em parte, um pouco da complexidade das relações entre as organizações pelo controle do movimento estudantil brasileiro. É preciso refletir sobre esse universo a partir de uma visão de diversidade: há

¹⁵⁸ Jornal *O Globo*, 12/04/1949, p.1-12.

¹⁵⁹ SEGANFREDDO, Sonia. Op. Cit., p. 39.

¹⁶⁰ Jornal *Diário Carioca*, 21/05/1949, p. 3.

¹⁶¹ Cf.: MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. Entre o comunismo e o anticomunismo: a União Nacional dos Estudantes entre os anos de 1950 e 1956. In: *Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro*, 5, Londrina, 2013. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Londrina: GEPAL, 2013, p. 1-17.

uma variedade de comportamentos juvenis, o que explica as variadas correntes ideológicas e o porquê de ser necessário encarar esquerda e direita no plural. A adoção dessa perspectiva cumpre um papel fundamental para a compreensão das dinâmicas e das lutas no interior das entidades estudantis.

Outro elemento essencial é perceber a atuação juvenil, não apenas em relação aos seus espaços específicos, mas ao contexto político nacional. Como já foi visto, por mais que movimentos, partidos ou até mesmo governos tentem controlar e usufruir da *condição* juvenil essa conquista possui limitações. Os jovens não reproduzem, apenas por repetição, os códigos, valores ou comportamentos do mundo dos adultos. Acerca da juventude há todo um universo simbólico, marcado por inúmeras referências, que sofre um processo de ressignificação de acordo com as experiências e vivências das gerações. Por isso, é possível falar na existência de subculturas juvenis. Esse ponto de vista deve ser levado em consideração ao analisar a participação dos jovens dentro e fora do movimento estudantil.

Em relação ao turbulento contexto político brasileiro das décadas de 1950 e 1960, os estudantes tiveram expressiva atuação, inclusive no período marcado pela radicalização e polarização política (1961-1964). A intensa disputa ideológica entre esquerdas e direitas também esteve presente no movimento estudantil.

2.2) Nacionalismos em disputa: um breve contexto político e econômico brasileiro a partir de 1955.

Foi a partir de 1950 que o processo de industrialização e modernização, iniciado na Era Vargas, ganhou maior amplitude. Sob o slogan de campanha “50 anos em 5”,

Juscelino Kubitschek, presidente eleito em 1955, assumiu, como programa de governo, o compromisso de acelerar o desenvolvimento nacional. Considerado bastante ambicioso, tendo em vistas à condição nacional da época, o governo JK colocou em prática o Plano de Metas, um programa composto por trinta metas, que era dividido em cinco partes: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Durante a campanha presidencial, uma nova meta foi incorporada ao Plano: a construção de Brasília, considerada a meta-síntese. Foi em seu governo que se consolidou o modelo nacional-desenvolvimentismo, que possuía como principais compromissos a defesa da democracia e do desenvolvimento industrial.

De acordo com Vânia Maria Moreira, o projeto desenvolvimentista do governo JK estava aliado ao nacionalismo, sendo expresso por uma linguagem específica, “defensora do desenvolvimento nacional, dos interesses nacionais, das forças nacionais, da integração nacional, etc.”. Essa condição foi graças à aliança política que JK estabeleceu com importantes grupos do chamado movimento nacionalista, tendo como representantes políticos ligados ao PTB, da “Ala Moça” do PSD e da “Bossa Nova” da UDN¹⁶². O que unia esses políticos de diferentes legendas e origens e os fazia agir em bloco, principalmente através da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)¹⁶³, era defender medidas nacionalistas para o desenvolvimento do Brasil.

¹⁶²MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 161.

¹⁶³ Criada em 1956, se tornou um espaço de discussão e de apoio entre políticos considerados radicais, por defenderem posições nacionalistas, em seus partidos de origem. Tornou-se um importante instrumento de pressão política, no Congresso Nacional, ao buscarem soluções nacionalistas para o desenvolvimento do país. Após o golpe civil-militar de 1964, a FNP deixou de atuar em virtude da cassação dos mandatos da maioria dos seus membros.

Nesse contexto, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹⁶⁴, criado em 1955, teve um papel fundamental na disseminação da ideologia nacional-desenvolvimentista. Vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura, o objetivo era conceber um centro de estudos com a finalidade de analisar a realidade brasileira e elaborar estratégias para a promoção do desenvolvimento nacional. O ISEB apoiou o projeto de desenvolvimento do governo JK, por considerá-lo correlato as ideias que vinham formulando. Além disso, comprometido com esses ideais, o ISEB buscou

[...] influenciar os centros responsáveis pelas decisões estratégicas do desenvolvimento, [...] procurou chegar até a burocracia civil e militar. A persuasão, as argumentações foram técnicas de intervenção escolhidas para atingir esses setores. O meio utilizado para conquistar sua adesão à ideologia do nacional-desenvolvimentismo foram cursos, conferências e publicações¹⁶⁵.

As atividades realizadas pelo ISEB logo ganharam prestígio, especialmente entre profissionais liberais, estudantes universitários e militares nacionalistas. A preocupação com o subdesenvolvimento despertou a consciência, de inúmeras organizações da sociedade, de que eram necessárias ações efetivas para a transformação da realidade brasileira. O ISEB estabeleceu forte interlocução com o movimento sindical e com a UNE. Esses movimentos, por sua vez, realizaram seus próprios encontros e seminários para debater propostas a nível nacional, contribuindo para a ampliação das discussões sobre esses temas. Segundo Lucilia Neves Delgado, essa conjuntura foi marcada por um clima de efervescência, na qual havia um parlamento polarizado e atuante, além de uma

¹⁶⁴ A origem do ISEB está associada ao Grupo de Itatiaia, formado por intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, que passaram a se reunir, mensalmente, a partir de 1952. O objetivo era debater e analisar a realidade brasileira da época e buscar soluções para o desenvolvimento do Brasil sob base nacional.

¹⁶⁵ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 417.

mobilização ativa de partidos e de organizações sociais, como a UNE e os movimentos sindicais¹⁶⁶.

No entanto, é preciso destacar que a concepção nacionalista, presente nesse período, era constituída por diversas nuances, cada um referente a um determinado grupo que a adotava. Por mais que houvesse um consenso de que eram indispensáveis à superação do subdesenvolvimento e à afirmação da nacionalidade, os meios como essas ideias se processavam entre os segmentos ocorreram de formas diferentes e se tornaram objetos de disputas. O grande ponto em comum era que a superação dessa condição só seria possível através da industrialização e da reforma agrária. O sucesso da industrialização nacional estava condicionado ao aumento do mercado consumidor interno que, por sua vez, só seria possível através da elevação do padrão social e econômico da população rural. Por isso, a necessidade de realização da reforma agrária. Dentro dos segmentos com propostas mais radicais, era preciso que a modernização fosse acompanhada por profundas reformas no sistema político-eleitoral, na administração do Estado, na estrutura agrária, na educação e na política externa brasileira¹⁶⁷.

Apesar dos inúmeros conflitos que ocorreram no movimento nacionalista, em virtude das diferenças de opinião, foi possível observar, claramente, duas tendências que disputavam a hegemonia política desse projeto: o nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo econômico. A grande divergência entre esses dois grupos era a questão da presença do capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento do Brasil. Para o governo JK e alguns membros do ISEB, como Hélio Jaguaribe, o projeto de desenvolvimento só seria alcançado, em sua plenitude, por meio da entrada de capital

¹⁶⁶ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 362.

¹⁶⁷ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. cit., p. 167.

estrangeiro. Afinal, era um programa audacioso e o país não contava com recursos suficientes para executá-lo em sua totalidade. No entanto, políticos, intelectuais, estudantes e sindicalistas posicionaram-se contrários a essa atitude. Essa opção era considerada “entreguista”, pois acreditavam que a participação maciça de capital estrangeiro atrelaria o desenvolvimento do país a recursos internacionais, ferindo dessa maneira, o projeto nacionalista e gerando aumento da dependência nacional em relação aos países desenvolvidos.

Para o grupo que defendia o nacionalismo econômico o propósito não era, apenas, o aprofundamento da industrialização. Esse processo deveria estar associado a medidas que garantissem a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais. A grande ameaça à realização desse projeto estava pautada nos interesses do capital internacional, dos latifundiários e da burguesia nacional, atrelados aos atrativos externos. Desse modo, o Estado deveria ser o grande investidor nacional, mantendo o controle sobre o desenvolvimento econômico. O investimento de capital internacional deveria ter restrições a partir de medidas, como, por exemplo, o controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos; os setores estratégicos da economia tais como a energia, deveriam receber, exclusivamente, investimentos estatais. Para o funcionamento dessa política econômica era preciso à adoção de uma política externa independente, desvinculadas dos interesses internacionais hegemônicos e focada nos interesses do Brasil¹⁶⁸. Essa foi a concepção de desenvolvimento adotada pelas esquerdas do período.

Os rumos do projeto nacional-desenvolvimentista geraram um ambiente propício a dissensão do movimento nacionalista e a radicalização dos projetos entre dois polos: esquerdas e direitas. Apesar do acelerado processo de industrialização e modernização,

¹⁶⁸ Idem, p. 172.

o governo JK não foi capaz de realizar a ampliação da cidadania. Os direitos sociais, políticos e econômicos de grandes parcelas da população foram relegados ao segundo plano. Além disso, as diferenças regionais se intensificaram, sendo claramente percebidas em relação à qualidade de vida da população do campo comparada a da população urbana, sem acesso aos direitos básicos, inibida da plena participação política e destituída de uma legislação trabalhista. Além do não cumprimento da promessa de desenvolvimento social houve um quadro de grave crise econômica em decorrência da implantação do Plano de Metas. Os altos dos gastos públicos com a construção de Brasília e com a execução do programa econômico do governo geraram o aumento da inflação e do custo de vida da população. Em suma, a despeito do crescimento econômico e da acelerada expansão industrial, o Brasil não alçou o patamar de país desenvolvido, continuando a vivenciar graves problemas sociais. Foi a partir desse momento que as discussões sobre a realidade socioeconômica brasileira ganharam maior visibilidade e, mais do que nunca, a realização de transformações profundas foi vista como extremamente necessárias para a superação da condição de subdesenvolvimento.

Nesse contexto, o projeto de reformas de base ganhou ampla dimensão, sendo apoiado por diversos setores sociais e políticos. As reformas de base eram compostas de oito eixos fundamentais: a reforma eleitoral, que permitiria o voto de analfabetos, a elegibilidade dos sargentos e a reconfiguração dos partidos, de maneira que esses representassem, de fato, os interesses de suas bases; a reforma administrativa, com o objetivo de aperfeiçoar a máquina estatal para o efetivo desenvolvimento nacional; a reforma tributária, cuja proposta era rever o pagamento de impostos e adequá-lo as distintas realidades das classes sociais; a reforma agrária, a mais polêmica das propostas, que visava à superação da estrutura agrária baseada no latifúndio, dando

acesso à terra aos trabalhadores rurais; a reforma urbana, que deveria solucionar a falta de moradia, ocasionada pelo crescimento desordenado das cidades, limitando o número de imóveis urbanos, desapropriando imóveis desocupados e construindo conjuntos residenciais; a reforma bancária, cujo objetivo era nacionalizar e democratizar o crédito, centralizando a política monetária no Banco do Brasil, para dessa forma, financiar o desenvolvimento nacional, além da presença de representantes populares nas direções dos bancos como garantia de equilibrar os interesses; a reforma cambial, que deveria promover reservas de capital para as importações prioritárias, vetando gastos com artigos luxuosos e considerados supérfluos; e, por último, a reforma universitária, que em linhas gerais visava à democratização e modernização das Universidades¹⁶⁹.

A defesa das reformas de base variava de um grupo para o outro, ganhando ênfase e prioridades diferentes de acordo com o discurso que representava¹⁷⁰. De acordo com Roland Corbisier

Os pregadores reformistas, de acordo com as preferências pessoais de cada um ou as circunstâncias do momento, punham ênfase nesta ou naquela mudança, como se não houvesse entre as diversas reformas nenhuma hierarquia de importância ou escolha de prioridade¹⁷¹.

Nesse cenário, marcado por grande mobilização social e política pelas reformas de base, grandes parcelas juvenis tiveram como luta específica o desejo pela reforma universitária, sendo capitaneados pela principal entidade estudantil da época: a UNE.

¹⁶⁹ Mattos, André Luiz Rodrigues de Rossi. Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013, p. 314.

¹⁷⁰ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) publicou em 1963 um livro intitulado “Reformas de base: posição do IPES”, no qual apresenta seu projeto de reformas, baseado na premissa que a democracia só seria plena a partir da defesa da livre iniciativa, que garantiria a organização dos meios de produção em proveito da sociedade.

¹⁷¹ CORBISIER, Roland. Reforma ou Revolução? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 apud Mattos, André Luiz Rodrigues de Rossi. Op. cit., p. 315.

2.3) A UNE e a Reforma Universitária

A primeira ação da UNE em prol da mobilização pela reforma do ensino ocorreu em 1957, através do I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, que contou com o apoio do Ministério da Educação. Esse evento também ocorreu em 1958 e 1959, na Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro. Nesses encontros, os principais temas em debate foram a modernização do sistema educacional universitário e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação¹⁷². O primeiro anteprojeto de lei foi elaborado em 1948 por uma comissão de educadores e encaminhado ao Congresso pelo ministro da Educação Clemente Mariani. O anteprojeto afirmava o direito de todos à educação, assegurando o ensino gratuito e obrigatório da educação primária - as escolas particulares seriam estimuladas a admitirem alunos gratuitos ou com bolsas, no grau médio e superior, e a gratuidade só seria alcançada para os que demonstrassem aptidão e provassem falta de insuficiência de recursos. A estrutura educacional deveria ser descentralizada e cada estado poderia elaborar um sistema de ensino para todos os graus, embora devesse dar prioridade ao primário e secundário. Seriam organizados, em cada estado e até mesmo municípios, conselhos de educação, semelhantes ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Segundo o anteprojeto, a organização do ensino seria parecida com a proposta pelas “leis” orgânicas, elaboradas do Ensino no Estado Novo¹⁷³. Haveria um ramo clássico e ramos técnicos, todos com dois ciclos. A diferença estava na mudança no conteúdo do ensino, que teria como finalidade equiparar o conhecimento dos alunos de todos os ramos para diminuir os entraves entre os estudos acadêmicos e estudos profissionais. A ideia era facilitar a mobilidade dos estudantes

¹⁷² Na constituição de 1946 foi mencionada a necessidade da elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

¹⁷³ Sobre esse tema, cf.: GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 2000.

entre os diferentes ramos do ensino médio. Contudo, essa transição deveria ocorrer por meio de exames que seriam realizados à entrada e à saída de cada ciclo de cada ramo desse segmento. A meta era garantir que os indivíduos mais preparados tivessem maiores oportunidades, apesar de sua condição social¹⁷⁴.

No que diz respeito ao ensino superior, o anteprojeto de 1948 previa a autonomia universitária, nos âmbitos didáticos, administrativos e financeiros. Cada universidade deveria ter liberdade para elaborar seus currículos, programas e métodos de ensino, os processos e os períodos de avaliação. Os concursos de cátedra deveriam ocorrer dentro das universidades, sem a interferência do Ministério da Educação. Além disso, a autonomia administrativa daria a oportunidade às universidades de produzir seus estatutos e regimentos, enquanto a autonomia financeira possibilitaria maior independência no uso das verbas. Apesar de o projeto indicar que haveria maior autonomia universitária, isso não significaria independência total. Ainda caberia ao Conselho Nacional de Educação a decisão de aprovar ou vetar os estatutos das universidades e reconhecer ou não seus cursos. Com relação às instituições privadas, o anteprojeto previa que sua expansão só ocorreria caso não fizessem concorrência com as universidades públicas existentes. O objetivo dessa proposta era evitar o rebaixamento da qualidade do ensino superior, questão que causava grande preocupação¹⁷⁵. Para garantir esse propósito, foi previsto que o ingresso no curso superior deveria ser feito através de um concurso de admissão ou pelo curso, dependendo da aprovação, no colégio universitário¹⁷⁶. Dessa forma, por mais que a intenção fosse ampliar as

¹⁷⁴ CUNHA, Luiz Carlos. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed., São Paulo: UNESP, 2007, p. 95.

¹⁷⁵ Idem, p. 96-97.

¹⁷⁶ Estes funcionariam anexos às universidades e teriam entre um ou dois anos de duração. O ingresso nessa instituição se daria por exame de admissão. Após a realização e aprovação no colégio universitário, o aluno poderia se matricular no curso superior vinculado a ele.

oportunidades de ingresso em cursos superiores, sob a justificativa de manter o padrão do ensino houve a criação de mecanismos para restringir o acesso às universidades.

Outro tema de destaque era a participação dos estudantes nas decisões das universidades. Segundo Luiz Cunha, o assunto foi abordado de uma maneira vaga

Não se fala dos diretórios dos estudantes, tendo o presidente do DCE voz e voto no Conselho Universitário, mas, apenas da presença nele, de um “representante dos alunos”. Menciona-se, tão somente, a necessidade de a universidade observar, entre outras normas, a de “dar apoio às atividades estudantis que estimulem o estudo e cultivem as virtudes cívicas e sociais”. Assim, ao mesmo tempo em que os liberais, aliados aos sobreviventes do Estado Novo, tentavam abolir as formas anacrônicas de controle político-ideológico, procuravam, também, impedir a livre expressão das forças políticas¹⁷⁷.

O anteprojeto da LDB gerou uma grande polêmica, enfrentando inúmeras críticas e oposições, especialmente dos defensores da política educacional do Estado Novo e dos dirigentes das instituições privadas. Os principais temas dos debates versaram as questões acerca da “centralização e descentralização da educação, o ensino gratuito e obrigatório, gratuidade e escolas públicas nos demais níveis de ensino, bem como normatização e regulamentação dessa obrigatoriedade”¹⁷⁸. As desavenças sobre o conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases dificultaram a sua aprovação e deram margem para o surgimento de outros projetos.

Em 1958 o deputado Carlos Lacerda encaminhou ao Congresso um projeto de Lei de Diretrizes e Bases, chamado de “Substitutivo Lacerda”. Suas principais propostas eram

¹⁷⁷ CUNHA, Luiz Carlos. Op. cit., p. 98.

¹⁷⁸ SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos. et al. Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.22, p.131 –149, jun. 2006. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf. Acesso em 03/01/2015.

A equiparação do ensino público e privado, garantido pelo direito de escolha da família; o fim do “controle” público sobre as instituições privadas; representação nas escolas privadas nos órgãos de direção do ensino do Governo Federal; manutenção do ensino primário em quatro anos; fixar as regras para o financiamento a qualquer estabelecimento de ensino através do Conselho Federal de Educação¹⁷⁹.

O projeto de Carlos Lacerda teve como principal destaque a luta contra o monopólio estatal da educação. No entanto, essa acusação não era verdadeira, afinal, as escolas particulares já existiam no Brasil. Sua contestação se referia, mais exatamente, à aplicação das verbas públicas, que, em sua opinião, deveriam destinar-se, também, às instituições privadas de ensino. Suas propostas foram embasadas no princípio da “liberdade do ensino”, compreendido como livre iniciativa na área educacional.

Para Lacerda, caberia à família optar pelo ensino oficial ou privado. Ao Estado, caberia assegurar a existência das duas iniciativas para que houvesse o direito de escolha. Ao associar o ensino à família, Carlos Lacerda propunha a transferência da “responsabilidade sobre a educação da esfera do público para o privado” e defendia a ideia que o papel do Estado seria de complementar o ensino através da criação e da manutenção de escolas, nas quais a iniciativa privada não mostrasse interesse¹⁸⁰. Esse discurso encontrou apoio da Igreja Católica e do setor privado que não aprovavam o monopólio do ensino pelo Estado. Sobre a questão do ensino superior, o substitutivo não se aprofundou. Defendia a máxima autonomia das universidades e propunha a restrição do poder do Conselho Nacional de Educação¹⁸¹.

¹⁷⁹ MAIA, Tatyana de Amaral. A ação política dos intelectuais na imprensa (1956-1964). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0988.pdf>. Acesso em 04/01/2015.

¹⁸⁰ COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. Carlos Lacerda e o Projeto de Educação Nacional. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. Anais A Educação e seus Sujeitos na História. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás e Ed. Vieira, 2006. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Angelica%20da%20Gama%20Cabral%20Coutinho%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 05/01/2015.

¹⁸¹ CUNHA, Luiz Carlos. Op. cit., p. 104.

Em resposta a aprovação do projeto “substitutivo Lacerda”, na Câmara dos Deputados, foi publicado em diversos jornais o *Manifesto dos Educadores*¹⁸², em julho de 1959, assinado por intelectuais, professores e figuras públicas, como Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Anísio Teixeira, Álvaro Vieira Pinto, Darcy Ribeiro. De acordo com o documento, a expansão do ensino público era condição necessária à democracia e ao desenvolvimento econômico do país. Esse ambiente contribuiu para o surgimento da Campanha em Defesa da Escola Pública, tendo como princípio a garantia o ensino público e o controle do Estado sobre as principais decisões relativas ao ensino. O movimento contou com a participação de educadores da geração dos anos 1930, ligados ao Manifesto dos Pioneiros de 1932¹⁸³, professores, intelectuais e lideranças sindicais e estudantis¹⁸⁴.

Foi a partir desse contexto que as discussões sobre a reforma do ensino ganharam maior projeção e refletiram o cenário de disputa ideológica sobre o projeto educacional brasileiro: de um lado, a defesa do ensino gratuito e obrigatório, com o objetivo de ampliação do acesso ao ensino e, do outro, um projeto “liberal elitista”¹⁸⁵ que visava atender, claramente, aos interesses da rede privada de ensino. É nesse cenário de disputa de projetos que a UNE e outras entidades estudantis passaram a militar em defesa da democratização e do ensino gratuito e obrigatório.

De acordo com João Roberto Martins, foi a partir de 1956 que a UNE se tornou uma entidade de apoio às esquerdas. Em 1955, uma frente de estudantes, composta por setores nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãos e trabalhistas retoma a UME, uma das entidades regionais mais expoentes do movimento universitário brasileiro. Essa

¹⁸² MANIFESTO dos Educadores Mais Uma Vez Convocados. In: GHIRALIDELLI JUNIOR, Paulo. Op. cit., p.139-160.

¹⁸³ As principais propostas do movimento eram a organização de um plano geral de educação pelo Estado e a defesa de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. O documento se tornou um marco no projeto de renovação educacional do país.

¹⁸⁴ COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. Op. cit.

¹⁸⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit., p. 38.

conquista foi de grande importância para que, um ano depois, fosse eleito, no XIX Congresso da UNE para presidente da entidade, José Batista de Oliveira Júnior. Foi em sua gestão que ocorreu a formação da primeira frente única de católicos e comunistas no movimento estudantil¹⁸⁶. No entanto, foi a partir de 1961 que teve início a grande ascensão da esquerda cristã no movimento estudantil, com a eleição, para presidente da UNE, do estudante paulista Aldo Arantes, membro da Juventude Católica Universitária (JUC)¹⁸⁷.

Há um outro fator, de ordem externa, que colaborou para o crescimento das posições à esquerda no meio estudantil: a Revolução Cubana de 1959. O impacto desse acontecimento deu maior destaque a América Latina no contexto da Guerra Fria e influenciou, demasiadamente, os movimentos e organizações políticas das esquerdas. Com relação aos EUA, esse episódio gerou um alarde e o governo norte-americano não mediu esforços para combater o “avanço socialista” na América Latina. Suas ações foram desde a repressão, a propaganda e o auxílio econômico e social da região. A partir dessa nova conjuntura, surgiu a “Aliança para o Progresso”, programa criado em 1961 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e econômico latino-americano. Se por um lado, a Revolução Cubana deu maior ânimo ao projeto das esquerdas para o Brasil, por outro, contribuiu para a intensificação do movimento anticomunismo.

¹⁸⁶ POERNER, Arthur. Op.Cit., p. 195.

¹⁸⁷ A origem da JUC esteve ligada a Ação Católica Brasileira, criada em 1935, com o objetivo de instruir leigos para colaborar com a missão da Igreja de expansão da doutrina e dos valores cristãos. Contudo, com o passar do tempo, a juventude católica militante sofreu grande influência das ideias comunistas, radicalizando o seu discurso e suas ações. Diante da grande oposição dentro e fora da Igreja, um grupo de estudantes se desligou da JUC e fundou, em 1962, a Ação Popular, movimento sem vínculo com à Igreja que aglutinou ex – jucistas e outros militantes de esquerda. Sobre esse tema, cf.: COSTA, Marcelo Timotheo da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Op. Cit., p.433 – 450; GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. A JUC: Os estudantes católicos e a política, Petrópolis, Vozes, 1984; MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit.; POERNER, Arthur. Op. Cit.

Rodrigo Patto Motta, chama a atenção para essa questão, ressaltando que a presença do anticomunismo no Brasil na década de 1960 não foi resultado da criação e da imposição dos EUA. Desde os anos de 1930, existiam grupos constantemente mobilizados contra o “perigo vermelho”. Por isso, é possível afirmar que no Brasil havia uma tradição anticomunista. Nessa conjuntura, “a influência norte-americana convergiu e se combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil havia décadas¹⁸⁸. No que diz respeito aos jovens e ao movimento estudantil, a Revolução Cubana representou duas vitórias: a ascensão do socialismo em um país e o fato da insurreição ter sido comandada por jovens. Essa liderança ratificou a imagem da juventude, atuante na política, associada à militância de esquerda radical¹⁸⁹.

A aproximação com o movimento nacionalista contribuiu para a UNE se tornar o grande meio de expressão de parcelas juvenis ligadas aos grupos de esquerda desse período. Por isso, suas principais ações e demandas estiveram concentradas na mobilização dos estudantes em torno da reforma universitária. Os seminários realizados nos anos de 1957, 1958 e 1959 podem ser compreendidos como uma espécie de *ensaio* estudantil, afinal, as discussões ficaram centradas em questões pedagógicas, sociais e econômicas, além de debater ideias e sugestões para a polêmica Lei de Diretrizes e Bases. Ainda que essas iniciativas não tenham tido muitos efeitos, elas contribuíram para o despertar da consciência estudantil em relação à reforma do ensino.

O clima efervescente do início da década de 1960 acirrou, ainda mais, os debates e disputas sobre os diferentes projetos de Lei de Diretrizes e Bases. O movimento estudantil, cada vez mais politizado e consciente do que a reforma no ensino representaria na conjuntura socioeconômica brasileira, promoveu, em maio de 1960, o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior.

¹⁸⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 232.

¹⁸⁹ Sobre a relação entre a juventude e a Revolução Cubana, cf.: GROppo, Luís Antonio. Op. Cit.

Realizado em Salvador, o evento contou com a participação de delegações de vários países da América Latina, representantes de associações estudantis e reitores de universidades do Brasil, Venezuela, Uruguai e Guatemala¹⁹⁰. Os principais tópicos na pauta de discussões foram a “Universidade na América Latina”, “Uma política para a universidade” e “Conteúdo técnico para a reforma universitária”, temas, que de acordo com a UNE, demonstraram a semelhança nos problemas das universidades dos países presentes¹⁹¹. Essa experiência foi fundamental para a intensificação da demanda da reforma universitária no movimento estudantil.

Em maio de 1961, a UNE realizou o I Seminário Nacional de Reforma Universitária em Salvador. Os principais temas debatidos no evento foram: o exame vestibular e o sistema de aprovação; a autonomia universitária e a participação do corpo discente em sua administração; as condições de funcionamento das universidades; corpo docente e cátedra vitalícia; realidade brasileira e a função da universidade. O estudo sobre cada tema ficou a cargo de uma comissão formada por um delegado de cada estado¹⁹². O relatório de cada comissão foi apresentado e submetido ao plenário para a aprovação. As conclusões dos relatórios resultaram na elaboração da *Declaração da Bahia*, um documento que refletiu sobre a realidade brasileira e que expressava o projeto de Reforma Universitária proposto pelos estudantes. As três principais metas, presentes na *Declaração da Bahia*, foram sintetizadas nas seguintes questões: abertura, democratização e modernização da universidade.

Diante das transformações sociais e econômicas que vinham ocorrendo no Brasil, principalmente, a partir da década de 1950, e o estágio de modernização e industrialização que o Brasil se encontrava, eram necessárias estratégias para a

¹⁹⁰ *Folha de São Paulo*, 08/05/1960, p. 8.

¹⁹¹ Mattos, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Idem*, p. 318.

¹⁹² Cada estado, em que havia universidades, teve direito a enviar seis delegados para participar do Congresso.

preparação de profissionais capazes de atuar nesse novo contexto. Contudo, o documento alertava para as contradições do processo de desenvolvimento brasileiro, fundamentadas no desequilíbrio regional, na existência de um Estado oligárquico e classista, e no desenvolvimento em bases capitalistas. Nessa perspectiva, a Reforma Universitária deveria estar situada à conjuntura social e econômica brasileira. Por isso, não bastava à transformação no ensino superior. Era necessário ir além. A mudança na Universidade deveria estar sintonizada a outros elementos fundamentais, como o incentivo ao desenvolvimento por meio de uma “reformulação total da estrutura socioeconômica do país” e a promoção da classe operária, tanto a urbana, quanto a rural, através do fim da estrutura econômica liberal-burguesa, sendo substituída por economia planificada.

Essas medidas seriam fundamentais para atender as necessidades do povo e garantir o fim da exploração do trabalho humano. Além disso, advertia para a situação nacional, afirmando que a democracia era uma farsa devido à exclusão política de 52% da população e que o projeto de Diretrizes e Bases, em discussão no período, não atendia aos pontos fundamentais da realidade brasileira: o desenvolvimento econômico, a democratização do ensino, a erradicação do analfabetismo, e outros aspectos estruturais. Por isso, a posição dos estudantes foi de rejeição total ao projeto de Diretrizes e Bases em tramitação no Senado, a defesa pela extensão do direito de voto aos analfabetos, condenação do regime capitalista e uma efetiva reforma agrária.

A intenção do documento era determinar a diretriz para a revolução brasileira, colocando os jovens em um papel de destaque nesse processo

Aos jovens brasileiros, principalmente a partir da Universidade, cabe iniciar essa grande tarefa. São eles, os oprimidos, os elementos dinâmicos por excelência que precisam romper uma série de

alienações, de preconceitos e de deficiências, oriundas da sua própria formação¹⁹³.

De acordo com a *Declaração da Bahia* a universidade, no Brasil, era um privilégio para poucos. Eram muitos os entraves que existiam para o ingresso no ensino superior, o que favorecia apenas uma pequena parcela de jovens, oriundos das classes mais altas e com maiores oportunidades. Além disso, era uma instituição que não cumpria com sua função social ao falhar “na missão de esclarecer ao povo o conteúdo de uma cultura popular, entendida como o despertar das classes populares para a consciência de sua destinação história”. O documento aponta para outros problemas das universidades: a má formação profissional; o sistema de cátedra vitalícia, o que ao ver dos estudantes significava a “aposentadoria intelectual do professor” e, conseqüentemente, um ensino ultrapassado; não correspondia às particularidades de cada região do Brasil; porque não assumia seu papel de liderança e porque formava profissionais “individualistas, mantenedores da ideologia do *status quo*”.

Para os estudantes, a Reforma Universitária deveria assumir o compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo, lutando pela “democratização do ensino, dando a todos condições de acesso à educação, em todos os graus”. Por isso, os universitários deveriam “prestar serviço de retribuição” da cultura que recebiam na universidade, revertendo esse conhecimento para a “promoção educacional e política para o povo”. Por isso, era necessário

Fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa

¹⁹³ UNE. Declaração da Bahia. I Seminário Nacional de Reforma Universitária, maio de 1961. In: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

de reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa¹⁹⁴.

Aos professores era necessária a consciência da realidade social, possuir um profundo conhecimento e buscar constante renovação intelectual, adotando uma metodologia de ensino que fosse capaz de formar profissionais condizentes com o momento histórico brasileiro. Com relação à administração das universidades, os estudantes argumentaram que uma gestão democrática necessita da participação dos setores principais que a constituem, ou seja, discentes, docentes e profissionais deveriam ter “direito a voz e voto, em todos os órgãos técnico-administrativos da Universidade, assim como nas Comissões e Departamentos a serem criados”.

Dessa forma, a proporção dessa participação deveria ser da seguinte maneira: 40% formada por membros do corpo docente, 40% para o corpo discente e 20% por profissionais. Esse critério seria capaz de assegurar “a organicidade, harmonia e democracia que devem reinar no governo da comunidade universitária”. Outra questão de suma importância para os estudantes dizia respeito à autonomia administrativa, didática e financeira que as universidades deveriam obter. Para o sucesso dessa empreitada, era primordial dar autonomia as universidades e, dessa maneira, intensificar o fluxo de contínuas mudanças estruturais.

Sobre o projeto em andamento da Lei de Diretrizes e Bases, os estudantes especificaram suas críticas a dois artigos. O art.78, que previa a participação de membros do corpo discentes nos órgãos e conselhos universitários, não determinava a proporção dessa representação. Segundo os estudantes, só a garantia da participação não era suficiente para atender os anseios de democratização. Era necessário estabelecer a proporção. O art.80, falava acerca da autonomia universitária, porém, determinava que a

¹⁹⁴ Idem.

escolha do reitor fosse feita pelo governo. As universidades deveriam elaborar uma lista tríplice de nomes que seriam encaminhadas ao governo para a sua aprovação ou escolha. Essa proposta foi rejeitada pelos estudantes, pois afirmavam que a congregação, na proporção de 40% de professores, 30% de alunos e 20% de profissionais deveriam eleger o reitor.

A pretensão dos estudantes era publicar a *Declaração da Bahia* pela gráfica da Universidade do Brasil, por conta convênio mantido com o Ministério da Educação e Cultura. Contudo, devido ao teor “revolucionário” do documento, a sua edição foi barrada pelos órgãos do governo que não quiseram se comprometer. Houve a proposta de revisão do texto para a publicação do documento, mas os jovens não aceitaram essa condição, alegando que era necessário assumir “atitudes corajosas”. Ainda que o documento não tenha obtido grande repercussão no meio estudantil, pela falta de objetividade e por não fornecer uma estratégia clara de atuação¹⁹⁵, a *Declaração* contribuiu para estabelecer um programa, unificando ideias e propostas para a Reforma Universitária. Essa iniciativa representou um marco no movimento estudantil ao afirmar a juventude universitária como *protagonista* da Reforma Universitária, contribuindo para maior politização dos estudantes e para adoção de uma postura mais combativa do projeto reformista.

A liderança da JUC na UNE representou um importante feito para a mobilização e radicalização estudantil em prol da Reforma Universitária. Segundo Martins Filho, a JUC soube apoderar-se dessa questão e potencializar a sua influência dentro das universidades. Antes mesmo da realização do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em julho de 1960, a JUC lançou um documento que criticava as poucas

¹⁹⁵ POERNER, Arthur. Op. cit., p. 202.

ações do projeto reformista, colocando-se em uma posição de vanguarda na luta pela Reforma Universitária

A ideologia reformista é movimento virgem no Brasil. Afora o Seminário Latino-Americano há pouco realizado na Bahia, não temos recordações recentes de qualquer outra iniciativa. O MOVIMENTO NÃO TEM DONO, portanto. Faltam-lhe ideólogos, pessoas que conheçam os princípios e a REALIDADE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA; e façam dos dois uma síntese de soluções diretas. Se outros se tornarem donos da vaga, sem a nossa participação, será culpa nossa e da JUC o fato de ser ela novo instrumento de lutas contra a religião católica¹⁹⁶.

Nesse momento de *agitação* do movimento estudantil, em agosto, o presidente Jânio Quadro renunciou. Teve início uma grave e profunda crise política no Brasil, pois a alta cúpula militar não aceitava a posse do vice-presidente, João Goulart, acusado de ter intensa proximidade com os comunistas, devido aos seus diálogos e negociações com o movimento sindical. Assim, apesar de Ranieri Mazzilli assumir, de forma legítima a presidência do Brasil foi formada uma Junta Militar, pelos três ministros militares, para impedir a posse de João Goulart. Nesse período, João Goulart estava na China. Era uma viagem oficial, planejada pelo próprio presidente Jânio Quadros, em que Goulart chefiava uma comitiva à União Soviética e à China¹⁹⁷. A Junta Militar, em mensagem enviada ao Congresso Nacional, afirmava a “inconveniência” do regresso e da posse de João Goulart à presidência da República. Apesar da tentativa de coação dos militares, o Congresso Nacional não se submeteu. Para fazer frente à pressão militar foi formada uma ampla aliança entre os partidos políticos pela defesa da ordem constitucional, que contou também com o apoio da União Democrática Nacional (UDN). Era consenso à defesa pela posse de João Goulart e o repúdio a intimidação

¹⁹⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., p. 52.

¹⁹⁷ Sobre o contexto e os objetivos da política externa independente, cf.: ONOFRE, Gabriel da F. *Em Busca da Esquerda Esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista*. Curitiba, Editora Prismas, 2015.

feita pelos militares. Estava configurado um confronto aberto entre o Congresso Nacional e a Junta Militar¹⁹⁸.

Ciente dessa situação, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, articulou um movimento, mobilizando a população, para garantir a posse de João Goulart. Ficou conhecida como a Campanha da Legalidade. A UNE logo se manifestou em defesa da ordem democrática e seu presidente, Aldo Arantes, e sua diretoria foram para Porto Alegre em apoio à causa. Essa parceria resultou em um “apoio estratégico do governador Brizola, obtido junto à VARIG, para que as Caravanas da UNE Volante percorressem todo o país, viabilizando a nacionalização efetiva do movimento estudantil e o avanço da luta pela Reforma Universitária”¹⁹⁹. Participar ativamente da Campanha da Legalidade projetou a UNE para um novo patamar no cenário nacional, marcando seu ingresso no grupo nacional-revolucionários²⁰⁰.

A saída encontrada para resolver esse grande impasse político foi a proposta de implantação do regime parlamentarista. João Goulart assumiria a presidência, porém, seus poderes estariam limitados, pois quem governaria seria o primeiro-ministro. Goulart, temendo uma guerra civil, aceitou essa proposta. A partir desse momento, as posições políticas se acirraram, acentuando o clima de radicalização política. A posse de João Goulart contribuiu para intensificar a reação anticomunista.

A ascensão de grupos de esquerda na direção da UNE no início da década de 1960 foi marcada por um contexto de intensa disputa. Se muitos estudantes encamparam a bandeira do projeto de Reforma Universitária e um posicionamento

¹⁹⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 30.

¹⁹⁹ TRINDADE, Helgio. A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.18, n. 33, p. 129-164, jul. 2011. Disponível em <http://unila.edu.br/sites/default/files/files/Artigo%20professor%20Helgio.pdf>. Acesso em 06/01/2015.

²⁰⁰ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 546.

nacional-revolucionário, também existiram outros que identificaram “nessas manifestações a influência do comunismo e o objetivo de subverter a ordem”²⁰¹. No meio estudantil, os jovens que não eram favoráveis ao posicionamento da UNE, logo receberam apoio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que receosos com o crescimento da esquerda no movimento estudantil, agiam em parceria, formando o complexo IPES/IBAD. Segundo René Dreifuss, a finalidade da campanha realizada pelo IPES/IBAD era

Impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso²⁰².

Com o objetivo de mobilizar esses estudantes para fazer frente a UNE, o IPES financiou “eleições estudantis, fundos para publicações e [...] até subsídios para atividades específicas, projetos e indivíduos e o patrocínio de viagem aos Estados Unidos para estudantes”²⁰³. Com o apoio do IBAD, o Movimento Estudantil Democrático (MED) e a Frente da Juventude Democrática (FJD) atuaram fortemente contrários à UNE no movimento estudantil. Além do apoio às organizações juvenis de direita, o IPES e IBAD realizaram uma intensa propaganda acerca dos malefícios que a “infiltração comunista” estava trazendo a juventude brasileira.

O IBAD criou, em 1959, a revista Ação Democrática com o propósito de combater o comunismo na sociedade, na política e nas instituições brasileiras. Houve uma grande preocupação com a juventude. Por isso, várias reportagens, publicadas na

²⁰¹ Mattos, André Luiz Rodrigues de Rossi. Op. cit., p. 328.

²⁰² DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.p. 298.

²⁰³Idem, p. 301.

revista, visavam alertar à sociedade do “perigo” que os jovens enfrentavam, sujeitos a influência comunista. De acordo com a reportagem, intitulada “Por que há estudantes comunistas?”, o jovem era dotado de duas características essenciais: o idealismo e a impaciência. A combinação desses dois fatores levou muitos jovens a ideias e posições, consideradas pela revista, “radicais” por exemplo, a defesa da revolução social. A reportagem creditava esse posicionamento juvenil à descrença que, muitos, tinham em relação à democracia. Porém, afirmava que o Brasil nunca tinha vivido uma experiência democrática de fato. Logo, era compreensível os jovens se *iludirem* e com as ideias comunistas²⁰⁴.

Para solucionar esse *problema* era necessário realizar uma campanha de esclarecimento aos jovens, pois “o idealismo da juventude permite-lhe admitir os seus erros e lutar do nosso lado com o mesmo desprendimento com que lutaram contra nós”²⁰⁵. Dessa forma, para o IBAD, o posicionamento da juventude de esquerda era interpretado a partir de uma ideia de *ingenuidade* e, essa situação, em parte, ocorria pela *omissão* da sociedade brasileira. Portanto, caberia as autoridades superar o “medo” que tinham em relação aos jovens e suas organizações e impor limites as ações estudantis

Vemos então, jovens estudantes, [...], intrometerem-se (é o termo exato) em questões ou problemas para cuja discussão não podem possuir o necessário discernimento. Discutem tudo os jovens: desde sérios problemas econômicos até questões políticas da mais alta relevância ou transcendência. E quando contrariados em suas opiniões, não atendidos no que pleiteiam, [...] passam a utilizar recursos que vão desde passeatas até greves e às arruaças.

[...], acostumaram-se a receber, sistematicamente, tudo quanto pleiteiam ou solicitam. E insatisfeitos, estão a exigir sempre mais, inclusive (o que é espantoso), o próprio direito de administrar as escolas, [...]. É preciso que os homens de responsabilidade deste país tenham coragem de declarar aos moços que o Brasil espera que eles saibam cumprir o seu dever: estudar, para que amanhã possam servir convenientemente à sua pátria [...] ²⁰⁶.

²⁰⁴ Revista Ação Democrática, 19/12/1960, p. 4.

²⁰⁵ Idem, p.5.

²⁰⁶ Idem, 01/06/1959, p.13

Com o avanço da esquerda estudantil na UNE, as reportagens da Revista *Ação Democrática*, principalmente a partir de 1962, passaram a ser mais ofensivas e permeadas da ideia da necessidade de *sanear* o movimento estudantil, pois a UNE passou a ser considerada “a maior célula comunista do Brasil”²⁰⁷. De acordo com essa perspectiva, não bastava, apenas, livrar o movimento estudantil do comunismo. A própria UNE estava impregnava dessa ideologia e, portanto, deveria ser eliminada.

De acordo com Dreifuss, logo cedo, a liderança do IPES percebeu que sua ação no movimento estudantil não seria completamente eficaz, apenas, através do apoio financeiro. Por isso, do ponto de vista do líder Cândido Guinle de Paula Machado, especialista em assuntos estudantis, defendia “que a ação só seria eficaz se ela emanasse dos próprios estudantes. O máximo que o IPES poderia fazer seria orientá-los”. Dessa forma, o IPES buscou se aproximar dos estudantes e das organizações dando suporte para suas atividades²⁰⁸.

De fato, a atuação do IPÊS/IBAD contribuiu, consideravelmente, para desestabilizar o governo de João Goulart e mobilizar diversos setores da sociedade contra a “ameaça comunista”. Contudo, é preciso *relativizar* o papel atribuído a esse complexo e levar em consideração o conjunto de crenças e valores dos diversos grupos anticomunistas, desse período, ressaltando que suas ações podem ser caracterizadas como uma atuação “consciente de militância conservadora”. Essa foi a abordagem feita por Janaína Cordeiro, ao analisar a participação das mulheres, através de uma das inúmeras organizações femininas criadas nesse contexto, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Embora existissem estreitas ligações entre a CAMDE e o IPÊS,

²⁰⁷ Idem, -/08/1962, p.13.

²⁰⁸ Sobre a atuação do IPES em prol da cooptação de estudantes e de organizações juvenil de direita, cf.: DREIFUSS, René Armand. Op. Cit., p. 299 - 308.

Admitir essas relações não significa supor que as mulheres passaram a agir no espaço público porque manipuladas pelos homens, estes sim, capazes de se organizar politicamente, diferentemente das mulheres, cuja organização dependeria da instrumentalização por parte dos seus maridos ou padres²⁰⁹.

Por isso, a proposta de reflexão sobre a militância política dos grupos femininos, feita por Cordeiro, buscou compreender os valores e as instituições, como a família, a religião e a pátria, que essas mulheres acreditavam e defendiam, além de suas demandas políticas. Da mesma forma, é possível atribuir essa interpretação aos grupos estudantis de direita nesse mesmo período. Além disso, como já foi mencionado, algumas dessas organizações são anteriores ao processo de radicalização política, ocorrido no início de 1960, fruto de uma tradição anticomunista no Brasil desde a década de 1930.

Em dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação²¹⁰ foi aprovada. Diante dos inúmeros impasses e discussões que ocorreram em torno desse projeto, o Congresso optou por uma solução intermediária entre o projeto original e o “substitutivo Lacerda”. Apesar de buscar a conciliação entre os projetos, a Lei de Diretrizes e Bases atendeu, sobremaneira, os interesses das instituições privadas e da Igreja Católica que tinham como principal bandeira a “liberdade de ensino”²¹¹. Os estudantes, insatisfeitos com vários artigos da LDB, começaram a fazer uma pressão no governo, que para tentar amenizar a situação, marcou um encontro no MEC no intuito

²⁰⁹ CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 117.

²¹⁰ O documento pode ser acessado na íntegra em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm. Acesso em 07/01/2015.

²¹¹ Sobre esse tema, cf.: SILVA, Taís Andrada da. *Dos ideais da redemocratização a defesa da iniciativa privada: o anteprojeto de Clemente Mariani, de 1948 e o substitutivo de Lacerda, de 1958*. - Discussões para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH:50 anos, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308153093_ARQUIVO_textofinalANPUH2011.pdf. Acesso em 10/01/2015; MONTALVÃO, Sérgio. *A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação*. Trabalho apresentado da I Jornada Discente do PPHPBC – Programa de Pós-graduação do CPDOC/FGV; 2009. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/ldb-de-1961-apontamentos-para-uma-hist%C3%B3ria-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 09/01/2015.

de ouvir as reivindicações dos estudantes. Nesse encontro, houve a participação do diretor da Divisão de Ensino do MEC e de representantes da diretoria da UNE, das UEEs e dos DCEs. Os estudantes se reuniram em comissões e elaboraram um conjunto de documentos que adotavam as diretrizes propostas pela *Declaração da Bahia* e condenavam vários artigos da LDB. Das principais reivindicações feitas, vigorava a defesa pela participação dos estudantes nos conselhos universitários, nas congregações e nos conselhos departamentais. Esse pedido era feito com urgência, pois os estudantes almejavam ter seus representantes na adaptação dos estatutos e regimentos das universidades a nova lei.

Muitas das questões, defendidas pelos estudantes, eram pontos em comum do pensamento de Álvaro Vieira Pinto, diretor do ISEB e professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil que, nesse período, escreveu o livro *A questão da universidade*. De acordo com Vieira Pinto, havia dois movimentos em curso pela reforma universitária. Um defendido pelos estudantes, cientes da realidade socioeconômica brasileira, que propunha a democratização das universidades e a tomada de consciência que as universidades deveriam ser postas a serviço do povo; outro, uma reação ao primeiro, objetivava manter o controle das universidades pelas classes dominantes²¹². Para Vieira Pinto, os estudantes, já empenhados nas lutas sociais, deveriam conduzir a luta pela Reforma Universitária e esclarecer para os demais estudantes que “a reforma universitária seria um instrumento para se chegar à reforma da sociedade”²¹³.

Em busca dessas perspectivas, a UNE e outras entidades estudantis radicalizaram sua campanha, o que, gradativamente, aproximou e deu um lugar de destaque a luta mais geral pelas Reformas de Base. A grande atuação da UNE, nesse

²¹² CUNHA, Luiz Carlos. Op. cit., p. 187.

²¹³ Idem.

movimento, contribuiu para que ela se tornasse o principal alvo dos grupos de direita. O objetivo era desestabilizar a UNE, impedindo-a de mobilizar os estudantes e diminuindo seu campo de ação no movimento estudantil. Essa iniciativa foi levada a cabo pelo Movimento Anticomunista (MAC), de caráter terrorista, que apareceu no final de 1961, organizado no contexto marcado por protestos pelo reatamento de relações diplomáticas com a URSS.

As primeiras ações do MAC foram, aparentemente, inofensivas, traduzindo-se em pichações de muros no Rio de Janeiro. Um dos alvos foi à casa de Luiz Carlos Prestes que foi atacada com “dezenas de quilos de piche e de outros materiais”²¹⁴. Já no início de 1962, o MAC mostrou sua real faceta: realizou ataques contra alvos “comunistas”: metralhou a sede da UNE e pichou em sua fachada, além de sua assinatura: MAC, os seguintes dizeres: “Casa dos lacaios de Moscou”, no Rio de Janeiro, e na mesma noite, atacou a sede do CACO da Faculdade Nacional de Direito, e jogou uma bomba num escritório do jornal *Última Hora*. A reação da UNE foi emitir um comunicado na imprensa, destacando que as ações terroristas em decorrência da “omissão do governo estadual” e que as armas utilizadas eram de “uso privativo das Forças Armadas [...] ou da Polícia Estadual”. Além disso, alertou que

Frente ao gradual agravamento do resultado dessa ação do mais puro vandalismo, denunciemos o total cima de insegurança mais uma vez vivido neste Estado, exigindo das autoridades federais, Presidente da República, Chefe do Governo, Ministros da Justiça e da Guerra e adoção de enérgicas providências garantidoras do resguardo da segurança pessoal dos líderes estudantis ameaçados [...]. Aceitamos as provocações e ameaças como atestado de que temos sabido cumprir nossos deveres²¹⁵.

²¹⁴ *Correio da Manhã*, 17/12/1961, p. 6.

²¹⁵ *Jornal do Brasil*, 08/01/1962, p.3.

Em São Paulo, no dia seguinte, vários muros, inclusive da sede da prefeitura, foram pichados com a seguinte inscrição: “fuzilemos os comunistas”²¹⁶. No final de janeiro, duas bombas explodiram próximas à sede da Missão Comercial da URSS e foram atribuídas ao MAC, em maior, durante a conferências de Francisco Julião na sede da UNE, o público presente foi atacado, “com bombas de ácido sulfúrico, pó de mico e pimenta do reino”²¹⁷ pela FJD.

A partir desse momento, a oposição à UNE ganhou uma nova dimensão, saindo do campo das ideias e debates e passando para uma ação ofensiva. Os episódios geraram preocupação para a sociedade e para o governo, que solicitou providências para a realização de uma investigação. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, os relatórios policiais produzidos, nesse período, não trouxeram muitos esclarecimentos. Teriam sido elaborados apenas para cumprir uma exigência, expressando falta de empenho da polícia em identificar os indivíduos participantes²¹⁸.

Essa tática de intimidação não produziu os efeitos desejados. Em março de 1962, foi realizado o II Seminário Nacional de Reforma Universitária em Curitiba que contou com a participação de 150 estudantes, representantes, em sua maioria, das UEEs que tinham direito a enviar seis delegados cada. Os demais eram oriundos da diretoria da UNE. O resultado dos debates foi expresso na *Carta do Paraná*, que apresentou resoluções próximas as da Declaração da Bahia, porém, com maior objetividade. Segundo Luiz Cunha, essa mudança estratégica de certas reivindicações, foi reflexo da influência das ideias de Vieira Pinto, como por exemplo, o abandono da reivindicação da autonomia universitária e das medidas assistencialistas às classes menos favorecidas²¹⁹.

²¹⁶ Mattos, André Luiz Rodrigues de Rossi. Op. cit., p. 359.

²¹⁷ Idem, p. 363.

²¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 156.

²¹⁹ CUNHA, Luiz Carlos. Op. cit., p. 191.

O documento reafirmou o descompasso entre a realidade brasileira e as universidades, caracterizando-a de antidemocrática ao afastar “de si o povo brasileiro”. Por isso, a Reforma Universitária seria de fundamental importância para transformar a universidade na “vanguarda da revolução brasileira”, tornando-a

O seu cérebro pensante, fornecedor constante de elementos para uma consciência crítica em relação à realidade social, para que a Universidade seja o centro propulsor da cultura, elaborada com os valores do próprio povo²²⁰.

Nessa perspectiva, era necessária a transformação total da Universidade, democratizando o ensino e melhorando o nível profissional dos alunos, não apenas no aspecto técnico, “mas também de uma visão de responsabilidade social”. Em relação à Lei de Diretrizes e Bases a *Carta do Paraná* defendia uma postura combativa em duas frentes: em primeiro lugar, aproveitar as brechas e ambiguidades presentes na Lei para obter “modificações parciais da estrutura universitária” e, em segundo lugar, realizar uma “luta sem trégua pela derrubada da lei, luta ligada a todo o processo de lutas pelas reformas de base necessárias à libertação nacional”.

Das proposições feitas a que mais se destacou no projeto de “modificações parciais” dizia respeito à proporção da participação estudantil na direção da universidade. Para garantir a representação estudantil nas deliberações e posições assumidas pela universidade, a *Carta do Paraná* propunha que essa participação fosse à ordem de 1/3 sobre o total do corpo discente. A LDB garantia a representação discente, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações e nos conselhos departamentais das universidades. Contudo, fixou em lei de quanto seria essa proporção. Colocando-se em um papel de “agente principal nessa transformação” os

²²⁰ UNE. Carta do Paraná. II Seminário Nacional de Reforma Universitária, março de 1962. In: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

estudantes visavam garantir sua representatividade como meio para alcançar a democratização universitária.

Após o Seminário, a UNE realizou uma intensa propaganda pela reforma universitária que através de uma caravana de vinte pessoas, composta pela diretoria da entidade e membros do Centro Popular de Cultura (CPC)²²¹, percorreu quase todas as capitais do país, participando de assembleias em faculdades, reuniões de lideranças e promovendo peças teatrais. O objetivo era disseminar entre os estudantes de todo o país as ideias e propostas da *Carta do Paraná*²²². Essa iniciativa ficou conhecida como UNE-Volante.

O grande envolvimento da UNE no projeto de Reforma Universitária e na busca pela mobilização dos estudantes brasileiros foram fatores que contribuíram para dar uma projeção nacional a entidade. Essa imensa visibilidade foi resultado, em primeiro lugar, do papel que esses estudantes atribuíram para si; detentores de uma missão vanguardista, em relação aos demais movimentos sociais, na luta pela revolução nacional. Em segundo lugar, do receio que vários grupos de direita passaram a ter em relação a UNE, encarando-a como elemento *comunizante* dentro do meio estudantil. Dessa forma, a UNE passou a ser considerada um instrumento para "difundir o marxismo entre os estudantes e os trabalhadores"²²³.

2.4) A greve universitária por um terço

²²¹ Sobre o Centro Popular de Cultura, cf.: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

²²² CUNHA, Luiz Carlos. Op. cit., p. 197.

²²³ SEGANFREDDO, Sonia. Op. cit., p. 17.

Com o objetivo de mobilizar as bases estudantis e visando colocar em prática a participação estudantil de *um terço* nos órgãos colegiados a UNE decretou, no dia 1º de junho de 1962, uma greve nacional. De acordo com a LDB, as universidades tinham até o dia 27 de junho para entregar ao Conselho Federal de Educação seus estatutos reformados, competindo a cada uma delas estabelecer o número de alunos participantes nos colegiados. Nesse contexto, a meta da UNE, ao convocar a greve, era garantir que essa reivindicação fosse atendida.

A paralisação foi adotada em praticamente todas as 40 universidades brasileiras da época. Contudo, é preciso salientar que algumas faculdades já estavam paralisadas, antes da convocação da greve. Em São Paulo, os estudantes da Universidade Mackenzie estavam em greve desde maio, pois reivindicavam a federalização da instituição. O governo alegava que não era possível realizar essa demanda em virtude dos altos gastos com a federalização anterior de outras universidades. Na Faculdade de Direito da USP, estava em curso uma greve estudantil devido à contrariedade dos alunos em relação a um concurso de Cátedra. No final de maio, a UEE/SP unificou esses dois movimentos e decretou uma greve geral em solidariedade a esses estudantes que, em junho, ainda vigorava em mais de 30 faculdades²²⁴. No Rio de Janeiro, os alunos da Faculdade Nacional de Direito também estavam em greve devido a proibição de uma conferência, organizada pelo CACO. Na Puc, os alunos estavam em greve contra a demissão sumária do Professor de Direito Civil da faculdade.

No Paraná, os alunos já estavam em greve desde o início de maio em reivindicação a participação de *um terço* nos colegiados. Os alunos de Fortaleza, Bahia e Pernambuco já se encontravam em greve por questionar a falta de estrutura nas universidades. O decreto de paralisação nacional da UNE incorporou e unificou as

²²⁴ MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. Op. cit., p. 370.

reivindicações de estudantes de diversas universidades, o que contribuiu para um maior o alcance da greve por *um terço*.

Contudo, mesmo em face da grande mobilização estudantil, isso não significou que todos os estudantes foram favoráveis à greve. Dias após a paralisação das aulas, estudantes de Direito da Mackenzie e da PUC-SP declararam-se contrários à greve.²²⁵ No Paraná, havia estudantes contrários à paralisação que alegavam que essa decisão tinha sido tomada em uma assembleia sem a maioria dos estudantes. Exigiam, portanto, que os estudantes de Curitiba, excluídos em sua maioria dessa decisão, pudessem expressar sua opinião através de um plebiscito.

Além de um movimento *pró-plebiscito* que, a partir de um grupo estudantil de tendência anticomunista de Curitiba, passou a exigir que a UPE/PR realizasse uma votação em todo o Estado para ratificar ou não a greve. A justificativa desses estudantes foi de que essa era a única forma de todos os universitários se expressarem em relação à paralisação, proposta que foi tachada como *traidora e divisionista* pela diretoria da UPE²²⁶.

Apesar dos movimentos estudantis contrários à greve por *um terço* não terem atingido uma proporção nacional, nesse contexto, há destaque para a FJD que organizou uma oposição radical ao movimento grevista, lançando diversos comunicados na imprensa nacional. Ainda no dia 1º de junho, a FJD publicou um comunicado oficial no qual demonstrava seu posicionamento desfavorável à greve. A principal alegação era que estava ocorrendo na direção da UNE uma *infiltração comunista* e que havia um projeto em curso de desestabilização da ordem nacional

o movimento paredista é apresentado como resultante de motivos relevantes, isto é, desejo de participação no conselho das universidades, solidariedade aos estudantes perseguidos, reforma universitária e outros pretextos, quando a greve geral decorre de

²²⁵ *O Estado de São Paulo*, 03 de junho de 1962.

²²⁶ MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. Op. cit., p. 370.

ordem expressa da União Internacional de Estudantes (UIE), em Praga, que determinou aos seus agentes – traidores dos estudantes – que perturbem o ambiente para tornar possível a eclosão revolucionária dos operários (greve) e camponeses (guerrilhas).²²⁷

A Frente da Juventude Democrática, fundada em abril de 1951, era composta por um grupo de estudantes de Direito, de Engenharia, de Medicina, de Educação e Filosofia que tinha por objetivo “neutralizar a atuação desenvolvida pelo Partido Comunista no seio da juventude brasileira”²²⁸. Com cerca de 500 membros, era dirigida por um Comitê Nacional de sete membros, cujo presidente era o estudante João Batista Gabriel, e possuía seções estaduais.

Poucos dias após a decretação da greve geral, outros grupos estudantis se colocaram contrários ao movimento grevista. Foi o caso do Centro Acadêmico “Administração de Empresas” dos alunos da Escola de Administração de São Paulo que, por meio de um comunicado à imprensa, declarou

Que grupos conhecidamente interessados na subversão da ordem social se aproveitam da atual conjuntura política para promover agitações de caráter nacional das quais a greve geral por tempo indeterminado decretada pela UNE, é apenas uma faceta²²⁹.

Apesar dos estudantes da Escola de Administração não aderirem à greve por *um terço*, em seu comunicado, eles afirmaram o apoio às reivindicações dos alunos da Mackenzie e da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pois as consideravam justas. Nessa mesma concepção, os alunos da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas colocaram-se favoráveis ao desligamento da UNE, “por discordar de sua orientação e métodos subversivos a pretexto de defesa da classe e do país”. De acordo com o estudante Afonso Luís de Sá, presidente do Diretório Acadêmico “Tales

²²⁷ *O Estado de São Paulo*, 01/06/1962, p. 10.

²²⁸ *Idem*, 06/06/1962, p. 5.

²²⁹ *Idem*, 07/06/1962, p. 7.

Melo Carvalho”, a pretensão da UNE era “perturbar a ordem interna e manter em estado de fermentação o meio social e econômico”²³⁰.

Transcorrido o primeiro mês da greve por *um terço*, a maioria das universidades não tinham aderido à reivindicação estudantil. Com o intuito de pressionar e promover uma ação de impacto, a UNE ocupou a sede do MEC, no Rio de Janeiro, no dia 25 desse mês. Apesar dos estudantes terem sido expulsos pelo Exército, no dia 27, o governo federal, em nota oficial, se colocou favorável à demanda estudantil pela participação nos órgãos deliberativos. Contudo, declarou que não poderia intervir nas universidades e obrigá-las a aderir à proposta, visto que as instituições possuíam autonomia sobre os seus assuntos internos²³¹. Ou seja, caberia a cada universidade decidir se aprovava ou não a participação estudantil de *um terço*.

Entre os dias 15 e 22 de julho, com a greve, ainda em andamento, foi realizado o XXV Congresso da UNE em Petrópolis, no Rio de Janeiro. A FJD recebeu espaço para publicar uma série de reportagens e comunicados, com o intuito de denunciar o que estava ocorrendo no evento. Alegaram que o teor das reuniões era muito mais ligado à questões políticas do que os interesses dos universitários. No comunicado, a FJD afirmou ter sido alvo de ações violentas da UNE por ter distribuído panfletos durante a plenária do Congresso e por ser colocar em oposição sistemática a “comunização” da entidade. Ainda, segundo a reportagem,

O grupo de choque da UNE, armado de “cassetete” e revólveres, invadiu na madrugada de hoje o apartamento particular ocupado por seis universitários de Pernambuco e, sob o pretexto de serem ligados à frente da Juventude Democrática, o que não é verdade, os expulsou do Hotel Quitandinha.

Diante da arbitrariedade, os estudantes pernambucanos procuraram o presidente da UNE, a fim de lhe pedirem uma explicação. Ouviram em resposta que, embora tivesse verificado que o grupo não tinha

²³⁰ Idem.

²³¹ MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. Op. cit., p. 373.

qualquer ligação com a FJD, não podia se responsabilizar pelo que viesse a acontecer caso os universitários pernambucanos permanecessem no Quintandinha²³².

De acordo com a FJD, esses estudantes faziam parte da Ação Democrática Universitária, entidade autônoma, sem nenhum vínculo com outras entidades estudantis de Pernambuco. Com o objetivo de dar legitimidade à denúncia, o comunicado citou o nome dos universitários envolvidos no episódio. No afã desses acontecimentos a FJD procurou se afirmar como uma organização *democrática* e passou a convocar todos os estudantes *democratas* a lutar contra o predomínio comunista na UNE. Naquele momento, para esses estudantes, o confronto político-ideológico estava centrado ali, na disputa pelo domínio da entidade que os representava a nível nacional. Por isso, faz um pedido

Mais uma vez a FJD, ciente de que as forças democráticas triunfarão, pede encarecidamente aos estudantes democratas que se transportem para o Quitandinha [...], de vez que a libertação da UNE está na dependência de uma cobertura de estudantes livres, capaz de impedir a coação violenta dos lacaios do imperialismo financeiro do Kremlin²³³.

As provocações e os confrontos não pararam por aí. Durante a madrugada, anterior a eleição do presidente da UNE, houve um grande distúrbio que culminou em ferimento a bala de dois estudantes. Segundo o Jornal O Globo

Encaminhava-se no plenário a votação para a escolha de nova direção da entidade, quando o acadêmico Carlos Araújo, da bancada do Rio Grande do Sul, ocupando o microfone, denunciou a presença de terroristas no recinto, acrescentando que quase todos os compartimentos do hotel estavam minados cm bombas de gás. O pânico então dominou o ambiente e, em poucos minutos, se formava grande confusão. Tiros e correrias foram seguidos de gritos e desmaios de moças²³⁴.

²³² Jornal *O Estado de São Paulo*, 19/07/1962, p.7

²³³ Idem.

²³⁴ Jornal O Globo, 23/07/1962, p. 20.

Com a confusão, foi enviado, pelo governo estadual, um destacamento de 40 homens armados para manter a ordem até a conclusão do Congresso. Apesar do clima de grande tensão, a votação foi terminada e o presidente escolhido foi Vinícius Caldeira Brant, membro da Ação Popular. A FJD se pronunciou, acerca do episódio, e encontrou espaço, no Jornal O Globo e no Jornal O Estado de São Paulo, que publicaram manifestos da organização. A FJD exigia a instauração de dois inquéritos, um de caráter militar, outro através da Câmara Federal, com o objetivo de apurar e esclarecer o ataque aos estudantes, cuja a autoria foi atribuída ao MAC²³⁵. Para a FJD, os outros culpados de terem causado esse episódio foram João Goulart e Brizola que, “a despeito das constantes advertências, impediram, [...] qualquer ação preventiva da tropa federal sediada em Petrópolis”²³⁶.

O tumulto que ocorreu no XXV Congresso da UNE demonstrou como o meio estudantil era heterogêneo e marcado por disputas internas pelo controle da entidade. O acirramento desses embates se insere no contexto nacional do período, caracterizado pela radicalização política entre esquerdas e direitas. Contudo, é necessário levar em consideração que o movimento estudantil possuía sua própria dinâmica, não podendo ser compreendido como instrumento de manipulação de organizações e partidos de esquerda ou de direita. Para esses jovens, o que estava em jogo era o *futuro da nação*. Dessa forma, agiram a partir de seus interesses e crenças, lutando para garantir, cada qual, sua hegemonia em seus espaços de atuação. No que diz respeito às organizações juvenis de direita, elas não agiam de forma unificada. Vide no confronto ocorrido no Congresso da UNE e nas acusações feitas pela FJD as ações do MAC.

Creio que o motivo para esse afastamento esteja na reprovação que, a maioria das organizações estudantis de direita, tinham em relação ao uso da violência de alguns

²³⁵ Idem.

²³⁶ Jornal O Estado de São Paulo, 22/07/1962, p. 6.

movimentos, como o MAC ou Comando de Caça aos Comunistas (CCC)²³⁷. Afinal, esses estudantes se definiam como *democratas*. Todavia, seus discursos eram completamente contraditórios, pois rechaçavam os grupos de direita radical, porém legitimavam a violência aberta aos estudantes de esquerda e suas organizações. De acordo com Mateus Lima, o discurso baseado no argumento “em defesa da democracia” uniu diversos setores e grupos de diferentes orientações ideológicas, mas que passaram a se reconhecer no rótulo “democratas” que, “passaram a ser todos os que, por um lado, criticassem movimentos, líderes e partidos vinculados às esquerdas e aos trabalhismo [...]”²³⁸.

Terminado o Congresso as atenções da UNE retornaram para a greve por *um terço*. O prolongamento do impasse sobre a decisão da participação estudantil fez com que as discussões, entre o final de julho e início de agosto, recaíssem ao Conselho Federal da Educação (CFE). Os reitores que participaram da reunião, promovida pela CFE, não cederam à pressão feita UNE e ainda fizeram acusações a entidade, alegando que a greve tinha cunho político, resultado da influência comunista no movimento estudantil; que a ação ultrapassava os limites escolares e que, apenas, as faculdades tinham autonomia para definir os critérios da representação estudantil²³⁹.

O parecer da CFE foi divulgado no dia 1º de agosto e, como a maioria das universidades não tinha atendido à principal reivindicação grevista, o movimento chegou ao fim no dia 8 de agosto, após a realização do Conselho Nacional da UNE, no Rio de Janeiro. No entanto, antes da UNE ter decidido pelo fim da greve, em Santa Catarina, Paraná e Recife, algumas faculdades já haviam decidido pelo fim da greve. Em São Paulo, na Universidade Mackenzie, “alguns centros acadêmicos reuniram os

²³⁷ Esse tema será abordado no capítulo 3.

²³⁸ LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968). Dissertação de Mestrado - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2013, p. 67.

²³⁹ MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. Op. cit., p. 373.

seus cursos em assembleias e se desligaram da UEE/SP e da UNE, de modo geral, aprovando cartas de repúdio às ações da entidade”²⁴⁰, acusando- a de subversão.

No Rio de Janeiro, diversos centros acadêmicos da PUC romperam com a UNE e criaram o Movimento Solidarista Universitário (MSU), que se opunha ao comunismo e ações extremistas. Na Faculdade Nacional de Medicina, de Engenharia e de Odontologia os estudantes decidiram pela não continuação do movimento grevista e se desligaram da UNE. No entanto, conforme André Luiz Mattos, o rompimento mais expressivo ocorreu, em novembro, quando na votação das eleições para a diretoria da UME houve a vitória da chapa oposicionista “Renovação”, mesmo sem contar com os votos das faculdades que tinham se desligado da UME e da UNE.

A reação da direita estudantil começou a aparecer, também, entre os estudantes secundaristas. Em 1962, no Congresso da União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES), realizado em Santos no início de julho, as esquerdas foram derrotadas nas eleições. Esse episódio foi denominado como *a Batalha de Santos* e, em homenagem a vitória dos *democratas*, foi realizada uma Missa de Ação de Graças na Basílica de Santo Antônio do Embaré²⁴¹. Em Santa Catarina, em Pernambuco e em outros municípios, também se verificou a vitória de chapas estudantis contrárias às esquerdas. Segundo Mattos, a ascensão desses estudantes criou um ambiente propício para o surgimento de eventos públicos em combate ao comunismo. Em São Paulo, nas cidades de São José do Rio Preto, em Marília, Bauru e Birigui foram realizadas passeatas contra a UNE, ainda em 1962. O mesmo ocorreu em Santa Catarina, na cidade de Criciúma.

Com o final da greve por *um terço*, intensificou-se as críticas, em relação a UNE, que se concentraram em dois eixos: a *impertinência* da reivindicação do movimento estudantil e a *subversão da greve*. Na Câmara Federal, o deputado

²⁴⁰ Idem, p. 381.

²⁴¹ Idem, p. 383.

Raimundo Padilha encabeçou uma mobilização para instalar uma CPI contra a UNE, aprovada ainda em 1962, apontando para a necessidade de averiguar a “aplicação dos fundos e as atividades subversivas da entidade estudantil”²⁴². A campanha contra a UNE também se acentuou dentro do movimento estudantil. No Rio de Janeiro, estudantes filiados às Congregações Marianas, ao Comitê Brasileiro para a Autodeterminação dos Povos e o Grupo de Ação Democrática uniram esforços “para afastar os agitadores profissionais que ditam os rumos da política estudantil”²⁴³, através da realização de comícios no intuito de *esclarecer* a opinião pública.

Nesse sentido, o Grupo de Ação Patriótica (GAP) também se pronunciou e declarou que, se fosse necessário, agiria em prol do fechamento da UNE, que “paralisa as escolas, suja o nome dos verdadeiros estudantes e atenta contra as instituições democráticas”²⁴⁴. Em entrevista concedida ao Jornal o Globo, Aristóteles Drumond, presidente do GAP e Mario Navarro da Costa, presidente da Congregação Mariana, apelaram para os estudantes “se solidarizarem com o movimento de repulsa [...] aos falsos universitários, agitadores comunistas”. Segundo Mario Navarro, os congregados marianos, “estudantes que nós consideramos a elite moral da juventude brasileira, resolvemos dar nossa reposta aos que tripudiam do Brasil e de sua índole católica”. Além disso, ressaltou que

“muitos estudantes, inconformados com as condições vigentes, embora sejam católicos, na ânsia de reformar, escolheram o caminho errado, para formar ao lado dos inimigos da Igreja, fazendo crer, dessa forma, que pode existir esta coisa absurda e paradoxal: católicos da esquerda, progressistas; católicos da direita, reacionários”²⁴⁵.

²⁴² Jornal *Folha de São Paulo*, 27/07/1962, p. 4.

²⁴³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 09/08/1962, p. 4.

²⁴⁴ Jornal *O Globo*, 08/08/1962, p.3.

²⁴⁵ *Idem*.

Na conclusão da entrevista, Aristóteles Drumond, além de conclamar os universitários a lutar contra a UNE, afirmou que a ambição da maioria dos estudantes era “estudar em paz”. O Grupo de Ação Patriótica (GAP) era composto por jovens estudantes, entre 17 e 26 anos, oriundos, em sua maioria, das classes média e alta. O presidente do Diretório Nacional do GAP era Aristóteles Drumond, que atuou, intensamente, contra as esquerdas estudantis e em prol da desestabilização do governo João Goulart. Segundo Heloisa Starling, o GAP atuava em vários estados do Brasil, buscando mobilizar e integrar grupos estudantis conservadores locais. Ainda, de acordo com Starling, o GAP atuava junto ao MAC, através de uma rede de colaboração.²⁴⁶

Ainda no mês de agosto, universitários de Belo Horizonte, membros da Comissão Antigreve, lançaram um manifesto condenando a paralisação estudantil e as ações da UNE que eles qualificaram como “um golpe armado [...] de inspiração esquerdista”. Afirmavam que a maioria dos estudantes, do meio estudantil, era composta por anticomunistas e que, por isso, não poderiam se omitir ou permanecer no silêncio, “diante daqueles que querem usar do nosso nome para promover a agitação e a desordem”. Para esses universitários era importante *esclarecer* à opinião pública que eram eles que tinham rompido a greve nacional decretada pela UNE e, a partir do enfraquecimento do movimento grevista, a UNE, ciente do fracasso que se seguia, suspendeu a greve. O principal argumento utilizado era o caráter político da paralisação, afinal “No momento atual, ninguém mais pode negar que [...], a UNE tem sido manejado como instrumento de *bolchevização* de nosso país”²⁴⁷.

Denunciavam, ainda, a tentativa da UNE de *coagir* o Congresso Nacional em prol da concessão de poderes ao Executivo para aprovar a participação estudantil de *um terço* nos órgãos de deliberação das universidades. De acordo com esses estudantes,

²⁴⁶ STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1986, p. 209.

²⁴⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 21/08/1962, p. 7.

essa atitude *feria* a autonomia universitária, prevendo que a UNE “moveu guerra de morte à própria sobrevivência da instituição”²⁴⁸.

A FJD continuou, através de comunicados publicados na imprensa, a exigir que fosse instaurado um inquérito para apurar os episódios que ocorreram no Congresso da UNE. Além das acusações costumeiras de *comunização* da UNE, o comunicado, também, se dirigiu ao governo federal na tentativa de cobrar atitudes enérgicas, porém desmoralizando-o. A declaração exigia “que o governo federal, que provoca uma greve por dia, que intimida a Câmara, que persegue democratas em repartições, que nomeia 20.000 funcionários para a previdência, providencie logo o inquérito [...]”²⁴⁹.

Apesar de não ter sido bem-sucedida, a greve estudantil demonstrou a capacidade da UNE e de outras entidades estudantis de mobilizar os universitários. Esse episódio, foi encarado pelas direitas e pelos conservadores como um “ato subversivo”. É interessante notar como a ideia de *subversão* não é associada, apenas, ao predomínio ideológico da esquerda no movimento estudantil, mas, também, ao fato dos jovens procedendo de acordo com os seus interesses, não *cumprir* o que era esperado pela ordem social vigente. Nesse sentido, ao lutar pelas suas demandas, a juventude estaria rompendo com o padrão comportamental da época. Como foi visto, essa não era a primeira vez que isso acontecia. Porém, o processo de radicalização política, marca desse período, contribuiu para dar maior dimensão as ações desses estudantes.

Essa constatação fez com que diversos setores sociais e políticos tenham tido a preocupação de guarnecer e incentivar os grupos juvenis, contrários à UNE, a buscar maior inserção no movimento estudantil. Cientes desse propósito, em setembro de 1962, o Jornal *O Globo* publicou uma série de entrevistas da estudante Sonia Seganfredo

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

que, em agosto de 1958, se matriculou no Curso Pré-Vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Em seus relatos, Sonia Seganfredo, afirma ter sofrido grande pressão, de professores e alunos, para aderir às propostas das esquerdas. Diante disso, resolveu atuar na política estudantil, “mais por emoção e sentimento de justiça do que, propriamente, por conhecimento e vontade”. Definindo-se como “democrática autêntica”, Sonia Seganfredo, “consciente de minha responsabilidade, acreditando ser um dever cívico levar ao público e às autoridades [...], as atividades subversivas de estudantes manobrados pelos comunistas”. Ainda, de acordo com a autora,

“O mais lamentável é a apatia da grande maioria dos estudantes de formação democrática, [...] envenenada pelo excesso de propaganda [...]. Essa maioria compactua, por desconhecimento ou medo de ser tachada de *reacionária*”²⁵⁰.

Seguindo seu *senso de dever*, Sonia Seganfredo, se propôs a alertar à população e os estudantes as práticas *subversivas* empreendidas pela UNE e por seus membros. Por isso, buscou fazer um breve histórico da UNE e destacar os eventos que, em sua opinião, tiveram maior expressividade sobre a opinião pública. Ao longo das entrevistas, Sonia Seganfredo, buscou, de todas as maneiras, desqualificar as ações do movimento estudantil de esquerda, principalmente, quando se tornaram predominantes na UNE, no início da década de 1960. Suas *denúncias* tiveram certo efeito, pois, meses após a publicação das entrevistas, foi procurada por representantes do IPES, interessados em publicar seus relatos em formato de livro. De acordo com Dreifuss, a editora GRD, que publicou o livro da Sonia Seganfredo, também publicou outros livros que foram distribuídos pelo IPES. Com o objetivo de alcançar o máximo de

²⁵⁰ SEGANFREDDO, Sonia. Op. Cit. , p. 10-13.

possível, o livro *UNE- instrumento de subversão* foi vendido a um preço acessível, graças aos subsídios dados pelo IPES²⁵¹.

Apesar dos esforços e da ação conjunta entre estudantes e organizações de direita, afim de desestabilizar a liderança da UNE, em um primeiro momento, não houve resultados extremamente significativos. A maioria das entidades estudantis, de diversas regiões do país, sem mantiveram ligadas à UNE, partilhando de muitos de seus ideais

A vitória do presidencialismo no plebiscito, realizado em janeiro de 1963, provocou grande ânimo nas esquerdas. Afinal, a crença era que as chances de se colocar em prática as Reformas de Base aumentaram, consideravelmente, com João Goulart dotado de poderes presidenciais. Nesse contexto, ainda no mês de janeiro, sob a liderança de Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP) com o propósito de “unir as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base”²⁵². A FMP uniu amplos setores das esquerdas, inclusive os estudantes organizados na UNE e na União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

Dessa forma, apesar do desgaste sofrido no ano anterior com a greve por *um terço*, a UNE continuou a concentrar seus esforços no projeto de Reforma Universitária. Meses depois foi realizado o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Belo Horizonte. Em linhas gerais, foi mantida as estratégias estabelecidas pela *Carta do Paraná*. Contudo, se é possível afirmar que as esquerdas viviam um clima de *euforia* e, por que não, de *otimismo*, as direitas, cada vez mais, reagiam.

Entre os dias 23 e 28 de julho, desse ano, estava programado a realização do XXVI Congresso da UNE, na cidade de Santo André, em São Paulo. A tensão que

²⁵¹ DREIFUSS, René Armand. Op. Cit., p.307.

²⁵² FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 134.

pairava sobre o evento fez com que a Secretaria de Segurança Pública adotasse medidas para um intenso policiamento da cidade no período do Congresso. Até as Forças Armadas deram uma atenção especial ao episódio, a fim de evitar tumultos, como os ocorridos no Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)²⁵³. O clima de disputa era tão intenso que os vereadores da Câmara Municipal se pronunciaram: o vereador José Augusto Paiva, representante do PTB, “declarou-se disposto a convocar sessão permanente [...] ao menor sinal de ‘pressão’ contra os estudantes da UNE”. Em contrapartida, os vereadores não inclinados às esquerdas se dispuseram “a requerer imediata intervenção das forças policíacas, caso os congressistas da UNE [...] se entregarem à doutrinação política-subversiva”²⁵⁴. Nesses termos, houve um verdadeiro “clima de guerra” durante o Congresso da UNE. Polícias e viaturas cercavam o local e era feita minuciosa revista em todos os estudantes que entravam no recinto.

A FJD buscou mobilizar os estudantes em prol da “libertação da entidade” que estava, há anos, nas mãos dos “agitadores da esquerda”. Almejavam, dessa forma, aglutinar um número significativo de estudantes para pleitear a eleição para presidente da UNE. Além disso, pretendia fazer uma pressão para transformar o evento em uma espécie de comissão de inquérito, “para que os traidores da classe prestem contas dos crimes cometidos”²⁵⁵. Apesar de todos os esforços da direita estudantil, que teve como candidato à presidência da UNE o estudante paulista Luís Fernando Pereira, da Faculdade de Medicina, ela não foi sucedida. Foi eleito José Serra, membro da AP e, na época, presidente da UEE/SP. De acordo com Poerner, a partir daí a UNE se engajou com maior intensidade nas questões políticas e sociais da conjuntura nacional

²⁵³ O *Estado de São Paulo*, 23/07/1963, p. 5.

²⁵⁴ O *Estado de São Paulo*, 21/07/1963, p. 21.

²⁵⁵ *Idem*.

Não havia problema importante, nacional ou internacional, que não justificasse um pronunciamento da entidade máxima dos estudantes. Das resistências mais recônditas que se faziam notar contra a anunciada reforma agrária à política racista do *apartheid* sul-africano, nada escapava à atenção da UNE²⁵⁶.

Todavia, esse também foi um contexto marcado pelo aprofundamento da crise política, iniciada em 1961 com a conturbada posse de João Goulart. As direitas passaram a atuar, de forma mais enfática, contra o governo e as esquerdas do período. Diante desse projeto de articulação e mobilização desses setores, os jovens encontraram espaços para participar ativamente. Foi o caso de Aristóteles Drumond e Fernando Calmon, membros do GAP, que tiveram a oportunidade de se expressar através da *Rede da Democracia*, um arranjo midiático formado pelas emissoras de rádio e pelos jornais O Globo, Jornal do Brasil e Diários Associados, que atuaram entre outubro de 1963 e abril de 1964, com o objetivo de desestabilizar o governo Goulart. O GAP, por exemplo, era anunciado pela *Rede* “como representante do pensamento da juventude, ordeira, estudiosa, cristã e democrática”²⁵⁷.

Além disso, uma sucessão de fatos contribuiu para fragilizar o governo João Goulart²⁵⁸. Nessa conjuntura, a UNE, cada vez mais comprometida com as esquerdas e pela defesa pelas Reformas de Base, gradativamente, se distanciou de sua base. De acordo com Martins Filho ao encampar novas bandeiras e novos objetivos, a UNE “abandonou as batalhas pela reforma universitária”, deixando de lado a luta específica dos estudantes, e engajando-se de *corpo e alma* em questões relacionadas à política

²⁵⁶ POERNER, Arthur. Op. Cit., p. 208.

²⁵⁷ SILVA, Eduardo Gomes. A Rede da Democracia e o golpe de 1964. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 87.

²⁵⁸ Sobre a crise política desse período, cf.: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) O Brasil Republicano. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.343- 425; _____; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit.; _____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *João Goulart: entre memória e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. DREIFUSS, René Armand. Op. Cit.

nacional, como as Reformas de Base. Ainda, segundo o autor, essa participação ativa transformou a UNE em “um dos alvos preferidos dos grupos sociais” contrários à ascensão do movimento de bases populares e caráter nacionalista.

De fato, esse foi um aspecto extremamente relevante e que explica, em parte, a perseguição sistemática que a UNE e, especialmente seus líderes, sofreram após março de 1964. No entanto, é preciso levar em consideração o quadro de disputas que ocorria no próprio movimento estudantil, em virtude das crenças, dos valores e das ideologias desses jovens. Dessa forma, não é possível afirmar que grupos juvenis foram *manipulados* pelos adultos para agir contra a UNE. A radicalização política, a influência de grupos e organizações, como por exemplo o IPES e IBAD, contribuíram, ainda mais, para *legitimar* as ações desses jovens. Mas, a crescimento dessa atuação, contrária ao posicionamento da UNE, ocorreu, principalmente, pelo o que eles acreditavam estar *ameaçando* a entidade que os representava. Essa reação veio de diferentes formas: alguns romperam com a UNE, outros utilizaram a imprensa para *denunciar* o que estava acontecendo e, outros, através da violência. Apesar da *diversidade* de ações, todos possuíam um objetivo em comum: extirpar o que eles consideravam estar afetando a entidade. Ou seja, o objetivo, desses jovens, não era a sua extinção, mas a eliminação da influência das esquerdas na UNE.

Capítulo 3

“Onde Cabral plantou a cruz, não haverá lugar para o foice e o martelo”²⁵⁹

*Os estudantes são as reservas e a esperança da Nação. É preciso que ela se preserve, incontaminada, tranquila e consciente, para que possa assumir amanhã as posições de comando, sem desrespeito aos postulados democráticos que asseguram ao povo a participação na formação do poder e na construção de seu próprio destino*²⁶⁰.

*Vindo da Consolação, o prédio da Faculdade de Filosofia ficava do lado direito da rua. Do lado esquerdo, estava uma das alas da Universidade Mackenzie. Situação topográfica oposta, nesta perspectiva, à posição político-cultural das duas instituições*²⁶¹.

3.1) “Vida nova para a UNE”²⁶²: a atuação estudantil após o golpe civil-militar

O ano de 1964 começou marcado por uma profunda disputa política entre as esquerdas e as direitas. Dois episódios foram cruciais para a definição do rumo político desse período e ambos ocorreram no mês de março: no dia 13, o Comício da Central do Brasil²⁶³, no Rio de Janeiro, e no dia 19, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade²⁶⁴, em São Paulo. Para as esquerdas, o Comício representou a *consolidação* das Reformas de Base. Foi ali que o governo João Goulart se comprometeu com o

²⁵⁹Fala do General Carlos Luís Guedes em um encontro com estudantes de 10 anos em Belo Horizonte. In: *Jornal O Globo*, 30/04/1964, p.16.

²⁶⁰Artigo intitulado “O papel dos estudantes”. In: *Jornal O Estado de São Paulo*, 25/03/1964, p. 9.

²⁶¹MORAES, João Quartim de. Na Maria Antônia dos Anos 60: A Reforma da Filosofia e a Revanche dos Golpistas, In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, p.106.

²⁶²Título de reportagem publicada no *Jornal O Globo*, 03/04/1964, p. 3.

²⁶³Sobre esse episódio, cf: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit.

²⁶⁴No Rio de Janeiro, a CAMDE já estava se preparando para realizar uma manifestação antes do dia do Comício da Central do Brasil. Por isso, no dia 10 de março, a entidade realizou seu próprio comício contra a legalização do Partido Comunista e contra o evento do dia 13, sugerindo as mulheres que, no dia 13, se manifestassem, novamente, em reprovação ao Comício da Central do Brasil. O pedido da Camde foi atendido e, no dia 13, a manifestação reuniu cerca de 2 mil pessoas. Cf.: CORDEIRO, Janaina Martins. Op. Cit.

projeto das esquerdas para o Brasil. Por outro lado, para as direitas, essa *afirmação* era encarada como algo intolerável, o que promoveu maior mobilização e radicalização desses grupos

Em março de 1964, [...], entre as direitas, não havia mais dúvidas quanto à necessidade de depor Goulart a qualquer custo. Ele era um risco alto e iminente para o futuro do país. Para tanto, os entendimentos visavam basicamente à operacionalização dessa decisão, o que, evidentemente, não era nada simples. De toda forma, importantes lideranças civis e militares trabalhavam nessa direção e se fortaleciam mutuamente²⁶⁵.

Esse contexto também contou com a intensa atuação das juventudes que, em face da radicalização política, lutaram pela afirmação de suas posições. No dia 16 de março, estava programada uma conferência do presidente da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), João Pinheiro Neto, na Faculdade de Direito na USP. Convidado pelo Centro Acadêmico “XI de Agosto”, a ideia era realizar um encontro para que João Neto pudesse explicar aos estudantes os pormenores da reforma agrária, afinal ele tinha sido responsável pela elaboração do decreto, assinado por João Goulart no Comício da Central do Brasil, que visava à desapropriação de terras nas margens das rodovias e estradas de ferro.

Ao chegar à Faculdade de Direito, foi impedido de entrar por manifestantes que entraram em confronto com os estudantes da instituição. Várias pessoas ficaram feridas e “segundo os acadêmicos do XI de Agosto, foram os seus ‘colegas’ do Mackenzie que atiraram bombas e pedras”²⁶⁶. Por duas vezes, João Neto foi barrado na porta da instituição e Conferência não se realizou, pois, estudantes contrários ao pronunciamento impediram sua entrada no recinto. Do lado de dentro, universitários, favoráveis ao

²⁶⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 256.

²⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 17/03/1964, p. 1.

evento, fizeram barricadas para proteger a Faculdade e tentaram forçar o acesso de João Neto “por questão de honra”²⁶⁷.

Inconformados com a não realização da Conferência, os estudantes do Centro Acadêmico “XI de Agosto” procuraram articular uma greve geral estudantil em São Paulo para que João Neto pudesse se pronunciar. O manifesto dos universitários, lançado na imprensa afirmava que

“Os estudantes de Direito não se calarão ante as violências, tumultos e metralhas”, repudiando “publicamente a atuação da Polícia do Governo do Estado, bem como a de falsos estudantes, profissionais, baderneiros que impediram a entrada do superintendente da SUPRA, [...], ferindo gravemente estudantes e outras pessoas que aqui se encontravam”²⁶⁸.

Ainda na assembleia, foi decidido que a greve seria uma forma de protesto contra “o vandalismo provocado por elementos de fora, com a conivência da polícia, além de uma “passeata de protesto com o enterro simbólico do Governador do Estado e do Secretário da Segurança Pública”²⁶⁹. O objetivo dos estudantes era realizar o “enterro simbólico” no dia que estava programada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, mas tropas da Força Pública sitiaram o Largo de São Francisco para impedir a saída dos universitários do “velório”, das duas autoridades, para o “enterro”.

Mesmo com a restrição, no dia 20 de março, os estudantes conseguiram realizar sua manifestação, apesar do Secretário da Segurança Pública ter proibido o “enterro do governador”, os manifestantes puderam expressar sua indignação, queimando o caixão nas ruas²⁷⁰. A Faculdade de Direito ficou ocupada por policiais até o dia 23, quando o reitor pediu a retirada da força policial do recinto, acreditando que essa ação acalmaria os ânimos dos estudantes e garantiria o retorno das aulas.

²⁶⁷ Jornal *O Globo*, 17/04/1964, p. 6.

²⁶⁸ Jornal *O Globo*, 18/04/1964, p. 6.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem, 21/03/1964, p. 6.

Com o conturbado contexto político nacional da época, a questão dos universitários paulistas ficou relegada a segundo plano. Porém, dias depois, estudantes da Faculdade de Direito da USP lançaram um comunicado com o objetivo de esclarecer à opinião pública que esse não era um posicionamento de todos os alunos. Eles falavam em nome do “Partido de Representação Acadêmica da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo”. Além de *lamentar* o que havia ocorrido, queriam “esclarecer a verdade e prestar juramento de que continuavam vigilante na defesa do Brasil e da democracia”²⁷¹. Em seu manifesto, argumentavam que as conferências eram uma prática comum, no meio universitário, para promover debates de ideias. Contudo, afirmavam que João Neto não tinha sido convidado pelo Partido e que a intenção dos dirigentes do Centro Acadêmico era “dividir os alunos [...] e criar um ambiente de agitação e de tumulto”.

De acordo com esses estudantes, eles estavam sofrendo retaliações porque “os responsáveis pela agitação pretendem expulsar agora, do Centro Acadêmico “XI de Agosto”, os alunos que participaram da passeata cívica pela liberdade no dia 19²⁷²”. Diante dos impasses e divergências, a Congregação da Faculdade decidiu nomear um interventor para o Centro Acadêmico “XI de Agosto” afim de aplacar a animosidade entre os alunos. Esse episódio demonstra claramente como a polarização ideológica, em 1964, também era existente entre as juventudes.

O mês de março, assim, foi decisivo para o governo Goulart. As articulações entre os grupos de direita, antes dispersos e quase sem apoio social, se transformaram em um grande complô civil e militar, com expressivo apoio político e social. O estopim

²⁷¹ Jornal *O Estado de São Paulo*, 29/03/1964, p. 27.

²⁷² *Idem*.

foi a rebelião dos marinheiros²⁷³, no dia 25 de março, que provocou uma grave crise entre parte da alta cúpula das Forças Armadas e o governo. Esse fora o *início da largada* que culminou no golpe civil-militar no dia 31 de março. Diversas organizações de esquerda tentaram reagir ao golpe, convocando uma greve geral, inclusive “a diretoria da UNE e organizações de estudantes da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais”²⁷⁴, mas era tarde demais.

Logo no dia 1º de abril, a UNE teve a sua sede, localizada na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, depredada e incendiada²⁷⁵. De acordo com a reportagem do Jornal *O Globo*, assim que irrompeu o incêndio

O povo aglomerado, sem fazer caso da chuva, cantava o Hino Nacional e dava gritos pela Constituição e pela liberdade. Eram agitados lenços brancos e bandeiras brasileiros. [...] Das janelas dos edifícios vizinhos, os moradores atiravam rosas e papéis picados²⁷⁶.

A Universidade de Brasília (UnB) também sofreu invasões²⁷⁷. A primeira incursão ocorreu no dia 9 de abril, quando uma tropa da Polícia Militar (PM), “composta por 400 homens armados”²⁷⁸, invadiu e ocupou o campus. Diversos professores e estudantes foram presos, embora uma parte tenha sido liberada depois. A UnB foi transformada em um verdadeiro “cenário de guerra”. Havia duas grandes causas, para as forças de repressão, terem utilizado de extrema violência à UnB. O local era considerado um “antro de comunistas”. Essa imagem decorria da “convergência

²⁷³ Cf.: ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010; FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit.

²⁷⁴ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 331.

²⁷⁵ Jornal *O Globo*, 02/04/1964, p.6.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Uma invasão ocorreu em 1965 e outra em 1968. Sobre esse tema, cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; MARTINS FILHO, João Roberto. Op.Cit.; POERNER, Arthur. Op. Cit.

²⁷⁸ *Jornal do Brasil*, 10/04/1964, p. 5.

entre os fatores juventude, simpatia por reformas sociais e entusiasmo pelo projeto acadêmico arrojado da UnB”²⁷⁹. O outro motivo estava no fato de que, por estar localizada na capital federal, a “Universidade de Brasília tinha vocação de atrair estudantes de todo o país; por isso, poderia irradiar ideias e comportamentos subversivos”²⁸⁰. As prisões e os expurgos, de alunos e professores, tinham por objetivo realizar uma verdadeira “Operação Limpeza”²⁸¹ nas universidades e entidades estudantis. A ideia era *eliminar*, por completo, a *influência comunista da juventude brasileira*. O projeto de *sanear* o movimento estudantil, além de ser encampado pelas forças de repressão, recebeu apoio de setores civis, inclusive de jovens não favoráveis ao *rumo à esquerda* que a UNE e outras entidades haviam tomado durante o governo Goulart. Por isso, muitos desses jovens, em defesa dos valores *democráticos* atuaram fortemente no sentido de *salvar* o movimento estudantil e *reconduzi-lo ao caminho da democracia*.

Para João Martins Filho, face ao grau de mobilização e politização do meio estudantil anterior a abril de 1964, dois fatores explicariam o motivo de grandes parcelas juvenis terem aderido ao golpe e se colocado à disposição para *reconstruir* o movimento estudantil. Em primeiro lugar, havia a questão de classe. A base do meio estudantil, principalmente o universitário, era composta por setores das classes médias urbanas que, em virtude de ascensão do projeto de Reformas de Base, dividiram em posições divergentes: uns favoráveis, outros contra. O surgimento dos grupos oposicionistas era devido à reativação da antiga aliança política entre a alta classe média e a burguesia, que se uniram afim de reprimir o movimento de caráter popular e

²⁷⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 32.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Logo após o golpe civil-militar houve a chamada “Operação Limpeza” que, em um primeiro momento, se baseou na perseguição aos líderes das principais organizações e partidos de esquerda com o objetivo de *bani-los* do cenário político. De acordo com Rodrigo Motta, passado esse primeiro momento, a “Operação Limpeza” teria como meta punir os corruptos.

nacionalista que alcançou grande expressividade. Contudo, a *divisão* ou *polarização de posições* era mais perceptível nos setores da “baixa classe média”. Os defensores do nacional-reformismo assim o faziam por influência do “culto ao Estado”; os que se opunham, eram movidos pelo temor da *comunização*. Ainda de acordo com Martins Filho, havia um outro grupo, denominado de “nova classe média” que, por concentrar seus empregos em grandes empresas, apoiaram o movimento que culminou no golpe de 1964 e foram extremamente favoráveis à militarização do Estado. Nesse viés interpretativo, os universitários não foram imunes às orientações de seu meio social de origem.

O segundo fator teria sido o *descompasso* entre a liderança, que aderiu plenamente o posicionamento à esquerda e alçou questões a nível nacional, e as bases estudantis que possuíam outras aspirações. Essa *distinção* entre propostas teria ocasionado o afastamento entre os setores de apoio e a vanguarda do movimento estudantil.

Ao meu ver, acima de tudo, a existência de parcelas juvenis de direita, de diferentes *tons* e *nuances*, no meio universitário é anterior às décadas de 1950 e 1960 no Brasil. O acirramento das posições políticas, durante esse período, extremamente marcadas por um *brado* anticomunista, uniram esses diferentes grupos em prol de um único ideal: pôr fim ao que, acreditavam, ameaçar as tradições políticas e culturais brasileiras.

Em São Paulo, as primeiras reações estudantis favoráveis ao golpe civil-militar foram feitas por alunos da Universidade Mackenzie que fizeram um comício pelas ruas da cidade, comemorando a deposição de João Goulart. O vice-presidente do Partido Acadêmico Realizador, da Faculdade de Direito do Mackenzie, o estudante Luciano Rodrigues declarou que “O Brasil volta a trajar suas vestes de país livre. Conseguimos

condições para que se cumpra o dístico do nosso pavilhão: Ordem e Progresso”²⁸². Nesse mesmo dia, um pelotão de choque do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), fechou a faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia. A intervenção foi justificada por uma assembleia de alunos que estava sendo realizada no Centro Acadêmico. A reunião tinha sido convocada com o intuito de tomar uma posição acerca da situação política nacional, em virtude da deposição de João Goulart, mas, também, deliberar sobre o ataque feito pelos alunos da Faculdade de Direito da Mackenzie que, pela manhã, tinha “invadido a sede do Centro Acadêmico e destruído papéis e livros”²⁸³. Alguns estudantes chegaram a ser presos pelo DOPS. No dia seguinte, o Centro Acadêmico João Mendes Júnior, da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie lançou um manifesto “aplaudindo as Forças Armadas” e se comprometendo a “continuar em vigília cívica, dispostos para ação, até o momento de comemorar a vitória final”²⁸⁴.

Com o objetivo de controlar a entidade estadual, os estudantes paulistas, favoráveis ao movimento golpista, criaram, no dia 2 de abril, a Frente Democrática Universitária (FDU) que agregou mais de 2.500 universitários²⁸⁵ que, em assembleia, resolveu *intervir* na UEE sob a alegação de evitar que “pessoas alheias” se intrometessem no meio estudantil. Dessa forma, no dia 6, reunidos no “território livre” da Universidade Mackenzie, foi escolhido o presidente provisório da UEE. Em assembleia, os alunos argumentaram que os cargos da direção da entidade estavam vagos em virtude da “vinculação dos seus membros com o esquema subversivo e

²⁸² Jornal *Folha de São Paulo*, 02/04/1964, p. 27.

²⁸³ Jornal *O Globo*, 3/4/1964, p. 9.

²⁸⁴ Jornal *O Globo*, 03/04/1964, p. 14.

²⁸⁵ Jornal *O Estado de São Paulo*, 26/04/1964, p.22.

totalitário [...] e a omissão dos mesmos na defesa da Constituição, da legalidade e das tradições de luta pela liberdade e pela democracia”²⁸⁶.

De acordo com os planos do presidente eleito, interinamente, o objetivo era “democratizar a entidade e afastá-la dos esquemas político-ideológicos ou partidários”.

Nas eleições para a compor a diretoria da UEE, se pretendia

“... estabelecer votação direta, na qual cada um dos alunos, e não representantes de grupos, terá direito e obrigação de votar. Esforços estão sendo feitos junto ao Ministério da Educação para que seja baixa da portaria que não permita promoção dos estudantes que não houver votado”²⁸⁷.

Na Faculdade de Direito da USP, os alunos elaboraram um manifesto, e entregaram ao Secretaria da Segurança Pública, denunciando a *vinculação* do presidente do Centro Acadêmico “XI de Agosto”, João Miguel, com o “esquema comunista, totalitário e anticristão”. Além disso, alegavam a *traição a causa democrática* e o *abandono* do cargo. Diante disso, os alunos reunidos decidiram eleger um novo presidente para o CA e “mudar provisoriamente a sede do Centro para a Universidade Mackenzie, onde se encontram reunidos todos os estudantes democratas de São Paulo”²⁸⁸. No dia 3 de abril, realizou-se, na Universidade Mackenzie, a solenidade de posse da nova diretoria da UEE/SP, contando com mais de 30 representantes de CAs.

Frente a conduta dos estudantes *democratas*, que logo trataram de apoiar o novo regime, a Congregação da Faculdade de Direito da Mackenzie resolveu homenagear seus alunos “pela viril e democrática atitude” que assumiram dos últimos acontecimentos. Foi realizada, então uma solenidade no auditório da Faculdade que

²⁸⁶ Jornal *O Globo*, 06/04/1964, p. 7.

²⁸⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, 26/04/1964, p.22

²⁸⁸ Idem, 04/04/1964, p.12.

contou com a presença do reitor, professores e de alunos de toda a Universidade. No discurso do professor, Manuel Augusto Vieira Netto, alertava os estudantes que

Hoje, entretanto, eu vos falo em nome de uma geração, dirigindo-me a outra geração de brasileiros, pois no decorrer do tempo, várias gerações se mesclam, usufruindo uma das outras, os seus ensinamentos e os seus exemplos. Já fomos jovens, como vós hoje o sois. E, em 1932, naquele memorável 9 e julho, quando então éramos estudantes, [...], recebemos então todo o poio, toda a compreensão, todo o incentivo de nossos saudosos mestres²⁸⁹.

Além dos discursos, feitos pelo corpo docente, em exaltação a atuação dos estudantes, um representante dos alunos recebeu a oportunidade de se expressar publicamente. Em sua fala, Artur Motta destacou a *tradição democrática* existente entre os alunos da Mackenzie, colocando-os como baluarte da juventude brasileira, “porque na mocidade mackenzista espelha-se a mocidade paulista, a mocidade brasileira idealista, verdadeiramente democrática, [...], ativa, despreendida e cristã”²⁹⁰. Com o propósito de ratificar o posicionamento *em defesa dos valores democráticos*, o orador destacou que na crise política desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros em 1961, os alunos saíram em defesa do cumprimento da Constituição e da posse do, então, vice-presidente, João Goulart. Contudo, ao considerar que Goulart *traiu a confiança*, “cometendo [...] o crime de lesa-pátria ao compactuar com agentes estrangeiros contra a soberania nacional, passou [...] a incentivar a subversão do regime, a proteger a quebra da escala hierárquica e a tramar, [...], contra a democracia”²⁹¹.

É interesse notar a concepção de democracia desses jovens porque, ao longo de seus pronunciamentos, seus argumentos são fundamentados nessa visão. Para eles, *democracia* são as leis que regem a nação e a ordem social estabelecida. Tudo o que

²⁸⁹ Idem, 07/04/1964, p. 16.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Idem.

representasse uma ameaça a esses padrões deveria ser eliminado, pois não condizia com os seus valores. No caso específico das demandas juvenis, a Reforma Universitária era uma questão comum às juventudes. Ou seja, havia consenso que era necessário promover uma reformulação das universidades brasileiras. O problema, que gerou divergências entre os diversos grupos estudantis, era de como esse projeto seria gestado. Para os grupos estudantis de direita, a Reforma deveria ir até ao ponto que não atingisse as tradições e valores sociais e políticos brasileiros.

Quando parcelas juvenis, principalmente ligadas à vanguarda do movimento estudantil do início da década de 1960, começaram a *ultrapassar esse limite* ao adotar propostas de cunho mais à esquerda, a dissensão, no meio estudantil, começou a ganhar contornos mais nítidos. Esse é o principal motivo que explica o comportamento de parte dos estudantes que, em um primeiro momento, se entusiasmaram com o projeto da Reforma Universitária, encabeçado pela UNE, mas, que tempos depois, passou a acusar a entidade de *subversiva*.

Ainda nos primeiros dias de abril de 1964, foi decretado o primeiro Ato Institucional que conferiu amplos poderes ao presidente Castelo Branco, como decretar Estado de Sítio, suspensão das garantias constitucionais de estabilidade ou vitaliciedade de funcionários públicos, cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos por 10 anos daqueles considerados uma *ameaça* ao regime. Apesar de determinar que a eleição do presidente e do vice-presidente ocorreria, naquele momento, através de um Colégio Eleitoral, o AI-1 reiterava que as eleições, programadas para 1965, ocorreriam normalmente. Para muitos grupos políticos e setores sociais que apoiaram o golpe de 1964, o AI-1 respondia aos seus anseios, pois o novo regime transmitia uma imagem de *segurança*, garantindo que a ameaça comunista seria extirpada da nação e, por outro

lado, assegurava que a eleição presidencial de 1965 ocorreria em conformidade com a Constituição de 1946.

Além disso, o AI-1 buscou reiterar que o que havia ocorrido no Brasil, no 31 de março, de fato, era uma “autêntica revolução” por se tratar de um movimento que refletia o “interesse e a vontade da Nação”. Por isso, a “revolução vitoriosa” se legitimava por si só como poder constituinte. Argumentava ainda que seria através desse Ato que seria possível assegurar ao povo “os meios indispensáveis à obra de reestruturação econômica, financeira, política e moral do Brasil”²⁹². Dessa forma, os militares procuraram legitimar as suas ações por meio de um *pacto político* com a sociedade que, ansiosa por respostas, *confiou* as Forças Armadas a tarefa de *colocar em ordem* o Brasil.

No dia 10 de abril, foi publicado o manifesto da União Estadual de Estudantes de São Paulo conclamando os universitários do Rio Grande do Sul, dias após o golpe civil militar

Irmãos Universitários Gaúchos. / Nós de São Paulo, tendo em vista que os diretores da nossa UEE conspiravam contra a Pátria, decidimos não mais aceitar a autoridade da diretoria que traiu o País, omitindo-se diante da nossa revolução e finalmente fugiu, deixando-nos sozinhos. / Os universitários paulistas elegeram um novo presidente interinamente que providenciará, o mais breve possível, novas eleições. Faremos uma eleição onde realmente serão apresentados os anseios autênticos de nossa classe, fazendo com que a UEE seja autenticamente democrática, e o que é mais importante uma UEE paulista e brasileira. / Conclamamos os nossos irmãos do Sul, para dentro do mesmo espírito democrático e cristão, levem à testa do movimento universitário gaúcho uma representação autêntica que perpetuará no Movimento Estudantil a revolução que garantirá a Democracia, a Liberdade e a Pátria.²⁹³

²⁹²Ato Institucional N° 1 de 09 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso: 13/05/2015.

²⁹³ Jornal *A Razão*, 10 de abril de 1964, p. 6 apud LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Op. Cit., p.76.

No dia 14 de abril, os estudantes da Faculdade de Direito da USP e da Faculdade de Direito da Mackenzie emitiram um comunicado, após terem concluído que seus CAs estavam em consenso em relação a conjuntura política nacional, congratulando Castelo Branco pelo cargo de presidente e afirmando seus “votos de confiança e de lealdade ao novo governo”. Ao se colocarem em um papel de *vanguarda* do movimento estudantil, declaravam que estavam enviando “a todas as Faculdades de Direito do país a definição política das duas entidades” e conclamavam a todos os Centros Acadêmicos que

[...] cerrem fileiras em torno do espírito de brasilidade que norteou a Revolução Democrática de 31 de março, mantendo – se alertas e enviando a seus governos estaduais e representantes na Câmara e Senado, notas de apoio ao regime e pedindo que cumpram-se as verdadeiras Reformas Democráticas”²⁹⁴.

O objetivo desses estudantes era legitimar sua posição de liderança no movimento de *renovação* que era proposto para o meio estudantil após o golpe civil-militar. Para eles, assumir a direção, norteando as ações das entidades, seria uma forma de *resgatar a trajetória democrática* do movimento estudantil brasileiro.

Contudo, o projeto do novo regime era outro. Certos que a UNE e outras entidade regionais não poderiam ser *recuperadas da infiltração comunista*, foi promulgada em 9 de novembro de 1964 a chamada Lei Suplicy, em referência ao ministro da Educação, Flavio Suplicy Lacerda, do governo Castello Branco. Com essa Lei, a UNE e as UEEs foram extintas, pois foi determinado que a representação estudantil, no ensino superior, ocorreria, em nível nacional, através do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE). Cada estado teria o seu Diretório Estadual de Estudantes (DEE). As CAs foram substituídas pelos Diretórios Acadêmicos (Das) e, cada universidade, poderia ter o seu Diretório Central de Estudantes (DCE). Era vetado

²⁹⁴ Jornal *O Estado de São Paulo*, 14/04/1964, p.14.

a participação em qualquer tipo de atividade de natureza política ou partidária e a realizações de greves e manifestações. Os estudantes deveriam se envolver em debates e ações de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo; realizar serviços de assistência aos estudantes e entidades carentes de recursos. O propósito da Lei Suplicy era anular a *autonomia* da representação estudantil, mas garantindo espaços de atuação para os jovens. O período anterior ao golpe civil-militar demonstrou para a geração de adultos que não era possível ignorar ou reprimir, por completo, a participação da juventude. Dessa forma, o que o regime militar se propôs a fazer foi redirecionar o *ímpeto juvenil* para atividades que não ameaçassem a ordem instituída, afastando-os, o máximo possível, do ambiente político

A eleição para representantes dos DAs se tornou obrigatória. Caso algum aluno deixasse de votar, ele não poderia prestar os exames finais. Segundo Rodrigo Motta, era a forma que o regime tinha encontrado de pressionar a “maioria silenciosa” a derrotar os candidatos das esquerdas. Acrescento dois outros fatores: a necessidade de mostrar que o novo regime era uma *democracia* e controlar os grupos estudantis de esquerda nas universidades. Afinal, caso fosse eleito um de seus representantes para algum DA, naturalmente naquele local, haveria uma quantidade expressiva de *simpatizantes* de suas ideias. Ou seja, seria mais fácil identificar *focos subversivos*.

O governo, de imediato, não tomou medidas para proibir o funcionamento da UNE, também como entidade civil, porque acreditava que o que impulsionava a UNE eram fatores externos e não as aspirações dos “verdadeiros estudantes”. Logo, acreditava que criar novas entidades, em prol da representação estudantil, seria o suficiente para exaurir o simbolismo da UNE entre os estudantes.

No entanto, para os estudantes, a Lei Suplicy não estava de acordo com as suas demandas. Desde o início, a proposta não era a extinção da UNE e, sim, a *eliminação*

das lideranças que representavam a influência das esquerdas na entidade. Por isso, a imposição da Lei Suplicy era contrária às aspirações estudantis que desejavam manter seus espaços de atuação. A atitude do governo, em relação aos estudantes, foi uma clara demonstração que estava em curso o projeto de centralização do Estado conduzido pelos militares.

Diante da perda da autonomia das entidades, os estudantes se posicionaram contrários à Lei Suplicy. Dias antes de sua promulgação, a UEE-SP emitiu um comunicado, protestando contra a aprovação, pelo Congresso, da Lei Suplicy em virtude da extinção da UNE e da proibição de greves estudantis, criticando-o “por ter legislado em assunto específico dos estudantes, sem que ouvissem os representantes destes e sequer ex-dirigentes estudantis”²⁹⁵. Naquele momento, para a UEE, era necessário que os estudantes de São Paulo se unissem e se reunissem em assembleias permanentes em suas universidades afim de protestar em defesa dos seus “legítimos direitos de livre manifestação e organização autônoma”²⁹⁶.

No Rio de Janeiro, em novembro, foi empossada a nova diretoria da UME que, logo em seu primeiro pronunciamento, denunciavam o projeto de lei por estabelecer uma “realidade estranha às nossas tradições democráticas”²⁹⁷. O presidente eleito, Jorge Sales, estudante de Medicina, defendia, em seu programa, a autonomia das DAs e o direito à livre reunião, além do compromisso com a Reforma Universitária. As críticas do presidente também abrangeram a política nacional ao alegar que era necessário instituir “um regime verdadeiramente democrático”, por meio do fortalecimento do Congresso e da instituição do voto aos analfabetos. Com relação a extinção da UNE, o presidente afirmou que a entidade “foi, e continua a ser, a mais perfeita síntese da

²⁹⁵ Jornal *O Estado de São Paulo*, 29/10/1964, p.17.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Jornal *O Globo*, 07/11/1964, p. 6.

juventude brasileira: generosa e combativa. Já que não é um prédio somente, sua destruição material constitui gesto de lamentável inutilidade”²⁹⁸.

O discurso de Jorge Sales é a síntese do que pensava grandes parcelas juvenis em relação a Lei Suplicy. A maioria dos estudantes não aceitava a intervenção do Estado nas entidades representativas, anulando sua autonomia e procurando redirecionar o movimento estudantil para atividades “recreativas”, afastando-o da política. Acerca desse tema, Jorge Sales exortou a importância do “jovem para o engrandecimento do Brasil”, fazendo alusão à atuação da juventude nas décadas de 1920 e 1930 que,

[...] tendo à frente comandantes de nossa idade, como [...], Siqueira Campos, Juarez Távora, Luís Carlos Prestes e Eduardo Gomes, saiu de armas na mão a enfrentar o destino, combatendo pela liberdade e fazendo a pátria orgulhar-se de seus jovens²⁹⁹.

O governo não deu ouvidos às reivindicações, por certo, crendo que, cedo ou tarde, os estudantes aceitariam a nova estrutura de representação estudantil e passariam a atuar de acordo com os parâmetros estabelecidos pelos *adultos*, afinal, “lugar de estudante é na escola”. Não era previsto o efeito contrário: ao não terem suas demandas atendidas, a Lei Suplicy ao invés de *afastar* os jovens da arena política, incitou à mobilização estudantil contra a imposição governamental. O ano de 1965 começou e já nos primeiros meses diversas parcelas estudantis buscaram estratégias de *enfrentamento*. A UEE –SP, inconformada com os ditames do governo, resolveu convocar um plebiscito para mostrar que os estudantes estavam insatisfeitos e não aceitavam as limitações impostas pela lei.

Os alunos da Faculdade de Direito da Mackenzie, logo, trataram de se manifestar contrários ao plebiscito e impediram a sua realização em sua instituição,

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem.

“invadindo o recinto onde se pretendia colher a votação dos universitários, os jovens atiraram a urna por uma das janelas, queimando-a a seguir”³⁰⁰. Nesse mesmo dia, foi distribuído um comunicado feito pelo Partido do Acadêmico Democrático da Faculdade de Direito do Mackenzie, escrito pelo seu presidente, Boris Casoy, que conclamava os universitários a rejeitar o plebiscito sob a alegação de não compactuar com “os comunistas e contrarrevolucionários”. Embora se colocassem, em parte, contrários à Lei Suplicy, os estudantes de Direito da Mackenzie alegavam que ela apresentava certos “benefícios”, como por exemplo, acabava com os “estudantes profissionais e com a baderna”, pois de acordo com a lei era proibido a reeleição para o mesmo cargo.

Outro grupo a se pronunciar foi o Partido Acadêmico Realizador, da mesma Faculdade, que através de seu comunicado, assinado pelo seu presidente, o estudante Luciano Rodrigo Alves Pedroso, afirmava que a UEE convocou os universitários para participar do plebiscito, porém sem esclarecer o conteúdo da lei. Além disso, se referiu ao episódio de “incineração da urna” alegando que o uso da força era a “única linguagem que os *agitadores* entendem”³⁰¹. Apesar da solicitação foram poucos os DAs que não participaram do plebiscito, apenas os alunos das Faculdades de Direito da USP e da PUC, bem como das Faculdades de Economia de Piracicaba, Bauru, Ribeirão Preto e a de Odontologia de Lins³⁰².

Embora alguns grupos estudantis e faculdades tenham recusado a participar do plebiscito, a grande maioria dos estudantes se colocou contrária à Lei Suplicy, principalmente por extinguir a UNE e as entidades estaduais, inclusive a Frente Democrática da Juventude³⁰³ que, no dia 02 de abril, apresentou algumas críticas, como a despolitização do meio estudantil e o voto obrigatório, que foram incorporadas a lei. É

³⁰⁰ Jornal *O Estado de São Paulo*, 31/03/1964, p. 17.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem, 03/04/1965, p. 10.

³⁰³ Idem, 12/08/1964, p.10.

importante destacar que para esses estudantes a extinção da UNE e das UEEs representava uma *ruptura* na tradição e na representatividade do movimento estudantil. Para esses jovens, a imagem de uma juventude combativa e atuante estava vinculada a existência dessas entidades. O *desaparecimento* dessas organizações tinha o mesmo significado que *apagar* o passado de *luta* pelas demandas estudantis. Além disso, extingui-las era uma imposição do *mundo dos adultos*, o que para esses jovens, era algo inaceitável.

Apesar das inúmeras reclamações e esforços para impedir a revogação da Lei Suplicy, o governo não cedeu. Dessa forma, parte dos estudantes, embora não se identificasse com as novas entidades, resolveu participar dos processos eleitorais para ocupar os cargos das DAs de suas universidades. Outros não abriram mão *de seu legado* e continuaram a atuar através da UNE que, mesmo extinta, realizou em julho de 1966 o seu XXVIII Congresso, em Belo Horizonte, e em agosto de 1967, o seu XXIX Congresso em São Paulo. A repressão, ao movimento estudantil pelo regime militar, teve o efeito contrário, pelo menos nos primeiros anos. Ao invés de desmobilizar e despolitizar os estudantes, no período de 1964-1968 a ação estudantil se intensificou, sobremaneira, que em 1968 irrompeu no Brasil um período de grande *efervescência* política.

No entanto, como explicar o comportamento das parcelas juvenis que apoiaram o golpe de 1964 e legitimaram o novo regime e, que, principalmente, a partir de 1968 passaram a fazer oposição à ditadura? Ainda é preciso levar em consideração que, outros grupos juvenis, desde o início foram favoráveis ao regime militar e, mesmo possuindo certas críticas a determinadas ações no meio estudantil, mantiveram seu apoio. Sobre a *oposição juvenil* que cresceu e se intensificou nos primeiros quatro anos do regime, de acordo com as manifestações dos jovens nos jornais, ela pode ser

explicada, em parte pela interferência do governo no movimento estudantil e pelo *gradativo* autoritarismo, estabelecido pelo regime, através dos Atos Institucionais. O governo que tinha sido instituído sob a justificativa *da defesa dos valores democráticos* demonstrou que atuaria a partir da violência e da repressão, assim também como anulando certas vias de representação democrática e reformulando outras. Dessa forma o governo se preparava para agir, *o tempo que fosse necessário*, para eliminar a “ameaça comunista” do Brasil.

Contudo, havia uma outra questão, específica dos estudantes, que gerou um profundo descontentamento em relação ao regime militar: a Reforma Universitária. Mesmo após o golpe-civil militar, esta continuou sendo a principal demanda estudantil e o governo não pode ignorá-la. Apesar do projeto das direitas ter alguns pontos semelhantes ao programa das esquerdas, como por exemplo a extinção das cátedras e o fomento às pesquisas, não havia consenso sobre qual rumo deveria seguir a política universitária. A transformação da estrutura universitária tradicional encontrou resistência, pois muitos professores catedráticos apoiaram o golpe. Essa falta de consenso somada a debilidade do Ministério da Educação (MEC), que “estava ultrapassado pelas demandas do novo tempo”³⁰⁴, foram fatores que dificultaram ações efetivas para essa área no governo do Governo Castello Branco.

A atuação de Flavio Suplicy foi considerada, por muitos, extremamente ineficiente. Empenhado em agir a partir da repressão, criou entidades rechaçadas pelos estudantes e conseguiu se tornar, entre a maioria, uma figura negativa. Até os diplomatas americanos, que concordavam com a iniciativa do governo em formar lideranças estudantis “democráticas”, ficaram chocados com a maneira que Suplicy tratava a questão estudantil no Brasil.

³⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 73.

Poucas semanas antes de deixar o cargo, em uma reunião pública com estudantes favoráveis ao novo regime, ele teria instigado aos estudantes “a invadir as sedes da União Estadual dos Estudantes (UEE) e os centros acadêmicos controlados pela esquerda”³⁰⁵.

Desse modo, nos primeiros anos da ditadura, a Reforma Universitária era uma questão que causava preocupação tanto para o governo quanto para os estudantes. Entre 1964-1967, no que concerne às universidades, havia uma falta de clareza sobre que rumos que o governo iria adotar. Porém, algumas ações foram tomadas que apontavam “para a modernização (autoritária) das universidades”³⁰⁶. Desses esforços, houve destaque para os acordos assinados entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development (USAID)*³⁰⁷, em meados de 1965, que ficaram conhecidos pela sigla MEC-USAID. Com o objetivo de modernizar o ensino brasileiro, os acordos eram baseados em convênios de assistência técnica e cooperação financeira que previam a “publicação de livros, reestruturação de programas de ensino, planejamento da reforma da educação superior e também auxílio para mudanças nos níveis elementares de educação”³⁰⁸.

A notícia desses acordos gerou grande insatisfação no meio estudantil, pois o projeto era encarado como uma “desnacionalização da educação” brasileira e, a partir de 1967 essa se tornou a principal bandeira dos protestos entre os estudantes.

3.2) 1968: uma maré revolucionária

³⁰⁵ Idem, p. 75.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Sobre esse tema, cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit.; MARTINS FILHO, João Roberto. Op.Cit.; POERNER, Arthur. Op. Cit.

³⁰⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p.77.

Em relação às juventudes, 1968 representou um momento chave, pois uniu as insatisfações dos diversos grupos juvenis em torno de dois eixos: o autoritarismo e a Reforma Universitária. Nesse período, ocorreram diversas manifestações juvenis no Brasil e no mundo³⁰⁹ que contribuíram para criar a imagem *da juventude revolucionária*. De fato, a atuação das juventudes, nesse período, marcou a História em virtude do alto grau de mobilização, da contestação ao autoritarismo e dos padrões comportamentais da época. As juventudes de 1968 foram encarnadas em uma mitologia repleta de atos rebeldes, contestatórios, que rompeu as tradições e instituiu uma nova era.

No Brasil, março de 1968 foi marcado por um episódio que gerou grande repercussão e que contribuiu para ditar os rumos dos protestos e manifestações juvenis contrárias à ditadura. No dia 28, estudantes resolveram fazer uma passeata em virtude do preço do aumento da refeição e das condições do restaurante Calabouço. Localizado no centro do Rio de Janeiro, o local era muito frequentado por estudantes secundaristas que, insatisfeitos com a situação atual do Calabouço, vinham se organizando para obter suas demandas. O governo estava ciente da intenção dos estudantes, tanto que, em torno das 18h, antes da saída da passeata, o local foi cercado pela Polícia Civil, Polícia Militar e agentes do DOPS.

O objetivo dos policiais era impedir que a passeata ocorresse, alegando que os estudantes não tinham a licença do governo para realizá-la. Essa ação das polícias, em conformidade com o governo, é uma clara demonstração como a questão da juventude era encarada pelos *adultos* e pelo regime militar. É necessário refletir sobre esse episódio não apenas pela ótica da ditadura, mas, também, por representar um conflito

³⁰⁹ Sobre as manifestações juvenis de 1968, cf.: GROppo, Luís Antonio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 2005; REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. *1968: a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

entre gerações. Para grande parte da geração adulta, o lugar do jovem estudante era na escola, na universidade e não atuando politicamente, reivindicando suas demandas. Essa é uma importante constatação para se analisar a violência que marcou 1968. Relegar ao regime militar toda a culpa por atos brutais e pela repressão não dá conta para compreender a complexidade das relações entre os jovens e a ditadura, nesse período.

Obviamente, os estudantes, engajados e determinados em suas exigências, não aceitaram a proibição e teve início um confronto que resultou na morte do secundarista Edson Luís, morto pela polícia. A reação imediata dos estudantes foi levar o seu corpo até a Assembleia Legislativa que foi cercada por policiais que fizeram inúmeras prisões. Porém, pouco tempo depois, receberam ordens do governador, Negrão de Lima, para libertar os estudantes e retornar para o quartel³¹⁰. A morte de Edson Luís provocou uma grande repercussão e comoção nacional, afinal, foi brutalmente assassinado por estar reivindicando melhorias no restaurante Calabouço, local familiarizado pelos estudantes.

O enterro de Edson Luís foi programado para o dia seguinte e contou com a participação de cerca de 50 mil pessoas que, perplexas com o grau de violência policial, resolveram prestar homenagem ao estudante e se manifestar contra as práticas do regime. Contudo, o impacto do episódio reverberou em outros estados do país, principalmente no meio estudantil que realizou protestos devido à morte de Edson Luís. Em Belo Horizonte, os estudantes realizaram uma passeata no mesmo momento que, no Rio de Janeiro, estava ocorrendo o enterro de Edson Luís. Em Brasília, estudantes, revoltados com a truculência policial, “apoiados por populares, incendiaram viaturas e queimaram os palanques em que seria comemorado o aniversário do golpe”³¹¹. Ocorreram, também, manifestações em Curitiba, Maceió, Ceará, Espírito Santo, e São Paulo.

³¹⁰ VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência* – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008, p. 44.

³¹¹ GROppo, Luís Antonio. Op. Cit., p. 89.

De acordo com Groppo, a mobilização juvenil em 1968 não se restringiu, apenas, ao eixo Rio – São Paulo, mas teve uma dimensão nacional, apesar dos dois estados terem sido *focos* da agitação estudantil.

Em São Paulo, no dia 1º de abril, os estudantes de diversas universidades realizaram uma passeata de protesto em repúdio a violência policial que marcou o episódio do dia 28 de março e que contou com o apoio de artistas³¹². O posicionamento do governador do estado, Abreu Sodré, foi de *permitir* à juventude externar o “pesar pelo falecimento de um jovem brasileiro”, afirmando que *passeatas pacíficas* seriam admitidas e conclamando os “estudantes de São Paulo [...] a colaborar para o aperfeiçoamento do regime democrático”³¹³. Ora, os estudantes realizariam a passeata com ou sem a aprovação do governador. A fala de Abreu Sodré, expressando que era *legítimo*, naquela circunstância, a manifestação dos jovens foi, de fato, uma maneira de evitar um novo confronto entre estudantes e forças policiais que gerasse maior repercussão nacional, além querer *passar uma imagem* de que se vivia uma *democracia*.

No Rio de Janeiro, o governo do estado proibiu a realização da passeata sob a alegação que no dia 1º de abril haveria comemorações pelos 4 anos do governo militar. Mesmo com a proibição, foi realizada uma passeata que, a princípio, tinha o propósito de ser pacífica sob a seguinte justificativa: “Não que se fosse contra a violência. Só que só se é a favor da violência organizada. Da violência com objetivo que, além de resistir e defender os próprios interesses do povo, afirme uma posição política”³¹⁴. Nesse período, para alguns grupos juvenis, a violência passou a ter uma noção positiva, por ser

³¹² Jornal *O Globo*, 03/04/1968, p. 15

³¹³ Jornal *O Estado de São Paulo*, 03/04/1968, p. 32.

³¹⁴ Jornal *O Metropolitano*, órgão oficial da UME, nº 7, 1968, p.7 apud VALLE, Maria Ribeiro do. Op.Cit., p.54.

considerada “como instrumento legítimo de ação política”³¹⁵, daí surgindo o conceito de “violência revolucionária”³¹⁶ ligado a atuação dos jovens de esquerda nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, como já foi exposto, o movimento estudantil não era composto, apenas, por jovens militantes de esquerda. Era um meio composto por uma pluralidade de concepções e visões de mundo. Embora, nesse momento, possa se falar em um *consenso estudantil* acerca do episódio que envolveu a morte de Edson Luís, havia divergências com relação ao uso da violência como instrumento de ação política.

Apesar do objetivo de se manifestar pacificamente, os estudantes encontraram forte repressão policial no Rio de Janeiro e o quebra-quebra ocorreu incitado pelos “agitadores”, acompanhado por “estudantes com menor visão política”³¹⁷. Para a liderança da UME, esse tipo de comportamento não é considerado de um “autêntico estudante” que realiza atos para “denunciar a ditadura e o imperialismo” e não baderna. Segundo esses estudantes, a violência deve ser encarada como um ato de *resistência*, afirmando que

Ninguém pode condenar a violência da massa quando esta reage a uma agressão violenta por parte do aparelho repressivo. Há a violência dos provocadores, aquela que visa atingir indivíduos, lojas, propriedades particulares. Ela está sendo desmascarada e coibida pelos próprios estudantes. Mas, há a violência dos estudantes que viram caminhonete do DOPS, quando saltam os policiais para bater e prender; a violência que joga pedras na polícia quando ela investe com bombas e cassetetes [...]. Mas é preciso lembrar que, enquanto os estudantes viram carros, a repressão mata estudantes³¹⁸.

Os estudantes tiveram uma grande preocupação de distinguir os atos de pura violência, sem um propósito específico, da violência com teor revolucionário que outros

³¹⁵ ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos; et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 248.

³¹⁶ Sobre esse tema, cf.: ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit; VALLE, Maria Ribeiro do. Op. Cit.

³¹⁷ Jornal *O Metropolitano*, idem.

³¹⁸ Idem.

grupos passaram a adotar, principalmente em 1968, com o objetivo de lutar contra a ditadura. Havia, ainda, outros grupos contrários à ditadura que não aprovavam *nenhum tipo* de violência.

Diante dos acontecimentos do dia 1º de abril, os alunos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) divulgaram um manifesto condenando a violência policial que culminou na morte de Edson Luís e exigindo a punição dos responsáveis pelo caso. No entanto, rejeitavam a ação violenta de grupos juvenis que descaracterizavam o ambiente do “verdadeiro movimento estudantil, deturpando as nossas justas reivindicações”³¹⁹. Nesse mesmo sentido, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, lançou um comunicado que exigia a apuração do crime e punição dos culpados, mas não permitiria “que profanando a memória do morto se promovam em seu nome, a desordem, a violência e o caos, que nada constroem nem punem os culpados”³²⁰.

Com o passar dos dias, a mobilização estudantil se esvaiu para questões mais locais e específicas das universidades. Porém, algumas manifestações ocorreram. Em São Paulo, no dia 1º de maio, na comemoração ao Dia do Trabalhador, houve um protesto que teve expressiva participação de estudantes e contou com o apoio dos trabalhadores. O resultado foi o palanque destruído, intenso confronto com a polícia e o governador Abreu Sodré ferido³²¹. Em comunicado, os estudantes do Centro Acadêmico “XI de Agosto” e da Filosofia da USP condenaram as atitudes do governador Abreu Sodré, afirmando que “o operário queria ouvir o operário no dia 1º de maio, e não o demagogo, e por isso atirou ovos”³²². Ainda, declararam que apesar dos estudantes não serem a vanguarda do movimento operário, eles endossavam a sua forma de luta.

³¹⁹ Jornal *O Globo*, 02/04/1968, p.15.

³²⁰ Idem.

³²¹ GROPPPO, Luís Antonio. Op. Cit., p. 92.

³²² Jornal *O Globo*, 06/05/1968, p.13.

Em Minas Gerais, também houve confrontos entre estudantes e policiais devido a uma manifestação, também programada, para o Dia do Trabalhador. A prisão de vários estudantes gerou um clima de grande insatisfação no movimento estudantil mineiro. No dia seguinte, alunos ocuparam o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas e *prenderam* professores e funcionários da instituição sob a alegação que só abandonariam “a escola com a libertação de nossos colegas”³²³. A situação foi resolvida, horas mais tarde, quando a Congregação da Faculdade se reuniu e declarou *legítimas* as reivindicações estudantis³²⁴. Já os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, depois de um confronto com a polícia, resolveram ocupar o prédio da escola. Pouco tempo depois, houve a invasão do prédio por tropas policiais que colocaram um fim na ocupação estudantil e que resultou na prisão de 117 estudantes. Face a intensa mobilização dos estudantes, em Minas Gerais, instaurou-se um ambiente de terror. No dia 10 de maio, todos os líderes estudantis do estado foram presos³²⁵.

Contudo, dentro do próprio movimento estudantil mineiro houve críticas e divergências quanto as ações dos estudantes. A posição do coordenador estadual do grupo estudantil “Decisão”, Ezequiel de Melo Filho, era alertar que os eventos ocorridos eram resultado de “uma minoria radical que pretende fazer do estudante um inconsciente e um incosequente”. Segundo Ezequiel de Melo, era direito do estudante “protestar contra o corte de verbas, contra arbitrariedades, contra a extinção dos nossos órgãos de representação estadual e nacional, e lutar em prol da inadiável reforma universitária”³²⁶. No entanto, condenava, veementemente, os atos realizados pelos estudantes mineiros sob a justificativa que “desordens, arruaças, depredações,

³²³Idem, 03/05/1968, p.11

³²⁴ Jornal *O Estado de São Paulo*, 04/05/1968, p.5

³²⁵ GROppo, Luís Antonio. Op. Cit., p. 93.

³²⁶ Jornal *O Globo*, 10/05/1968, p.19.

assembleias vazias de sentido e de participantes, disso tudo somos nós a única vítima”³²⁷.

O presidente do DCE da Universidade Mackenzie, Eduardo Lafraia, também se pronunciou sobre os episódios ocorridos nos primeiros dias de maio, *lamentando* “a agitação, porque ela, além de desvirtuar o movimento estudantil, serve para dividir e nunca para somar os estudantes”³²⁸. Além disso, afirmou que a orientação dada ao meio estudantil, naquele contexto, era, em parte, culpa da omissão “dos elementos da direita que não se movimentam para defender o que os estudantes realmente querem”. Dessa maneira, para Eduardo Lafraia, a *ausência* da atuação dos estudantes de direita estaria dando margem ao crescimento das ações da esquerda no movimento estudantil, afinal, as reivindicações dos estudantes eram algo natural. Dessa maneira, os estudantes *se agarravam* as oportunidades que aparecessem.

Os episódios que envolveram os estudantes, ocorridos no mês de junho, refletem o quadro de intensa radicalização e mobilização estudantil que começou a ganhar forma no início de 1968. Os meses entre março e junho foram marcados por grande tensão entre o governo e os estudantes. A política educacional do governo ainda continuava a ser a principal demanda do movimento estudantil. No dia 5 de junho, cerca de 16 mil estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entraram em greve por causa de cortes de verbas e atraso no pagamento dos professores. Segundo Daniel Aarão Reis, o movimento estudantil, desse período

[...] não se limitava a denúncias gerais, apresentava reivindicações precisas, propunha diálogos setoriais com as autoridades universitárias e negociações globais com o Ministério da Educação. Os dirigentes estudantis não eram mais apenas porta-vozes de um descontentamento difuso, mas lideranças de aspirações enraizadas no cotidiano de estudantes e professores. Daí sua legitimidade e o melhor nível de

³²⁷ Idem.

³²⁸ Idem.

organização demonstrado: por universidade, por faculdade, em cada turma³²⁹.

No dia 11 de junho, foi marcada uma concentração de estudantes no pátio do MEC com o objetivo de *obrigar* o Ministro da Educação, Tarso Dutra, a recebê-los. Porém, em virtude da recusa do Ministro de atendê-los e a expulsão dos estudantes do MEC pela polícia, foi realizada uma passeata pelas ruas do Rio de Janeiro em que utilizaram inúmeras táticas para driblar a polícia³³⁰.

No dia 20, quase 2.000 mil estudantes reuniram-se em uma assembleia na Reitoria da UFRJ com o objetivo de expor e debater, com os professores, as suas principais reivindicações. O encontro durou quase 8 horas e, durante esse período, o prédio foi cercado por tropas de choque que alegaram que estavam ali para prender “todos que aparecessem à saída”³³¹. Os professores até tentaram negociar para garantir que os estudantes saíssem sem sofrer nenhuma retaliação, mas não houve entendimento. Os estudantes, então, cientes do que os esperava do lado de fora tentaram se preparar para o confronto. Muitos colocaram lenços molhados cobrindo o rosto para tentar amenizar os efeitos das bombas e “armados” com pedra e paus saíram do prédio. Foram recebidos com tiros, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Os que não conseguiram fugir foram encurralados pela polícia e presos na sede do clube do Botafogo, na rua General Severiano. O que se seguiu depois foi um *show de horror*. Os estudantes presos foram

[...] obrigados a deitar-se na grama, moças e rapazes, todos com as mãos sobre a nuca. Policiais desferem-lhes prisões nas costas, quase sempre na altura dos rins. [...] foram encostados no muro [...], com o rosto voltado para a parede. Iniciou-se uma busca entre os presos, Os

³²⁹ REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. Op.Cit., p. 24.

³³⁰ Jornal *O Globo*, 12/06/1968, p. 16.

³³¹ Idem, 21/06/1968, p. 14.

policiais procuravam os cabeças do movimento. [...] Encerrada a busca sem resultados desejados, os presos foram colocados em fila indiana e, aos poucos, transportados para os veículos [...] ³³².

No dia seguinte, os estudantes programaram uma manifestação de repúdio ao episódio do dia anterior. O resultado foi uma verdadeira batalha que durou quase 9 horas nas ruas do Centro do Rio de Janeiro e teve como saldo um soldado morto e quase 100 feridos. Esse episódio ficou conhecido como “sexta-feira sangrenta” ³³³. Os estudantes convocaram uma nova passeata para quarta-feira, 26 de junho. Foi a chamada “Passeata dos 100 mil” que ocupou as ruas, de forma pacífica, expondo os excessos cometidos pela polícia e apresentando suas reivindicações.

O resultado da mobilização foi a formação de uma comissão com o propósito de dialogar com o governo, composta por “representantes dos estudantes, dos profissionais liberais, dos professores, dos religiosos e das mães dos estudantes” ³³⁴. Mas, o esforço foi em vão. A principal solicitação da comissão era a libertação dos presos nas manifestações anteriores e, o governo, se recusou a atendê-la. Mesmo diante dos impasses nas negociações, no Rio, no dia 3 de julho, houve uma nova passeata pacífica que reuniu 50 mil pessoas ³³⁵.

Diante dos últimos acontecimentos no Rio de Janeiro, os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, situada na rua Maria Antônia, resolveram se manifestar contra a intensa repressão policial no Rio de Janeiro. Decidiram, em Assembleia Geral Universitária, que promoveriam manifestações por toda a semana, através de comícios-relâmpago e da distribuição de panfletos, como forma de denunciar o que tinha acontecido aos estudantes cariocas. Com o propósito de manter a mobilização

³³² Jornal *O Globo*, 21/06/1968, p.14.

³³³ Idem, 22/06/1968, p.12.

³³⁴ REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. Op.Cit., p. 25.

³³⁵ Idem.

estudantil, os alunos decidiram ocupar a Faculdade em demonstração de repúdio à violência contra os estudantes. Além disso, buscavam promover a luta pela reestruturação da Universidade, agindo, juntamente, com os professores e realizando uma programação nas férias que englobasse seminários, conferências e simpósios. No intuito de impedir qualquer avanço de forças policiais sobre o prédio os alunos fizeram barricadas na rua em que se localizava a Faculdade.

Para esses estudantes, era fundamental reagir ao governo e as ações repressoras que vinham, gradativamente, sendo estabelecidas desde 1964. A violência do estado tinha chegado a um ponto que, para esses jovens, era impossível não se posicionar. A luta do movimento estudantil estava em curso e nada poderia freá-la. Essa, talvez, era a convicção que unia aqueles universitários. No entanto, na rua Maria Antônia, se localizava a Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie que, também, tinha um histórico de militância estudantil.

Desse modo, a rua Maria Antônia se configurava um local de grande importância por concentrar duas faculdades que possuíam um importante papel na trajetória do movimento estudantil paulista. Apesar disso, cada uma representava lados opostos *da mesma moeda*. Enquanto a Filosofia da USP reunia alunos com forte orientação ideológica de esquerda, no Direito da Mackenzie havia uma expressiva parcela de universitários que se autodenominavam “liberais e democratas” e o *famoso* grupo que se intitulava CCC. Na mesma rua, lados opostos que se enfrentavam tanto ideologicamente, quanto fisicamente.

Insatisfeitos com a barricada, os alunos da Mackenzie alegaram que “estava obstruindo a entrada da escola e, por isso, queriam que fosse recuada”³³⁶. No entanto, antes de fazer o pedido, alguns alunos jogaram ovos na porta da Faculdade de Filosofia

³³⁶ Jornal *O Estado de São Paulo*, 27/06/1968, p.21.

e o incidente só não foi pior “graças à intervenção de um aluno da faculdade de Direito do Mackenzie, que proferindo um discurso espirituoso, conseguiu arrancar gargalhadas dos estudantes e, assim, serenar os ânimos”³³⁷. A respeito dos últimos episódios que ocorreram entre os estudantes de São Paulo, o CCC resolveu se pronunciar e, em nota à imprensa, pretendeu alertar a opinião pública que as manifestações estudantis eram, “na verdade, produto de um esquema nacional de subversão, o qual se subordina a um plano de rebelião mundial contra a democracia”. Em defesa do regime militar, declarou que o governo estava *aberto* ao diálogo, mas as lideranças estudantis o recusaram, justificando que o projeto de reforma educacional era impossível de ser realizado em uma ditadura. Com relação a ocupação da Faculdade de Direito da USP, no dia 23 de junho, o CCC criticou o episódio, *prevendo* que

A Academia do Largo de São Francisco, berço de Heróis, será também a sepultura dos covardes, os comunistas lá entrincheirados, com armas e explosivos para golpear a Nação. Vamos à luta, colocar um ponto final nesta palhaçada. A insidia vermelha, responderemos com a resistência democrática. A violência será respondida com a violência da Pátria indignada e estremecida”³³⁸.

Foram extremamente marcantes o empenho e a mobilização dos estudantes que pretenderam denunciar a violência policial e conquistar a almejada reforma universitária. Nesse contexto, a atuação dos alunos da Faculdade de Filosofia da USP foi de suma importância, pois, durante alguns meses de 1968, conseguiu obter um espaço de representação estudantil jamais alcançado. É possível afirmar que, para esses estudantes, as experiências vividas nesses meses podem ser comparadas a uma estadia em um *oásis* em meio ao *deserto* que se vivia no país, em meio ao regime militar. No entanto, apesar da Faculdade de Filosofia da USP ser considerada por muitos o *reduto*

³³⁷ Idem.

³³⁸ Idem.

dos ideais juvenis, para outros era o *antro do comunismo* estudantil. Esses *outros* sempre estiveram à espreita do que ocorria no prédio da Filosofia. Afinal, podiam acompanhar, diariamente, a movimentação e mobilização dos estudantes, pois estavam alocados a metros de distância, na mesma rua. Eram os alunos da Faculdade de Direito do Mackenzie.

3.3) Uma fronteira ideológica: a batalha pela rua Maria Antônia

A partir do segundo semestre de 1968, por pressão dos alunos e de alguns professores mais novos, na Filosofia da USP, foram criadas comissões paritárias, com número igual de representantes de professores e alunos, para debater as reformas. Essa iniciativa se espalhou para outras Faculdades da USP, inclusive na Unicamp. Entre agosto e outubro, as comissões paritárias da USP

[...] representaram uma espécie de microcosmos dos confrontos da época, em que debates sobre modernização universitárias envolveram e opuseram valores socialistas, liberais e nacionalista-autoritários. [...] algumas favoráveis à modernização, mas sem a simpatia pela tutela militar; outras contrárias à modernização oficial, mas fiéis aos desígnios dos militares; outras preferindo recusar ambas as possibilidades, na expectativa de uma revolução popular que situasse o problema em outros termos³³⁹.

Nesse período, foi intensa a influência estudantil nos debates acerca das redefinições das universidades. Em certas faculdades, os alunos exigiram intervir na definição dos programas curriculares. Os professores que não aceitavam as propostas

³³⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 98.

eram alvos de boicotes dos estudantes que, em represália, organizavam aulas livres. Na Faculdade de Filosofia da USP, muitos alunos passaram a requisitar a politização dos programas, principalmente, através da inclusão de textos de autores marxistas³⁴⁰. Durante o mês de julho, a faculdade continuou ocupada por estudantes que justificaram essa ação como garantia da manutenção dos cursos-pilotos e cursos, o que era “essencial como um período experimental e crítico para a reestruturação da Universidade”³⁴¹. Apesar do diretor da Faculdade de Filosofia, Erwin Rosenthal, se posicionar favorável a desocupação do prédio, os estudantes não aceitaram o pedido, declarando que a Comissão Paritária seria responsável pela Faculdade, durante a ocupação, e resolveria qualquer problema que ocorresse em relação ao funcionamento da administração.

Em 1968, a mobilização estudantil, teve dois eixos fundamentais: a luta contra a ditadura e a campanha pela transformação da universidade. A existência desses dois polos de mobilização gerou divergências entre a vanguarda do movimento estudantil: os defensores da “luta específica”, que centralizaram suas críticas e reivindicações contra o projeto de Reforma Universitária, proposto pelo governo militar, e o grupo que tinha como enfoque a *luta* política contra a ditadura e o imperialismo.

Ademais, no meio estudantil, existiam grupos de posição democrático-liberal que condenavam extremismos de direita e de esquerda. Eram os casos do Partido Idealista Universitário (PIU) da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica, do Grupo de Resistência Democrática da Universidade de Brasília e do Movimento de Autenticidade Acadêmica (MAAC) da PUC-RJ.³⁴² Havia ainda outros grupos, de extrema direita, favoráveis à ações terroristas, como por exemplo o CCC e o MAC.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Jornal *O Estado de São Paulo*, 21/07/1968, p.27.

³⁴² Jornal da Tarde, 09 de Outubro de 1968.

O CCC surgiu em meados de 1963 e, suas primeiras ações se limitaram ao meio universitário. A organização participou do episódio que levou ao impedimento do discurso do presidente da SUPRA na USP e da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Sua atuação não diminuiu com o golpe civil-militar de 1964. Ao contrário, com o passar do tempo seus atos se tornaram mais truculentos e mais conhecidos. Em julho de 1968, o CCC invadiu o Teatro Galpão no final da encenação da peça *Roda Viva*, espancando os atores e parte do público com “socos, golpes de cassetete e bombas de gás. A atriz Marília Pêra, agarrada pelos invasores, foi obrigada a correr despida para a rua”³⁴³. Quando a peça foi levada para ser apresentada no Rio Grande do Sul, além de não terem tido a permissão de realizar o espetáculo por ter sofrido censura, foram espancados por membros do CCC. Outros dois integrantes da peça foram sequestrados e sofreram intensa tortura psicológica. A mensagem deixada pelo CCC foi de *partir o mais rápido possível* para não sofrerem consequências mais sérias³⁴⁴.

Segundo Gustavo Esteves Lopes, o ambiente de radicalização política nas universidades entre 1964-1968 favoreceu o surgimento de uma *cultura da violência juvenil*. No caso de organizações, como o CCC, as relações que mantinham com órgãos oficiais de repressão, a conivência de autoridades públicas e a divulgação feita pelos meios de comunicação foram fatores que favoreceram a *ressonância* de suas ações pelo Brasil³⁴⁵. Em geral, a organização agia com violência física e ameaças aos seus *opositores*, praticando atos terroristas³⁴⁶.

De acordo com as informações publicadas pelo Jornal da Tarde, em outubro de 1968, a organização contava com quase 5.000 membros, possuindo *associados* em

³⁴³ Jornal *O Globo*, 19/07/1968, p.7.

³⁴⁴ Jornal *O Estado de São Paulo*, 06/10/1968, p.29.

³⁴⁵ LOPES, Gustavo Esteves. “Ensaio de Terrorismo”: História Oral do Comando de Caça aos Comunistas. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007, p. 11.

³⁴⁶ Sobre esse tema, cf.: SCHITTINO, Renata Torres. *Terrorismo: a violência política como espetáculo*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2004.

diversos estados do Brasil. Para pertencer ao CCC, o *candidato* era testado durante três meses. Nesse período, era feito um “levantamento completo sobre a sua vida e sua atuação”³⁴⁷. Certos de que o *aspirante* possuía uma *identidade* ideológica coadunada com a proposta da organização, na qual seus participantes se auto definiam “nacionalistas radicais de direita”³⁴⁸, ele era *aceito* e passaria a receber preparo militar. O primeiro núcleo do CCC teria surgido na Faculdade de Direito no Largo São Francisco e, pouco a pouco, alunos do Mackenzie e de outras faculdades começaram a participar.

A rixa entre os estudantes da Mackenzie e da Filosofia era de longa data. Provocações, xingamentos feitos entre os estudantes: “Nazistas!” ou “Guerrilheiros fajutos!” nas pichações eram ações frequentes nas paredes das Faculdades. Uma dizia: “O CCC está de volta, esquerdinha!”. A outra respondia: “CCC, para nós é: Co Ca Cola!”. A rivalidade entre os estudantes das duas Faculdades não era novidade.



Figura 1 - Mapa da rua Maria Antônia. Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/-mvVFjrFGBDw/Ukt6GABeyEI/AAAAAABUwU/d9rEWSyHwj4/s640/maria+antonia.gif> Acesso em: 13/04/2015.

³⁴⁷ *Jornal da Tarde*, 08/10/1968, p.2.

³⁴⁸ *Idem*.

A briga teve início no dia 2 de outubro quando alguns secundaristas realizavam na rua Maria Antônia, por volta das 10:00 h, um pedágio afim de recolher dinheiro para a realização do XX Congresso da UNE. Irritados com o ato, alunos da Mackenzie, num primeiro momento, tentaram “impedir que os veículos transitassem pela rua Maria Antônia para boicotar o recolhimento de fundos”³⁴⁹. O fato é que muitos alunos do Mackenzie já estavam, há um tempo, *incomodados* com as ações da maioria dos estudantes da Filosofia. Como foi visto, principalmente, desde os acontecimentos de março, esses universitários vinham atuando com maior vigor, realizando passeatas, greves estudantis e ocupando a faculdade e isso estava *inquietando*, por outro lado, os alunos do Mackenzie. Em junho, já havia ocorrido um atrito, que por muito pouco não originou uma briga entre esses estudantes, em virtude das barricadas colocadas próximas a entrada da Faculdade de Filosofia. De fato, os ânimos dos estudantes já estavam exaltados.

Como não foram bem-sucedidos no *bloqueio* dos carros na rua, os alunos do Mackenzie passaram a jogar ovos nos estudantes, com o objetivo *acabar* com o pedágio. Diante da agressão, os secundaristas foram se refugiar no prédio da Filosofia. Os universitários, ao saberem da agressão, não tardaram a *tirar satisfação com o outro lado da rua*. A partir daí, teve origem uma briga que em poucas horas evoluiu para uma *batalha*, envolvendo as duas faculdades. Segundo a descrição feita pelo *Correio da Manhã*, “o que se iniciara apenas com pedradas, na quarta-feira, avolumou-se ontem com o emprego de bombas *molotov*, tiros, ácidos, bombas de gás lacrimogêneo e rojões de alto poder explosivo”³⁵⁰.

³⁴⁹ Jornal *O Globo*, 03/10/1968, p. 3.

³⁵⁰ *Correio da Manhã*, 04/10/1968, p.2.



Figura 2 - Jovens atiram pedras e se defendem contra os ataques. Fonte: http://imguol.com/c/noticias/2013/10/02/movimento-estudantil-confronto-entre-estudantes-universitarios-da-usp-e-da-universidade-mackenzie-na-rua-maria-antonia-regiao-central-de-sao-paulo-em-1968-1380731680737_956x500.jpg. Acesso em 13/05/2015.

O Mackenzie possuía uma grande vantagem tática: seus prédios estavam localizados na parte mais alta da rua e eram cercados por um muro alto. Já o prédio da Filosofia era junto à calçada, com uma entrada rodeada por colunas de estilo grego. Sua principal vantagem era uma saída em uma rua perpendicular à rua Maria Antônia que dava acesso ao prédio da Faculdade de Economia da USP. Porém, os alunos da Filosofia não foram desencorajados por isso. Em um determinado momento, um grupo de estudantes da Filosofia, liderados por Luís Travassos, presidente da UNE, e José Dirceu, vice-presidente da UEE, chegaram a ocupar os jardins do edifício do Mackenzie. Além disso,

Para compensar a desvantagem, pelo menos quanto ao número de atiradores, os alunos da Filosofia tinham uma fonte inesgotável de “munição”, num edifício em construção do outro lado da rua, e o eficiente trabalho das moças que, na retaguarda, providenciavam a quebra e a distribuição dos tijolos em pedaços³⁵¹.

³⁵¹ Jornal *O Globo*, 03/10/1968, p. 3.

Com a intensificação do confronto a reitora do Mackenzie, Esther Figueiredo Ferraz, solicitou uma tropa de choque para “proteger o patrimônio”. Assim, com a chegada da polícia, por volta das 14:00 h, os estudantes se dispersaram, mas era apenas uma trégua. Dentre os seis feridos, dois eram do Mackenzie, do *lado* da Filosofia duas moças e dois rapazes³⁵². Horas depois as Faculdades continuaram ocupadas pelos alunos que, em suas respectivas assembleias, discutiam o que deveria ser feito. Em uma questão os estudantes concordavam: “organizar a defesa para o dia seguinte e só atacar se atacado”³⁵³. Os alunos da Filosofia insistiam em afirmar que sua luta não era os alunos do Mackenzie, mas contra o CCC. De acordo com José Dirceu era

“[...] uma mentira dizer que houve uma briga entre estudantes. O que houve foi uma luta nossa contra o CCC e a Polícia, alojados no Mackenzie. A prova disso é que muitos mackenzistas estavam conosco”³⁵⁴.

Do outro lado, os alunos do Direito argumentavam que não queriam lutar, mas *defenderiam* a Faculdade a qualquer custo. Segundo o coordenador do Esquema Universitário do Mackenzie, Silvio Saad,

O que nos uniu de repente foi um *nacionalismo heroico*. Nós não somos unidos como os *esquerdistas*, nem temos aqueles líderes marcados. Tivemos que criar todos os esquemas na hora, quando eles já tinham tudo pronto há meses. Nós lutávamos contra duas frentes, a polícia e os caras da USP³⁵⁵.

No dia seguinte, a manhã começou agitada na rua Maria Antônia. Por volta das 09:00 h

[...] um grupo de rapazes saiu pelo portão de ferro do Mackenzie, correu até a entrada da Faculdade de Filosofia e arrancou uma faixa suspensa entre as duas colunas. Dizia a faixa: CCC, FAC e MAC = Repressão. E mais abaixo: Filosofia e Mackenzie contra a Ditadura.

³⁵² Idem.

³⁵³ Revista *Veja*, 09/10/1968, p.16.

³⁵⁴ *Jornal da Tarde*, 03/10/1968, p.3.

³⁵⁵ Idem.

Os dizeres insinuavam a união das duas escolas contra a ‘ditadura’ e as organizações de extrema direita. Ao arrancá-la os mackenzistas repudiavam a pretendida unidade³⁵⁶.

Foi o fim da trégua e o reinício do conflito com o uso de rojões, bombas, trios, vidraças quebradas por tijolos e barras de ferro. Com o prolongamento da *batalha*, cada vez mais surgiam expectadores que se aglomeravam nos extremos da rua para acompanhar os acontecimentos.



Figura 3 - Aglomeração de pessoas na rua Maria Antônia. Fonte: <https://arazaoinadequada.files.wordpress.com/2013/05/maria-antonia.jpg>. Acesso em 13/05/2015.

Muitos estudantes secundaristas se aproximaram do local, inclusive a filha do governador Abreu Sodré. Com o passar das horas, a situação só se agravava. Os estragos materiais, principalmente na Faculdade de Filosofia, só aumentavam já que os estudantes do Mackenzie, que chegaram a abrir o laboratório de Química, lançavam

³⁵⁶ Revista *Veja*, 09/10/1968, p.16.

inúmeras bombas *molotov*. Outros objetos eram lançados, como rojões de vara, adaptados com vidros com gás lacrimogêneo, e substâncias ácidas. Os alunos da Filosofia se protegiam como podiam. Os vidros quebrados eram substituídos por madeiras. Durante esse período, uma tropa policial ainda ocupava o Mackenzie sob a alegação de “estar protegendo o patrimônio da instituição”, mas acabaram participando do conflito também.

Ao passo que o conflito perdurava surgiu o seguinte questionamento: o que a polícia fará para acabar com a confusão? Ocupar as faculdades? Segundo o General Sílvio Corrêa de Andrade, na época chefe do Departamento da Polícia Federal em São Paulo, o que estava ocorrendo na rua Maria Antônia era “desordem, briga, e não manifestação política”³⁵⁷. Por isso, todas as providências eram de responsabilidade da polícia do estado. Enquanto nenhuma providência, nesse sentido, era tomada, mais estudantes sofriam ferimentos um levou um tiro na perna, outro quebrou a clavícula, outro o nariz, outro de escoriações etc.

Na Faculdade de Filosofia, focos de incêndio eram multiplicados pelas bombas lançadas do Mackenzie. Por isso, a pedido dos alunos da USP, por volta de 13:30 h, os bombeiros chegaram para combater o fogo. Pouco tempo depois, apareceu um jovem sendo carregado por um grupo de rapazes. Era José Guimarães, secundarista, aluno do Colégio Marina Cintra. Tinha vinte anos. Ao tomar ciência do que estava ocorrendo na rua Maria Antônia, resolveu *ajudar*, os alunos da Filosofia, recolhendo pedras. José Guimarães foi baleado na cabeça e morreu a caminho do Hospital.

³⁵⁷ Revista *Veja*, 09/10/1968, p. 19.



Figura 4 - O estudante José Guimarães sendo carregado após ter sido baleado. Fonte: https://ideiafix.files.wordpress.com/2009/01/e75fe232-0f64-4ee8-83c7-f5a61040f99b_gal68_brasil7.jpg. Acesso em: 13/05/2015.

A notícia da morte de um estudante mudou o curso da *batalha*, pois, os alunos da Filosofia, liderados por José Dirceu, *abandonaram o fronte* e partiram para as ruas, portanto faixas com dizeres “Abaixo a ditadura” e “Abaixo o MEC-USAID”³⁵⁸ para denunciar a morte de José Guimarães. Enquanto os alunos da Filosofia estavam nas ruas protestando, os estudantes da Mackenzie continuaram a depredar o “reduto comunista” como era comum chamar a Faculdade de Filosofia com o consentimento da tropa de choque da polícia³⁵⁹. Apenas à noite teve fim o conflito com a ocupação da polícia nas duas faculdades. Com a completa destruição do prédio da Filosofia, não restou outra solução a reitoria da USP transferir as aulas para outro local, o campus Armando de Salles Oliveira, no bairro do Butantã.

³⁵⁸ Jornal *O Globo*, 04/10/1968, p.3.

³⁵⁹ Idem.

O assassinato de José Carlos Guimarães foi atribuído a um membro do CCC que estava no telhado da Faculdade de Direito e atirava contra os estudantes da Filosofia da USP. Segundo os estudantes da Filosofia, os provocadores do *fatídico* episódio, faziam parte do CCC, pois uma parte de seus membros, eram estudantes na Faculdade de Direito do Mackenzie. Por serem conhecidos por atos de intolerância e violência em outros episódios, o CCC ganhou muita notoriedade no confronto entre os estudantes da rua Maria Antônia, sendo alçados à posição de articuladores e líderes do grupo defensor da Mackenzie. Apesar do papel desempenhado pelo CCC nessa briga, havia outros estudantes da Mackenzie que participaram do episódio, mas que não eram vinculados à organização.

Silvio Saad, em entrevista ao Jornal da Tarde teve a preocupação de destacar a existência de outras lideranças juvenis na Faculdade que não atuavam no CCC e não partilhavam de suas ideias. Além disso, afirmava a posição de que “a UNE não manda em todos os estudantes”³⁶⁰. Essa declaração de Silvio Saad tinha como intento demonstrar o pluralismo que existia no meio estudantil e destacar a posição contrária que alguns grupos tinham em relação ao projeto político defendido pela direção da UNE.

Dias depois, Silvio Saad falou novamente ao Jornal da Tarde e reafirmou essa ideia ao declarar que “Para a UNE interessa dizer que era o CCC, porque assim não aparece tanto que existe uma divisão entre estudantes. Mas não foi nada disso e nós que lutamos lá, sabemos muito bem”³⁶¹. Ainda segundo Silvio Saad, o clima entre os alunos do Mackenzie era de *profunda irritação*, pois afirmou que a briga começou com os

³⁶⁰ *Jornal da Tarde*, 05/10/1968, p.20.

³⁶¹ *Idem*, 09/10/1968, p.68.

“alunos da Química, da Eletrônica e Eletrotécnica do curso técnico e ainda do ginásio que defenderam o Mackenzie”³⁶². Para Saad, era necessário

[...] reunir todos os que pensam como nós, que são democratas, e contra qualquer extremismo, para lutar até que tenhamos condições para fazer um movimento. Então vamos ter a maioria dos estudantes, porque temos certeza de que expressamos a posição da massa de estudantes³⁶³.

Outras organizações universitárias resolveram se manifestar em *solidariedade* aos alunos de Direito do Mackenzie. Foi o caso do Partido Idealista Universitário (PIU) da PUC que divulgou um manifesto declarando que os “estudantes profissionais que comandam a UEE e a UNE”, percebendo que não estavam mais ganhando notoriedade e para *chamar atenção* da imprensa “sobre os seus movimentos que antecederiam o Congresso da UNE- o que, aliado à indiferença do Congresso, vinha levando esse congresso ao ridículo”. Para atingir os seus objetivos, exploraram “a velha e sovada rixa existente entre os estudantes do Mackenzie e da Filosofia – USP”³⁶⁴. Para o PIU a solução para o movimento estudantil era a união

[...] urgentemente contra o esmorecimento da luta reivindicatória estudantil, devido à sua desmoralização causada pelos pseudolíderes, que servem apenas aos seus patrões de Moscou, Pequim e Havana. A liberdade, colegas, é fundamental e vale qualquer sacrifício. Lutemos juntos, vigilantes e precavidos, unidos pelos mesmos ideais, [...], desmascarando os falsos líderes profissionalizados. É mostrando a Nação a sua verdadeira e autêntica juventude³⁶⁵.

No Rio de Janeiro, o Movimento Estudantil Democrático lançou um manifesto declarando que não *aceitavam* a influência de “meia de dúzia de agregações e ideologias esdruxulas e exóticas, teleguiadas por potências estrangeiras”. Além disso,

³⁶² Jornal *Folha de São Paulo*, 03/10/1968, p.17.

³⁶³ *Jornal da Tarde*, 09/10/1968, p.68.

³⁶⁴ Jornal *Folha de São Paulo*, 09/10/1968, p.13.

³⁶⁵ *Idem*.

afirmavam seu *compromisso* de estar à frente na defesa dos direitos e das liberdades, pois

Abominamos o nazifascismo e seremos intransigentes na nossa luta contra a extrema direita. A mesma intransigência usaremos com a extrema esquerda e suas matizes. [...] Se alguma vez tivermos de ser radicais, seremos com os bolchevistas e com os nazifascistas, pois não lhe damos o direito de falar em democracia³⁶⁶.

Alguns dias após o episódio da rua Maria Antônia, jovens universitários, pertencentes ao CCC, lançaram um comunicado com o objetivo de esclarecer sua posição à opinião pública. Na declaração, afirmaram que a organização congregava universitários que, preocupados com a *agitação comunista*, vinham tomando medidas para *defender* o Brasil contra “uma minoria de extremistas e marginais”³⁶⁷. No documento, definiram sua posição como sendo *revolucionária* e confirmaram que seu projeto, para o Brasil, era o *nacionalismo radical*. Como argumento para suas ações, afirmaram que

Se hoje nós nos organizamos para a luta, nada mais fazemos do que cumprir o dever de todo brasileiro, tomando uma atitude defensiva contra esta corja que quer impor pela ameaça e pelo terror o mesmo que implantaram nos países por eles hoje escravizados [...]³⁶⁸.

3.4) Considerações acerca do *confronto* entre estudantes

A rivalidade e os confrontos eram constantes na rua Maria Antônia. Mas, de onde vinha essa animosidade? Era, apenas, fruto de questões políticas? Ou do radicalismo do CCC? As principais interpretações sobre esse episódio giraram em torno

³⁶⁶ Jornal *O Estado de São Paulo*, 05/10/1968, p.6

³⁶⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, 18/10/1968, p.12.

³⁶⁸ Idem.

dessas duas questões. O contexto político da época, sem dúvida, contribuiu para o posicionamento extremado dos estudantes, mas, como foi visto, as brigas não eram novidade. O CCC, de fato, era um grupo que utilizava de grande violência contra aqueles que eram considerados *comunistas* e teve uma expressiva participação na batalha entre os estudantes. Contudo, afirmar que o confronto se deu apenas pelas ações do CCC não dá conta de explicar a complexidade de arranjos e relações políticas dentro do movimento estudantil. Por isso, é preciso levar em consideração que a rua Maria Antônia *concentrava* uma pluralidade de juventudes, cada qual com seu comportamento específico e que formavam seus grupos. Mas que, em face de *ameaça* aos seus espaços de atuação, se uniram em defesa de suas universidades.

Atos de violência que envolviam jovens foram recorrentes em 1968, mas, o que era novidade era um confronto de tal magnitude entre estudantes. A pergunta que inquietava a sociedade era *o que estava acontecendo com os jovens?* Por isso, a *batalha* da rua Maria Antônia e as suas repercussões, foram temas de diversas reportagens em jornais e revistas que buscaram, através de depoimentos e relatos, obter inúmeras informações sobre a *guerra* entre estudantes.

Uma das reportagens que ganhou grande notoriedade nesse período foi intitulada “CCC ou Comando do Terror”, publicada pela revista O cruzeiro no dia 09 de novembro de 1968. O autor do texto, Pedro Medeiros, conseguiu ter acesso aos membros do CCC e extrair algumas informações, como por exemplo, como surgiu o CCC e alguns detalhes de sua organização. Na realidade, as perguntas feitas a supostos integrantes não receberam respostas satisfatórias. É possível notar que os entrevistados deram muitas repostas vagas aos questionamentos feitos pelo jornalista e isso pode ser explicado pela tentativa de anonimato que esses membros buscavam em virtude de atos violentos vinculados ao CCC. Ao longo da reportagem percebe-se um tom de bravura e

coragem dos entrevistados “Não temos medo de nada – afirma Milton Morais Zélio, um dos mais jovens colaboradores do Comando de Caça aos Comunistas”³⁶⁹. Contudo, eles possuem cuidado em relação ao que deve ser falado: “[...] há informações que podemos dar tranquilamente, pois não comprometem.”³⁷⁰

Apesar de trazer ao público informações, ainda que muito superficiais, sobre o funcionamento do CCC o ponto alto da reportagem foi a apresentação de uma lista de nomes de possíveis participantes do grupo. Ao ter contato com esses membros, o jornalista Pedro Medeiros alegou ter *furtado* um caderno de um dos depoentes, Milton Zélio, que continha nomes e telefones de partidários do CCC. Na reportagem, Pedro Medeiros descreveu as peripécias e dificuldades enfrentadas para conseguir desvendar mais sobre a organização. Depois de muita investigação, o jornalista apresentou como resultado os nomes de alguns membros do grupo, seus respectivos endereços e algumas características de cada um. A repercussão dessa reportagem foi estrondosa na época. Na semana seguinte, foi feita uma ameaça de bomba na sede da empresa. Depois, passaram a ameaçar de morte foram feitas aos repórteres e funcionários da revista diversos acusados de participação no CCC. Alguns *acusados* foram a sede da revista O Cruzeiro em São Paulo para dar explicações ou negar as informações apresentadas. Por isso, na semana seguinte, houve uma nova reportagem sobre a organização intitulada “O Cruzeiro na mira do Terror”, publicada em 16 de novembro de 1968 que também contou com uma declaração oficial do CCC.

A maior preocupação, de muito acusados, foi de esclarecer o engano, declarando seu posicionamento político e rechaçando as ações violentas do grupo. Um deles foi Leonel Zacles, que criticou o uso da expressão “nazista e perseguidor de judeu” para qualificá-lo, pois não fazia nenhum sentido visto que ele era judeu. Roberto Ulhõa

³⁶⁹ Revista *O Cruzeiro*, 09/11/1968.

³⁷⁰ Idem.

Cintra publicou em todos os jornais de São Paulo uma carata aberta, mostrando sua indignação pela acusação de fazer parte do CCC. Silvio Salvo Venosa, declarou que os amigos acharam *graça* quando viram o seu nome na lista publicada de participantes do CCC. Afirmou que nem conhecia o CCC, porém que pertencia ao Partido de Renovação Acadêmica (PRA), de tendência direitista, da Faculdade de Direito da USP, e que jamais participou de *qualquer ala radical*.

Percy Eduardo Eckmann, que tendo seu nome citado na reportagem de Pedro Medeiros e associado ao apelido de “Nazistão”, declarou “simpatizo com o PRA, mas nem por isso vou deixar de ter ideais democráticos; não ando armado, meu negócio é velejar e jogar tênis; arma mesmo, nem para tiro ao alvo”³⁷¹. Outro exemplo foi Paulo F. Campos Salles de Toledo que, em sua declaração, demonstra aversão às ações violentas do CCC

Sempre fiz política, mas nunca concordei com o CCC; agora acabo de fundar um novo partido na faculdade, o Vanguarda Revolucionária, e sua primeira manifestação foi contra a violência [...]. Depois, sempre fui respeitado pela turma de esquerda, na qual tenho muitos amigos.³⁷²

O último estudante a se pronunciar foi Augusto Florestano, aluno de direito, afirmando que não entendia o motivo de seu nome figurar na lista publicada pela revista, afinal seus “princípios sempre foram democráticos e cristãos”.

A reação do CCC veio através de um manifesto³⁷³ que demonstrava grande insatisfação em relação à reportagem produzida e aproveitava a oportunidade para mostrar, para a opinião pública, seu projeto político para o Brasil. Seu manifesto foi justificado pela necessidade de “alertar nosso povo para os inimigos de fora e de dentro”, além de identificarem na mídia o objetivo de “dissolver a família, corromper a

³⁷¹ Idem, 16/11/1968.

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

juventude, aviltar a religião e extinguir o patriotismo”. Houve uma preocupação da organização de legitimar sua violência e justificá-la devido ao inimigo maior: o comunismo. “Nosso movimento não pode ser confundido com uma simples afirmação de violência negativa”.

As propostas do CCC, para o país, eram

Somos por um Brasil livre e próspero, por justiça para todos os brasileiros, pela retomada do desenvolvimento econômico, pela punição para os corruptos e corruptores, pela ordem em contraposição à anarquia de irresponsáveis baderneiros de qualquer matiz, pela moralização dos costumes, através de ampla campanha de civismo, pelo corajoso combate à subversão, pelo respeito aos autênticos princípios cristãos que plasmaram a nacionalidade, a fim de que pelo esforço de todos se possa construir uma Nova Pátria que, engrandecida, queremos transmitir aos nossos descendentes³⁷⁴.

Apesar das duras consequências da *guerra* na rua Maria Antônia, os alunos da Filosofia e de outras faculdades que, há meses, vinham unido esforços para a realização do Congresso da UNE, não deixaram se abater e continuaram com o propósito de realiza-lo. É interesse notar que, pelas diversas notícias divulgadas nos jornais acerca da UNE, era de conhecimento público que a entidade, mesmo na clandestinidade, atuava e organizava suas atividades. Acredito que, em parte, a *noção sobre as ações da UNE* decorria da própria vontade que esses estudantes tinham de expor e mostrar para a sociedade e para o governo que eles não iriam se submeter as determinações da política estudantil que a ditadura vinha apresentando desde 1964. Mesmo sabendo de todos os riscos, esses jovens não desistiram de seus planos. Quando houve o cerco policial ao sítio onde estavam acampados, “se renderam sem luta e a Força Pública agiu sem violência”³⁷⁵. Para a sociedade, que esperava ações de resistência e violência por parte

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Revista *Veja*, 16/10/1968, p.15.

dos estudantes, a *não reação* foi interpretada como um esvaziamento do movimento estudantil e, também, uma certa dose de ingenuidade.

De acordo com os jornais, a realização do XXX Congresso não era segredo para *ninguém* e, em grande parte, os estudantes tinham responsabilidade nisso porque *não queriam esconder* suas ações. Portanto, ao meu ver, a *opção* por não reagir implicava em uma reformulação de posições e ideais que esses estudantes estavam passando. Os fatos que ocorreram ao longo do ano e a recusa do governo de não atender às suas demandas levaram esses jovens a um impasse: e agora? O que fazer? Continuar com a mesma estratégia? Creio que não havia consenso em quais estratégias ou caminhos deveriam ser tomados, mas havia um ponto em comum: era preciso agir de outra maneira. A solução, para alguns, foi aderir à luta armada, acreditando que essa seria a única forma de pôr um fim à ditadura e estabelecer seus projetos. Outros, talvez, tenham desistido da luta política e passaram a atuar por *novas formas*, principalmente através das suas universidades, de seu cotidiano.

Para os participantes, os resultados do Congresso da UNE em Ibiúna, foram terríveis. 698 estudantes³⁷⁶ foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional³⁷⁷ sob a alegação de que estavam agindo de acordo com o “comando de Cuba”. Dessa forma, o objetivo seria, através das agitações estudantes, a “criação de muitos Vietnãs em nosso País”³⁷⁸. Pouco tempo depois do *turbulento* ano de 1968, o governo decretou o AI-5, trazendo grande impacto ao cenário político e ao movimento estudantil brasileiro. Apesar do recrudescimento do regime, isso não significou o fim da atuação juvenil. Os espaços ficaram restritos, as opções também. Mas, outros meios foram encontrados.

³⁷⁶ Jornal *Folha de São Paulo*, 19/10/1968, p. 1.

³⁷⁷ QUADRAT, Samantha Viz. A repressão sem fronteiras: perseguição políticas e colaboração entre as ditaduras do Conde Sul. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade federal Fluminense, 2005.

³⁷⁸ Jornal *Folha de São Paulo*, 19/10/1968, p. 2.

Conclusão

O objetivo desse trabalho foi buscar compreender como os jovens participaram e atuaram em momentos importantes da História do Brasil e do mundo. As reflexões feitas tiveram por meta desmitificar a ideia de *todo o jovem quer a revolução*, visão quase que solidificada no imaginário social. Como foi visto, essa imagem se refere a uma *memória* construída, e reelaborada ao longo do tempo, que se remete, principalmente, a atuação de uma juventude, portadora de ideais que visavam *mudar o mundo*, transformando valores, costumes, a política. No entanto, sem desmerecer ou diminuir a respeito do que esses jovens fizeram e representaram para uma geração, é preciso refletir sobre as outras juventudes que, no mesmo tempo e espaço, atuaram a favor de suas visões e projetos de mundo.

Assim como seus contemporâneos, eles lutavam por mudanças, mas dentro dos padrões e propostas que acreditavam ser o ideal. Ou seja, seus propósitos eram *transformar*, mas sem romper por completo com valores ou tradições. Estamos falando de um *campo de possibilidades e projetos* visto que, a juventude é uma categoria social que deve ser encarada no plural, ou seja, juventudes. Dessa forma, se utilizarmos a dicotomia direita e esquerda, usada como referência na época, poderá defini-los como juventudes que pertencem à direita. E, levando em consideração que, mesmo essa divisão, é plural, o mais correto seria o uso da expressão *juventudes de direitas*.

No Brasil, as atuações das juventudes foram extremamente significativas em diversos períodos da História. No caso específico da década de 1960, vimos como os jovens atuaram politicamente em prol de suas demandas e, também, a nível nacional. A decretação da greve geral pela UNE, no início de junho, incorporou focos/movimentos grevistas que estavam ocorrendo em várias universidades do Brasil em virtude de problemas específicos que cada uma enfrentava naquele período. Gradualmente, outras

universidades aderiram à convocação feita pela entidade. O fato é que o meio estudantil não era um bloco homogêneo. Apesar da adesão, num primeiro momento, quase predominante ao movimento grevista, algumas universidades se locaram contra, como foi o caso da Mackenzie e da PUC, ambas de São Paulo, e de outros estados.

A intensa mobilização dos estudantes alcançou notoriedade nacional e amplamente noticiada nos meios de comunicação. Esse é um elemento que comprova que os jovens adquiriram espaço para expor suas opiniões e posicionamentos políticos. Isso é um exemplo de *conquista* das próprias juventudes.

Em um primeiro momento, o posicionamento adotado pelo Jornal do Brasil, pelo menos no primeiro mês da greve por um terço, foi de dar notoriedade ao movimento, destacando a adesão de diversas faculdades do país. Além disso, trazer opiniões, como por exemplo, do Ministro da Educação em 1962, Oliveira Brito, que apoiava a participação dos estudantes nos órgãos deliberativos das Universidades. A intenção do jornal era legitimar o movimento grevista.

O Estado de São Paulo, por sua vez, desde o início da greve criou espaços para a manifestação de grupos estudantis contrários à greve e, principalmente, ao direcionamento político – ideológico predominante na UNE em 1962. O objetivo, dessa forma, era deslegitimar a greve por um terço através de comunicados publicados e deixar claro para a opinião pública que nem todos os jovens aderiam ao projeto capitaneado pela UNE e outras entidades estudantis que, para muitos, eram locais de “infiltração comunista”.

Na greve por *um terço*, a participação de estudantes da Faculdade de Direito da Mackenzie e da Faculdade de Direito de São Paulo se deu, muito mais por interesses próprios do que pelo apoio ao projeto de representação estudantil, defendido pela a UNE. Logo, apesar da *tradição de direita*, ser dominante nesses círculos universitários,

esses jovens não se acanharam em aderir ao movimento em virtude de suas próprias demandas. Além do mais, já estavam paralisados anteriormente. Os estudantes da Mackenzie almejavam a federalização da Universidade, enquanto os estudantes de Direito da USP protestavam contra o concurso, considerado irregular por eles, de cátedra de Direito Romano que, posteriormente, foi anulado.

No entanto, o plano de reforma universitária, defendido pelos militares, era fundamentado em parâmetros completamente opostos ao projeto das esquerdas estudantis, amplamente defendido no início dos anos de 1960. Essa foi a principal questão para o crescimento das manifestações juvenis em 1967, tendo como ápice o ano de 1968, contrárias ao governo. No entanto, é necessário destacar que o conteúdo desses protestos não pode ser interpretado como uma *guinada* juvenil à esquerda. Inegavelmente, esse contexto favoreceu a rearticulação de organizações estudantis ligadas às esquerdas. Contudo muitos estudantes se colocavam contrários a UNE, alegando que seu discurso era extremamente “radical”, o que denota que as reivindicações desses grupos eram pelo fim da ditadura e o retorno à democracia, e não em defesa de um governo de esquerda ou, até mesmo, a realização de uma revolução de caráter socialista para o Brasil. Acima do posicionamento ideológico, é preciso compreender o papel que esses jovens atribuem a si próprios: eram eles quem deveriam ditar *as regras do jogo*. Caberia ao governo ceder as demandas estudantis.

A greve por *um terço* em 1962 e o confronto entre estudantes na rua Maria Antônia em 1968 foram expressões das lutas políticas e ideológicas que ocorreram dentro do movimento estudantil brasileiro na década de 1960. A análise sobre esses dois episódios comprova a existência de grupos de múltiplas orientações ideológicas dentro do meio estudantil e contribui para a compreensão dos acontecimentos que ocasionaram o golpe civil-militar de 1964 e o “mais duro golpe do regime militar: o AI- 5” em 1968.

Nos dois episódios é possível perceber como a crença na ameaça comunista fez com que grupos de jovens assumissem uma posição de defesa aos seus espaços de atuação nas entidades estudantis. O movimento estudantil não era homogêneo. Os que estavam em desacordo com a greve por *um terço*, convocada pela UNE, procuraram se organizar e lutar para obter, através de eleições, a direção das organizações. Para esses jovens era necessário conter a influência das esquerdas na UNE e em outras entidades estudantis. Por isso, realizaram uma intensa campanha de baseada em acusações e denúncias. Naquele momento, a oposição era em relação à direção da UNE e não a entidade que, na visão dos estudantes, tinha perdido o foco em relação à luta das demandas estudantis para se tornar um movimento político-partidário. As repercussões da greve por *um terço* devem ser analisadas à luz do contexto de radicalização política brasileiro no início da década de 1960.

A batalha na rua Maria Antônia refletiu como a defesa pelas posições ideológicas dentro do meio estudantil era intensa. Mesmo com o golpe-civil militar de 1964 e com a repressão, ao movimento estudantil, as disputas continuaram a existir e chegaram ao nível de um confronto físico entre os estudantes. A reportagem da revista O Cruzeiro e dos demais veículos de comunicação, acerca desse confronto entre estudantes, revelam a grande preocupação que a sociedade da época tinha em relação ao que vinha acontecendo no meio estudantil. Em grande parte das matérias produzidas sobre esse episódio, pairava a seguinte questão: o que está acontecendo entre os jovens?

A matéria produzida pela revista O Cruzeiro não trouxe elementos substâncias para uma análise sobre o que era e quais eram os objetivos do CCC. Percebe-se que a preocupação do autor foi denunciar alguns possíveis participantes do movimento e, provavelmente, chocar a opinião pública ao dar identidade a “fantasmas”. E o impacto desejado foi alcançado! Se a primeira reportagem não deu conta de explicações

contundentes sobre o CCC e chocou mais do que informou, as reportagens subsequentes, da mesma revista, contribuíram com maiores indícios sobre a organização terrorista. O manifesto produzido pelo CCC em resposta à reportagem possui uma série de informações acerca do movimento e de suas propostas. Além disso, as respostas dadas pelos acusados de participarem do CCC trouxeram valiosas informações sobre movimentos e partidos criados ao longo desse período, que contrastavam com os grupos políticos de esquerda que predominavam na direção da UNE e de outras entidades estudantis.

Perceber as diferenças auxilia a compreensão acerca dos processos históricos ocorridos no Brasil na década de 1960 e possibilita se desvencilhar da memória, predominante sobre a ditadura militar, de que “todos foram resistentes”.

Fontes e Bibliografia

1) Fontes

Ação Democrática

Correio da Manhã

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

Jornal da Tarde

O Cruzeiro

O Estado de São Paulo

O Globo

O Metropolitano

Veja

2) Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Scritta, 1994.

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos; et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional (Discursos)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Doutorado em História - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

CORBISIER, Roland. *Reforma ou Revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

COSTA, Marcelo Timotheo da. *Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.433 – 450.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. *Carlos Lacerda e o Projeto de Educação Nacional*. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. *Anais A Educação e seus Sujeitos na História*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de

Goiás e Ed. Vieira, 2006. Disponível em [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Angelica%20da%20Gama%20Cabral%20Coutinho%20-%20Texto.pdf)

[coautorais/eixo01/Maria%20Angelica%20da%20Gama%20Cabral%20Coutinho%20-%20Texto.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Angelica%20da%20Gama%20Cabral%20Coutinho%20-%20Texto.pdf). Acesso em 05/01/2015.

CUNHA, Luiz Carlos. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed., São Paulo: UNESP, 2007.

DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil (1966/1980)*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DICK, Hilário. *Gritos silenciados, mas evidentes: Jovens construindo juventude na História*. São Paulo, EDIÇÕES LOYOLA, 2003.

DOGLIANI, Patrizia. “Consenso e organização do consenso na Itália fascista. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

ERIKSON, Erik. *Childhood and society*, Nova York, W.W. Norton, 1978; GILLIS, John. *Youth and History. Tradition and Change in European age relations. 1770-present*, Expanded Student Edition, Academic Press, Nova York/ Londres, 1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.343- 425.

FIELD, Frank. *British and French Writers of the First World War: Comparative Studies in Cultural History*. New York: Cambridge University Press, 1991.

GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2000.

GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *A JUC: Os estudantes católicos e a política*, Petrópolis, Vozes, 1984.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 313 – 350.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean- Claude. Introdução. In: _____ (orgs.) *História dos jovens: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964 – 1968)*. Dissertação de Mestrado - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2013.

LOPES, Gustavo Esteves. “Ensaio de Terrorismo”: História Oral do Comando de Caça aos Comunistas. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

MAIA, Tatyana de Amaral. A ação política dos intelectuais na imprensa (1956-1964). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0988.pdf>. Acesso em 04/01/2015.

MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964 - 1968*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

_____. Entre o comunismo e o anticomunismo: a União Nacional dos Estudantes entre os anos de 1950 e 1956. In: *Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro*, 5, Londrina, 2013. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Londrina: GEPAL, 2013, p. 1-17.

MICHAUDE, Eric. Soldados de uma ideia: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. Trabalho apresentado da I Jornada Discente do PPHPBC – Programa de Pós-graduação do CPDOC/FGV; 2009. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/ldb-de-1961-apontamentos-para-uma-hist%C3%B3ria-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 09/01/2015.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 -1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva. FAPESP, 2002.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *João Goulart: entre memória e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MUSIEDLAK, Didier. “O fascismo italiano: entre consentimento e consenso”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

ONOFRE, Gabriel da F. *Em Busca da Esquerda Esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista*. Curitiba, Editora Prismas, 2015.

PÀMPOLS, Carlos Feixa. A construção histórica da juventude. In: CACCIA - Bava, Augusto; CANGAS, Yanko Gonzáles; PÀMPOLS, Carlos Feixa. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.). *História dos jovens: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*, Maceió, EDUFAL, 2005.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos. et al. Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.22, p.131 –149, jun. 2006. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf. Acesso em 03/01/2015.

SEGANFREDDO, Sonia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1963.

PAYNE, Stanley G. *Historia del Fascismo* (trad. De C. Bourne e Victor Alba). Barcelona: Planeta, 1995.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição políticas e colaboração entre as ditaduras do Conde Sul*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade federal Fluminense, 2005.

_____ ; ROLLEMBERG, Denise. “Apresentação”. In: _____. (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol.3: África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. *1968: a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar (1919-1933)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROIO, Marcos Del. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 223 – 248.

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCHITTINO, Renata Torres. *Terrorismo: a violência política como espetáculo*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2004.

SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2008.

SILVA, Taís Andrada da. *Dos ideais da redemocratização a defesa da iniciativa privada: o anteprojeto de Clemente Mariani, de 1948 e o substitutivo de Lacerda, de 1958. - Discussões para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH:50 anos, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308153093_ARQUIVO_textofinalANPUH2011.pdf. Acesso em 10/01/2015.

SIRINELLI, Jean-François. *A geração*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996, p. 131-137.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1986.

TRASSI, Maria de Lourdes. MALVASI, Paulo Arthur. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2013.

TRINDADE, Helgio. A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro. Revista Anos 90, Porto Alegre, v.18, n. 33, p. 129-164, jul. 2011. Disponível em <http://unila.edu.br/sites/default/files/files/Artigo%20professor%20Helgio.pdf>. Acesso em 06/01/2015.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 351 – 386.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.